

PLANO DE TRABALHO DE GESTÃO DO PROGRAMA COMITÊ DE DEFESA DOS BAIRROS (CDB)

2025

CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ



PLANO DE TRABALHO APRESENTADO POR
ICASOP - CNPJ: 08.302.722/0001-02
Trindade - GO | 10 de setembro de 2025

PLANO DE TRABALHO

(Conforme Lei nº 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil)

Órgão/Entidade Responsável: Secretaria de Juventude e Participação Popular – Prefeitura Municipal de Maricá

Organização da Sociedade Civil (OSC): INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL - ICASOP

CNPJ da OSC: 08.302.722/0001-02

Número do Processo: 3403/2025

Objeto da Parceria: Implantação, gestão e operacionalização do Programa Comitê de Defesa dos Bairros (CDB), por meio da criação de 75 Núcleos Comunitários de Defesa e Participação e de 4 Polos Regionais, visando promover a participação social, o fortalecimento comunitário, a articulação intersetorial e o desenvolvimento de soluções coletivas para os bairros do município de Maricá.

Valor Total da Parceria: R\$ 62.686.709,49 (Sessenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, setecentos e nove reais, e quarenta e nove centavos).

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município de Maricá, podendo ser prorrogada, nos termos do artigo 42 da Lei nº 13.019/2014 e da legislação municipal vigente.

nc

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DA PARCERIA	pg.4
1.1.	Considerações Iniciais	pg.4
1.2.	Relevância Social e Política	pg.7
1.3.	Fundamentação Legal	pg.8
1.4.	O "CDB" é uma Política de Garantia de Direitos	pg.9
2.	JUSTIFICATIVA DA PARCERIA (Inciso I, art. 22, Lei 13.019/2014)	pg.14
2.1.	Marco Zero (Inciso I, Art. 22, Lei 13.019/2014).....	pg.15
2.2.	Da realidade Local	pg.18
2.3.	Dos fundamentos da proposta e detalhamento do processo	pg.29
3.	OBJETIVOS DA PARCERIA	pg.48
3.1.	Objetivo Geral	pg.48
3.2.	Objetivos Específicos	pg.48
4.	METAS E RESULTADOS ESPERADOS	pg.49
4.1.	Metas da Proposta, Qualitativo e Quantitativo	pg.49
4.1.1	Detalhamento das metas	pg.51
4.2.	Resultados Esperados	pg.52
5.	PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS	pg.53
5.1.	Do Orçamento	pg.55
5.2.	Da Finalidade dos Recursos.....	pg.59
6.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DESEMBOLSO.....	pg.68
6.1	Cronograma de Execução	pg.68
6.2	Cronograma de Desembolso	pg.69
7.	INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	pg.70
7.1.	Planilha de Acompanhamento e Avaliação	pg.70
7.2.	Do Monitoramento, Avaliação e Controle Interno.....	pg.72
7.3.	Indicadores-Chave de Desempenho.	pg.74

7.4. Modelo de Planilha de Monitoramento de Metas e Indicadores.....	pg.77
8. PLANO DE TRABALHO DETALHADO	pg.78
8.1. Quadro de Atividades – Plano de Trabalho Detalhado	pg.79
8.2. Organograma Operacional do Projeto	pg.81
8.3. Perfis Profissionais, Atribuições e Requisitos	pg.83
8.3.1. Da Equipe do projeto	pg.83
8.3.2. Dos Núcleos	pg.104
8.4. Do Cronograma de Atividades	pg.109
8.5. Fluxo de Execução	pg.114
9. RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	pg.116
10. ANEXOS	pg.117
10.1. ANEXO I – Minuta da Proposta de Preço	pg. 117
10.2. ANEXO II - Edital de seleção de Jovens Mobilizadores	pg. 118
10.3. ANEXO III - Manual de Planejamento e Gestão	pg 128
10.4. ANEXO IV - Política e Procedimento para a realização de eventos e Atividades do CDB	pg 171
10.5. ANEXO V - Projeto Pedagógico de desenvolvimento comunitário do Programa CDB	pg 180
10.6. Anexo VI - Pré-Plano de comunicação	pg 210
10.7. Anexo VII - MANUAIS DE GOVERNANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS	pg 223

" A democracia para mim é todo o processo de transformação de relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada. Onde quer que haja luta contra o poder desigual, há processo de democratização. [...] Trata-se de uma democracia sem fim, e esse é, para mim, o verdadeiro programa socialista; socialismo é democracia sem fim. (SANTOS, Boaventura de Souza. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016, p.133)

1. IDENTIFICAÇÃO DA PARCERIA

Nome do Programa/Projeto: Comitê de Defesa dos Bairros (CDB)

Órgão Concedente: Secretaria de Juventude e Participação Popular – Prefeitura Municipal de Maricá

Organização da Sociedade Civil: INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL - ICASOP

Endereço da OSC: Rua Dom Pedro II, Q 7 lote 02, S/N, Sala 04 – Vila jardim São Salvador – Trindade/ GO

CNPJ da OSC: 08.302.722/0001-02

Telefone/E-mail: Tel.: 21 97113-2359 / contato@icasop.org.br

1.1. Considerações Iniciais

Este documento apresenta de forma objetiva o plano de trabalho para a criação do Comitê de Defesa dos Bairros no município de Maricá, uma iniciativa que se insere em um amplo esforço de união social com o propósito de fortalecer a participação popular e o protagonismo juvenil na gestão local. Tal iniciativa fundamenta-se rigorosamente nos preceitos estabelecidos pela Constituição haja vista que a participação social, é um dos pilares do Estado Democrático de Direito e possui posição de destaque neste projeto. A Carta Magna concede a cidadania como fundamento da República, promovendo o engajamento direto dos cidadãos na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas que impactam seu cotidiano.

A chamada "Constituição Cidadã" garantiu instrumentos concretos para que a sociedade possa intervir nas decisões do poder público, como plebiscito, referendo, iniciativa popular, conselhos de políticas públicas e audiências públicas. Esses mecanismos garantem

que a população não escolha apenas seus representantes, mas também se dedica ao avanço na construção, execução e controle social das políticas em áreas fundamentais como saúde, assistência social, educação, meio ambiente, habitação e segurança, entre outros.

Ao propor o plano de trabalho metodológico para desenvolvimento do Comitê de Defesa dos Bairros, o projeto se alinha a esses princípios constitucionais e fortalece o direito à participação social. O Comitê ampliará os canais democráticos para que moradores e lideranças dos bairros e sub-bairros de Maricá possam dialogar com o poder público, identificar demandas prioritárias, propor soluções e fiscalizar a execução de ações. Essa atuação coletiva contribui para promover a justiça social, aprimorar a gestão pública, fortalecer o sentimento de pertencimento e cidadania, bem como garantir maior transparência e controle sobre a aplicação dos recursos públicos.

A valorização da participação social, fundamentada constitucionalmente, é, portanto, elemento essencial para o sucesso do Comitê de Defesa dos Bairros e para a defesa efetiva dos direitos e interesses das comunidades locais.

Diante o exposto, vale ressaltar que, para o sucesso da execução do projeto, também é importante levar em consideração o que prevê o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) e pelo Plano Nacional de Juventude, que reconhecem a juventude como sujeita de direitos e agentes fundamentais para o desenvolvimento democrático e social e no planejamento do futuro da nação baseado no que tange os interesses dos jovens na atualidade. A proposta, assim, busca traduzir esses referenciais legais e políticos em ações concretas, capazes de fomentar a inclusão, a cidadania ativa, a vigilância e mobilização social, além do empoderamento juvenil nas decisões que impactam diretamente suas comunidades.

O projeto tem como objetivo central a implementação de Polos Territoriais que funcionarão como espaços descentralizados dedicados ao engajamento comunitário, à deliberação participativa e à promoção dos direitos sociais, com um foco a mais na juventude. Esses polos serão alicerçados em estruturas organizacionais locais que permitirão a aproximação das demandas da população, especialmente dos jovens, e das políticas públicas municipais. Essa descentralização é estratégica para garantir maior capilaridade, ao chegar na população de forma mais rápida e organizada, ao passo que os núcleos nos bairros e sub bairros deverão fazer o monitoramento de sua área de abrangência, tendo ênfase na democratização da participação e efetividade no atendimento às reais necessidades das comunidades. Desta forma, os Pólos Territoriais configurar-se-ão como instrumentos

fundamentais para articular e operacionalizar o processo de gestão do programa, sendo capazes de abranger as demandas que serão descentralizadas pelo núcleo central. A temática do controle social, faz jus ao diálogo direto e a mobilização comunitária, criando ambientes propícios para a construção coletiva de soluções e para a defesa dos interesses dos bairros.

A metodologia deste projeto visa almejar de forma participativa, os ideais democráticos na compreensão do que é de fato importante para a população local, pensando as variadas culturas, tribos, especificidades, relações sociais, ideológicas e políticas da população, mas fazendo também uma reflexão de como aplicar isso como política pública de estado, em busca de um ideal comum que é promover a paz e o bem estar social através da redução das desigualdades e da garantia de condições de vida mais justas para todos os membros da sociedade, promovendo a igualdade de oportunidades e a distribuição equitativa dos recursos, aglutinando as massas populacionais em busca do desenvolvimento contínuo e permanente do município de Maricá.

Aplicamos em nossa proposta, variáveis que incluem a implantação de escritórios temáticos para que haja em **cada bairro uma mobilização**. Consultas públicas, assembleias territoriais, processos de mediação comunitária, capacitação da população, além de mecanismos contínuos de monitoramento e avaliação serão fundamentais para chegar ao objetivo que propomos à realização do projeto.

Todos esses processos serão conduzidos com base nos princípios da Educação Popular, da transversalidade das políticas públicas setoriais e do respeito à diversidade dos territórios, garantindo que a voz da juventude e da população em geral seja eficaz na formulação, implementação e acompanhamento das ações públicas.

Além disso, o projeto prevê uma forte articulação com secretarias municipais e organizações da sociedade civil, estabelecendo parcerias intersetoriais que possibilitem o compartilhamento de recursos, conhecimento e estratégias, fortalecendo as redes locais de proteção social e inclusão. O protagonismo juvenil será uma direção transversal, assegurada pela formação continuada de jovens multiplicadores e lideranças comunitárias capacitadas para exercer funções de mediação, mobilização e acompanhamento das políticas inovadoras.

A utilização de tecnologias de comunicação, incluindo canais digitais, e o aplicativo de gestão e acompanhamento será fundamental para ampliar o alcance e intensificar o cumprimento das metas e etapas previstas no planejamento institucional arrematado neste plano de trabalho, tornando o Comitê um espaço dinâmico, inclusivo e sensível às transformações sociais e culturais do município ao passo que garante as entregas de forma clara e objetiva, passíveis de fiscalização e controle interno e externo.

Em resumo, este documento delineia um plano de trabalho robusto, integrado e inovador, que garantirá a criação do Comitê de Defesa dos Bairros em Maricá como uma instância territorialmente organizada, participativa e capaz de promover o fortalecimento das políticas públicas de juventude e participação popular. Por meio do que foi apresentado como referência no presente edital, o projeto alinha-se não apenas para garantir maior efetividade social das ações, mas também promover a construção de uma cultura de cidadania ativa, solidariedade comunitária e controle social permanente, alinhada às melhores práticas nacionais e internacionais de organização comunitária defesa dos direitos coletivos. Dessa forma, reafirma-se o compromisso de contribuir para a construção de uma democracia participativa efetiva, inclusiva e plural, na qual a juventude assuma seu papel estratégico como sujeito político e agente transformador da realidade local.

1.2. Relevância Social e Política

A relevância desse projeto está na tradução concreta dos princípios democráticos e de inclusão social em políticas públicas efetivas, especialmente no contexto dos bairros periféricos marcados por dificuldades socioeconômicas e acesso limitado a canais institucionais de participação. Estes territórios, onde reside a grande parcela da juventude maricaense, são áreas onde se concentram problemas complexos como desemprego juvenil, vulnerabilidades sociais, violência urbana e fragilidade das redes de apoio comunitário.

As experiências internacionais, notadamente o modelo cubano dos Comitês de Defesa da Revolução, demonstram que a organização territorializada e a mobilização comunitária estruturada podem ser instrumentos poderosos para a construção de cidadania plena, prevenção de conflitos e incremento dos processos participativos. O projeto que estamos propondo em Maricá busca, portanto, a adaptação desses conceitos à realidade local, promovendo a vivência democrática, a mediação comunitária e a integração intersetorial.

A atual gestão da Prefeitura de Maricá transformando investimento financeiro em políticas públicas efetivas que garantam à população mais dignidade, traduz a importante revolução que semeia na cidade o sentimento de pertencimento e proximidade com o poder público.

Desta forma, o alinhamento do projeto se dá neste contraponto de propositura da Secretaria de Juventude e Participação Popular no aglomerado de conceitos previstos no edital, e na capacidade de transformação deste conceito em ações executáveis.

Handwritten signature

1.3. - Fundamentação Legal

A fundamentação da proposta ampara-se no arcabouço jurídico e normativo brasileiro que percebe a juventude como sujeito de direitos, agente político e social essencial para o desenvolvimento democrático, conforme delineado no Estatuto da Juventude - Lei 12.852 de 05 de Agosto de 2013, e no Plano Nacional de Juventude debatido na 4ª Conferência Nacional de Juventude. Esses documentos estabelecem princípios de inclusão, equidade, respeito à diversidade e participação ativa da juventude nas decisões de políticas públicas, reforçando o compromisso do poder público e das organizações civis na concretização desses direitos.

No mesmo sentido, o governo federal identificando a necessidade de mobilização da população, criou a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) no dia 23 de maio de 2014, em conjunto com dois instrumentos norteadores: a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), por meio do Decreto nº 8.243, este que posteriormente fora revogado por questões ideológicas. A SNPS ainda segue como órgão público ativo e é vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, e tem por objetivo estruturar, coordenar e articular as relações do governo federal com a sociedade civil na implementação de políticas públicas.

A SNPS foi criada para fortalecer o diálogo entre o governo e a sociedade civil, e para garantir a participação popular na gestão pública e na formulação e implementação de políticas públicas, necessitando descentralizar suas ações, de forma que este projeto também se fundamenta nesta linha de atuação.

Esses fundamentos servem como delimitador estratégico na formação de conhecimento e cidadania dos jovens, pelos jovens e para jovens, a ser executado pela Organização Brasileira de Juventude com apoio da Secretaria Municipal de Juventude e Participação Social de Maricá. Destinado à ser um marco na gestão pública do município, o **CDB** se constitui como uma das respostas do poder público maricaense à necessária implementação de políticas públicas setoriais direcionadas a parcela da população socialmente vulnerável.

***"Acredito nos jovens à procura de caminhos novos abrindo espaços
largos na vida. Creio na superação das incertezas deste fim de século."
(Cora Coralina).***

1.4. O "CDB" é uma Política de Garantia de Direitos

A **Doutrina da Proteção Integral** que abarca os princípios do melhor interesse da população infanto-juvenil e o de sua condição especial de pessoa em desenvolvimento, é expressada com clareza pelo artigo 227 da **Constituição Federal** de 1988 e pelo artigo 4º do **Estatuto da Criança e do Adolescente** que estabelece como dever "da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão".

O Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852 em 05 de maio de 2013, ampliou a abrangência dos direitos para incluir jovens até os 29 anos. Ele unificou diversos instrumentos legais, como a Lei do SUS, a CLT, a LDB da Educação, entre outras legislações importantes.

Os reflexos desse novo paradigma garantem que os jovens tenham seus direitos fundamentais assegurados por meio dessas normas, assegurando prioridade na formulação e implementação de políticas sociais públicas, além da alocação preferencial de recursos públicos destinados à sua proteção, e ainda a criação de mecanismos e órgãos específicos para a defesa desses direitos.

A partir desse marco legal e conceitual, percebe-se uma transformação na forma como a infância e a adolescência são encaradas. Antes de considerar apenas fases da vida desprovidas de direitos e, portanto, sujeitos unicamente à tutela, agora esses jovens passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, merecedores de políticas públicas que garantem o exercício de seus direitos fundamentais para o desenvolvimento de suas potencialidades pessoais, sociais e cívicas, alinhando-se à perspectiva defendida por RIZZINI:

"As políticas sociais e os programas destinados à população jovem em situação de pobreza normalmente priorizam seus problemas, fracassos e deficiências e, com frequência, atingem crianças e adolescentes quando já se encontram em situação de difícil reversão. É necessária uma mudança de mentalidade que tenha como alvo competências e potenciais da criança/jovem, da família e da comunidade. (2000:10)"

O Governo do Município de Maricá tem trabalhado pela consolidação de uma política de atendimento cada vez mais completa no que tange o acesso universal à esses direitos, fortalecendo sua rede de atendimento nas diversas complexidades e especialidades de serviços públicos. No mesmo contexto, o atendimento estratégico aos jovens, que ainda não estava balizada nas prioridades de serviços, agora estará pautada pela compreensão de ser uma perspectiva em que estes beneficiários se tornam parte do processo de alcance nos territórios e comunidades, levantando demandas intersetoriais como ação garantidora de oportunidades aos jovens ampliando a participação social em seus mais variados eixos.

Neste sentido, o presente **Plano de Trabalho**, foi elaborado com o intuito de ser o mais assertivo possível na dinâmica de socializar a participação comunitária nos processos de decisão e apresenta um elenco de prioridades fundamentais, como síntese da política pública de atenção à população do município transversalmente ao **eixo de juventude**, e propõe uma mobilização de ideias, de recursos, de instituições, de pessoas e de energia, formando um movimento de coesão em torno da prioridade absoluta para atendimento às demandas da comunidade e dos jovens do município. Os eixos prioritários de ação visam garantir:

1. **Territorialização da Participação Social:** articulação direta entre moradores e o poder público local, com base nas necessidades reais de cada território, aproximando ao máximo as demandas locais e pontuais de todo o território salvaguardando o espírito de pertencimento e envolvimento comunitário para defesa dos interesses coletivos e difusos.
2. **Formação cidadã e política estruturada:** educação popular continuada para que a população compreenda os mecanismos do "Estado", do orçamento público e dos instrumentos de controle social, bem como capacitar a população de forma permanente com temas relacionados à cidadania.
3. **Controle Social Participativo:** implementação e fortalecimento dos Comitês como referência em monitoramento, validação, escuta e encaminhamento de propostas dos bairros e sub bairros atendidos em sua área de abrangência, como autoridades locais de acompanhamento e fiscalização local.

4. **Democracia Deliberativa:** integração dos núcleos do CDB ao comitê intersectorial de temáticas, para que tenham representação e voz ativa na apresentação das demandas diretamente ao poder público para ações estruturantes.

No âmbito social faz-se necessário observar aspectos de formulação das ações em que pese a observação dos seguintes itens como **missão institucional** para tornar o CDB um projeto ainda mais acolhedor, tendo em vista:

- Tornar o ambiente comunitário fortalecido e protetor;
- Fomentar uma comunidade vigilante e participativa;
- Reduzir as violências em suas múltiplas esferas;
- Realizar a aproximação da comunidade com o poder público;
- Garantir o fortalecimento da Educação;
- Aumentar a atenção e apoio voltada aos bairros e sub bairros.
- Promover a geração de renda;
- Desenvolver um convívio social saudável, estimulante, interessante, criativo e produtivo;
- A implementação e ampliação de redes de proteção e de apoio aos adolescentes, jovens e suas famílias;

É evidente o resgate que os referidos Planos fazem nos direitos fundamentais estabelecidos pelo ECA e pelo Estatuto da Juventude (vida e saúde, liberdade, respeito e dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização e proteção no trabalho), convertendo-os em objetivos práticos e aplicados às vulnerabilidades vivenciadas pela população de maricá.

Seguindo o embasamento legal desses institutos, especial atenção e respostas devem ser dadas às vulnerabilidades e fatores de risco que se relacionam ao contexto de violência, em todas suas formas: Fracasso e evasão escolar; uso abusivo de drogas; dificuldade em acessar bens culturais; ausência de oportunidades de formação profissional; insuficiência de atividades socializadoras como arte, esporte e lazer; escassez ou ausência de espaços de diálogos e participação política e social para a população, acaba incidindo nas relações de uma vida saudável.

Cabe destacar que o grupo de maior risco de exposição a essas situações são os adolescentes entre 15 e 18 anos. Os números relacionados à mortalidade infanto-juvenil brasileira têm sofrido considerável diminuição, entretanto, tais resultados são facilmente

questionados ao se constatar altos índices de violência física, sexual e psicológica contra crianças e adolescentes e, até mesmo anulados, pelas altas taxas de homicídios verificadas entre jovens em um panorama nacional.

São vidas jovens pagando pelo conflito entre o direito garantido e o direito efetivado. Lazzarini (2008) localiza que no ECA temos a tradução da proteção especial para proteção integral, como conjunto de direitos fundamentais, no caso, a todos os adolescentes descritos no Livro I. O autor segue apontando que no Livro II na parte especial, encontramos medidas específicas e programas de proteção. Trata-se da política de atendimento e proteção, suas formas de efetivação e controle.

O artigo 90 que integra esse sistema da parte especial no ECA, prevê como um regime de atendimento dentro da política estabelecida, o inciso II, "apoio socioeducativo em meio aberto". Entende-se por regime de apoio socioeducativo em meio aberto o que visa prestar atendimento à criança e/ou ao adolescente em estado de vulnerabilidade, vínculos familiares fragilizados ou conflituosos, violados em seus direitos fundamentais, em um sistema de atendimento aberto e constituído de espaços formativos, garantindo a participação da comunidade e da família com vistas a uma inserção social qualificada e garantidora dos direitos estabelecidos pela Constituição. Estes programas de apoio social e educativo não se confundem com as medidas socioeducativas, que visam à responsabilização de adolescentes em conflito com a Lei.

O apoio socioeducativo em meio aberto vem ganhando importância política, social e jurídica no âmbito de atenção ao jovem tendo em vista a proteção integral. Tal evidência se dá pelos programas de apoio social e educativo em meio aberto tem por missão formar junto com a família a equação da proteção integral ao adolescente-jovem.

Trata-se de efetivar a essência da Doutrina da Proteção Integral e, para tanto, é necessário romper com duas características históricas:

- a) forte herança da mentalidade de prevenção do delito característica da doutrina da situação irregular, que via nas juventudes empobrecidas potenciais delinquentes;
- b) herança do paradigma assistencialista, que via nessas ações uma compensação pelas várias falhas na formação da criança e do adolescente, pretendendo por isso mesmo sobrepor-se à ação de outras instituições cuidadoras, como é o caso da família, e da comunidade e até mesmo substituí-las.

E que não pode ser permitido por uma negação de direitos garantidos à essas pessoas pela compreensão equivocada do trabalho social e educativo em meio aberto. E, portanto, deve ser efetivado o acesso aos direitos sociais também à esses jovens em condição peculiar de desenvolvimento, sendo o apoio socioeducativo em meio aberto, uma base fundamental para a concretização dos objetivos do projeto, ao garantir a identificação dessas demandas e encaminhamento de forma assertiva aos órgãos públicos de apoio.

Tomando, portanto, para implantação do **CDB**, dois pressupostos fundamentais:

- a população mais exposta às condições de vulnerabilidade e, conseqüentemente, às situações de violações de seus direitos fundamentais precisam ser alcançadas e suas necessidades demandadas aos órgãos públicos;
- o apoio permanente e de caráter monitorativo dos agentes territoriais deverá identificar, submeter e acompanhar o processo de resolução dos problemas auferidos nas buscas ativas pelos territórios, somando-se às políticas básicas de atendimento à população e pela superação dessas condições de vulnerabilidades através do **Comitê de Defesa dos Bairros**.

Nesta perspectiva é que a **ICASOP** guia a implementação deste projeto, buscando parceiros na família, na comunidade, na sociedade civil organizada, nos órgãos do sistema de proteção e garantias de direitos, no setor privado e na prefeitura municipal, para garantir desenhos mais democráticos para as políticas sociais, que fortaleçam as bases de apoio comunitárias para cada quadra.

Implantar este projeto, portanto, é oportunizar à população um espaço de participação, de formação e de cidadania, possibilitando um convívio social saudável, aumentando as oportunidades de qualificação pessoal, buscando a ampliação do acesso aos serviços públicos, como maneira colaborativa e de base cultural da população no combate às vulnerabilidades e desafios locais.

Também inclui o jovem como articulador para ter um sistema de promoção social mais presente, faz intermediação do diálogo e busca repassar conhecimento de maneira mais simples, direta e receptiva aos jovens, fomentando uma comunidade mais protetora e receptiva, a sociedade alerta e participativa, além de contribuir para o fortalecimento da rede de gestão do município focando na prevenção de problemas sociais e cumprindo de maneira eficiente e monitorada as propostas e objetivos do projeto.

2. JUSTIFICATIVA DA PARCERIA

O município de Maricá convive com um cenário social marcado por fortes desigualdades, dificuldades no acesso a políticas públicas e pela necessidade de ampliar os canais de participação cidadã e de controle social. Segundo dados do Censo IBGE (2022), aproximadamente 40% da população encontra-se em condição de vulnerabilidade, o que restringe o alcance a direitos básicos, serviços essenciais e oportunidades de desenvolvimento.

Entre os principais obstáculos enfrentados estão o alto índice de desemprego juvenil, que supera 30% de acordo com o Novo CAGED (2023), e a evasão escolar no ensino médio, que chega a 17,5% conforme o INEP (2022). Esses números revelam não apenas as limitações socioeconômicas, mas também a ausência de instrumentos consistentes de articulação comunitária e de elaboração conjunta de alternativas para enfrentar tais problemas.

Com uma extensão territorial de 362,5 km² e composta por 75 bairros e sub-bairros com realidades diversas, Maricá demanda soluções diferenciadas para cada localidade. Essa complexidade reforça a importância de descentralizar as políticas públicas, criando espaços contínuos de diálogo, escuta qualificada, mediação de conflitos e planejamento participativo das ações sociais.

Experiências de gestão participativa no Brasil e em outros contextos internacionais comprovam que iniciativas voltadas ao fortalecimento das comunidades, à integração entre setores e à ampliação da participação popular tendem a gerar políticas públicas mais efetivas, adequadas às especificidades locais e com resultados sustentáveis no longo prazo.

Diante disso, a criação do Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) se apresenta como uma medida estratégica para estreitar a relação entre governo e sociedade civil, promovendo uma atuação territorializada, democrática e colaborativa. O projeto prevê a instalação de 75 Núcleos Comunitários de Defesa e Participação, distribuídos por bairros e comunidades, além de 4 Polos Regionais que servirão como pontos de referência para coordenar e fortalecer as ações.

Segundo dados do IBGE (2022) e do Instituto de Dados de Maricá (IDR), cerca de 40% da população vive em situação de vulnerabilidade social. Essa condição está associada a múltiplos fatores, como a renda insuficiente, a baixa escolaridade, a precariedade habitacional, a dificuldade de acesso a serviços públicos e a ausência de redes de apoio comunitário estruturadas.

A juventude, especialmente, figura como o grupo mais afetado. Estima-se que 42 mil jovens entre 15 e 29 anos vivam em Maricá, representando 21% da população municipal. De acordo com o Novo CAGED (2023), o desemprego juvenil ultrapassa 30%, índice duas vezes superior à média geral da cidade. Já os dados do INEP (2022) apontam que a evasão escolar no ensino médio alcança 17,5%, com maior incidência entre jovens negros, do sexo masculino e residentes em bairros periféricos ou rurais.

Esse quadro de desocupação e evasão escolar compromete a empregabilidade e a autonomia econômica dos jovens, além de reforçar ciclos de exclusão social e precarização da cidadania. A ausência de políticas consistentes de inclusão produtiva e qualificação profissional contribui para ampliar a distância entre a juventude e o mercado de trabalho formal, aumentando a vulnerabilidade desse segmento.

A análise territorial de Maricá revela que bairros como Itaipuaçu, Inoã, Bambuí, São José de Imbassaí, Ponta Negra e Cordeirinho concentram os maiores índices de vulnerabilidade social. Nessas localidades, observa-se baixa cobertura de equipamentos públicos, ausência de centros de formação cidadã, escassez de espaços de lazer, cultura e esportes, além de deficiências na mobilidade urbana.

Esse cenário gera isolamento social e comunitário, agravado por fenômenos como o uso abusivo de substâncias, o aumento de transtornos psíquicos – como ansiedade e depressão, conforme apontado pela Secretaria Municipal de Saúde – e o enfraquecimento das lideranças comunitárias. A carência de redes de apoio sólidas compromete a coesão social e favorece o distanciamento entre população e poder público.

Outro ponto sensível é a fragilidade dos mecanismos de diagnóstico territorial. Sem dados produzidos de forma participativa e descentralizada, o município carece de informações atualizadas que reflitam com precisão as demandas específicas de cada comunidade. Essa lacuna compromete a capacidade de planejamento das políticas públicas e reduz a efetividade das ações implementadas.

O Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) e o Plano Nacional de Juventude reconhecem os jovens como sujeitos de direitos e protagonistas no desenvolvimento social. No entanto, em Maricá, esse reconhecimento legal ainda não se traduz plenamente em políticas estruturantes.

Antes da intervenção do CDB, os jovens enfrentam barreiras significativas à participação cidadã, tanto por falta de oportunidades institucionais quanto pela ausência de programas contínuos que estimulem o engajamento comunitário. A juventude maricaense convive com um duplo desafio: de um lado, a exclusão educacional e econômica; de outro, a invisibilidade política e social.

Nesse contexto, torna-se imperativo criar mecanismos que possibilitem sua inserção ativa nos processos decisórios locais, não apenas como beneficiários de políticas, mas como agentes transformadores.

O diagnóstico do Marco Zero demonstra que Maricá enfrenta um cenário marcado por vulnerabilidades sociais, desigualdades territoriais, fragilidade de redes comunitárias e baixa cultura de participação popular. Essa realidade compromete a efetividade das políticas públicas e limita o exercício pleno da cidadania.

A ausência de canais permanentes de escuta e articulação comunitária reforça a distância entre poder público e sociedade civil, dificultando o monitoramento das ações governamentais e a construção coletiva de soluções. Além disso, a juventude, que representa um quinto da população, encontra-se duplamente fragilizada: pela exclusão socioeconômica e pela falta de espaços de participação.

É diante desse cenário que a criação do Comitê de Defesa dos Bairros se apresenta como uma resposta estruturante. O CDB surge com o propósito de territorializar a participação social, por meio da implantação de 75 Núcleos Comunitários e 4 Polos Regionais, que funcionarão como espaços descentralizados de diálogo, mediação, diagnóstico participativo e fortalecimento das redes comunitárias.

Esses instrumentos permitirão não apenas aproximar o poder público das comunidades, mas também construir soluções compartilhadas, capazes de promover maior justiça social, eficiência das políticas e fortalecimento da cidadania.

Antes da intervenção do CDB, Maricá encontra-se diante de uma conjuntura que combina vulnerabilidades históricas, carências institucionais e fragilidades sociais. O Marco Zero evidencia a urgência de criar mecanismos que articulem de forma inovadora poder público, sociedade civil e juventude, ampliando a cultura de participação democrática e construindo uma governança comunitária sustentável.

Assim, o diagnóstico inicial não apenas fundamenta a necessidade do projeto, mas também orienta suas estratégias metodológicas, reforçando a importância da participação popular e do protagonismo juvenil como vetores de transformação social. O Comitê de Defesa dos Bairros nasce, portanto, como resposta concreta a uma realidade marcada por desigualdades, mas também repleta de potencialidades que podem ser mobilizadas em favor de um desenvolvimento inclusivo, democrático e participativo para todo o município de Maricá.

2.2 Da Realidade Local

O município de Maricá enfrenta um contexto social marcado por intensas desigualdades, dificuldades de acesso a políticas públicas e pela necessidade de ampliar os instrumentos de participação e controle social. De acordo com o Censo IBGE (2022), cerca de 40% da população local encontra-se em situação de vulnerabilidade, o que limita o acesso a direitos fundamentais, serviços e oportunidades de crescimento.

Entre os principais desafios, destacam-se o elevado índice de desemprego entre jovens, que ultrapassa 30% segundo o Novo CAGED (2023), e a taxa de evasão no ensino médio, que atinge 17,5% (INEP, 2022). Esses dados evidenciam não apenas fragilidades socioeconômicas, mas também a carência de mecanismos efetivos de articulação comunitária e de construção conjunta de soluções.

Com uma área de 362,5 km², distribuída em 75 bairros e sub-bairros com realidades bastante distintas, Maricá apresenta demandas específicas em cada território. Essa diversidade exige estratégias de descentralização das políticas públicas e a criação de espaços permanentes de diálogo, escuta ativa, mediação comunitária e elaboração participativa de ações sociais.

Experiências de governança participativa no Brasil e em outros países mostram que modelos baseados no fortalecimento comunitário, na articulação entre diferentes setores e na ampla participação popular resultam em políticas mais eficazes, adequadas às realidades locais e com impactos duradouros.

Nesse contexto, a implantação do Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) surge como uma iniciativa fundamental para aproximar poder público e sociedade civil, promovendo uma

atuação territorializada, democrática e colaborativa. O programa prevê a criação de 75 Núcleos Comunitários de Defesa e Participação, distribuídos nos bairros e comunidades, além de 4 Polos Regionais que funcionarão como referências territoriais para o desenvolvimento das ações.

I. Estrutura Territorial e Distribuição dos Bairros:

Maricá está organizada em quatro grandes distritos: Centro, Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu. Cada um deles possui características socioeconômicas, culturais e ambientais próprias, que moldam os desafios enfrentados pela população local. O Distrito Sede, onde se concentra o maior contingente populacional com aproximadamente 35 bairros, constitui o núcleo urbano principal da cidade, abrigando centros comerciais, administrativos e históricos. Por sua vez, os distritos de Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu englobam áreas predominantemente residenciais, rurais e litorâneas, somando cerca de 40 bairros com dinâmicas distintas.

Essa diversidade territorial acentua a necessidade de abordagens especializadas para problemas que se manifestam tanto em áreas urbanas consolidadas quanto em regiões periféricas e ambientalmente sensíveis. A gestão municipal enfrenta o desafio de promover, simultaneamente, a expansão urbana organizada, a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental que serão pautas na análise dos agentes territoriais e nos núcleos do CDB.

II. Principais Desafios e Necessidades por Distrito:

a) DISTRITO SEDE – Centro nevrálgico com demandas urbanas intensificadas.

• Perfil Territorial e Urbano

O Distrito Sede compreende o núcleo principal do município de Maricá e agrega aproximadamente 35 bairros, incluindo Centro, Flamengo, Mumbuca, Itapeba, Jacaroá, Parque Nanci, Ponta Grossa, dentre outros. É o distrito mais populoso e urbanizado da cidade, concentrando funções administrativas, serviços urbanos, comércio, atividades culturais e parte importante do fluxo populacional diário, é onde se aglomera grande parte das secretarias municipais, autarquias e órgãos públicos diversos.

A região é marcada por elevado número de loteamentos e condomínios, resultado da intensa expansão urbana nas últimas décadas, o que já soma mais de 100 loteamentos e 42 condomínios desde os anos 1990, transformando o perfil habitacional e gerando desafios estruturais para a gestão municipal.

O Distrito Sede avançou em obras de infraestrutura urbana para mitigar problemas históricos de saneamento, drenagem, mobilidade e oferta de espaços públicos. De acordo com análise de informações fornecidas no [site da Prefeitura de Maricá](#), as ações recentes incluem:

- Força-tarefa envolvendo cerca de 200 profissionais de diferentes secretarias realizaram desobstrução da rede de esgoto, operação tapa-buracos, substituição de luminárias, poda de árvores, remoção de entulho, capina e limpeza de vias no **Bairro Mumbuca**. Tais operações visaram atender às demandas históricas de saneamento e qualidade do ambiente urbano, especialmente após episódios de chuvas intensas.
- Inauguração do Boulevard Leandro da Silva, que serve como novo espaço público de lazer e convivência, além de promover a integração viária com o Parque Nanci no **Bairro Itapeba**. A região também está sendo atendida com extensão de ciclovias, facilitando o deslocamento não motorizado e promovendo maior mobilidade urbana.
- **O Jacaroá** conta com infraestrutura urbana consolidada como escolas, postos de saúde, sistema funcional e centros comerciais, embora ainda exija expansão em certos pontos da malha viária e oferta de serviços.
- O novo elevado no **Flamengo** e obras de contenção de rios e desvio visam aliviar gargalos de trânsito, reduzir risco de alagamentos e criar ambientes urbanos mais seguros e acessíveis.
- Expansão das redes de distribuição de água e investimentos em esgotamento sanitário continuam sendo prioridades, buscando a universalização e boas condições de vida em todos os bairros.

- **Perfil de Saúde Pública:**

O Distrito Sede é atendido por diversas Unidades de Saúde da Família (USF), postos de saúde centralizados e equipamentos de referência para atendimento ambulatorial,

urgência e emergência. O Hospital Municipal Conde Modesto Leal, no Centro, destaca-se como maior referência em pronto atendimento local. As ações são complementadas por políticas de saúde mental, com acompanhamento multiprofissional, programas de prevenção, campanhas e ações itinerantes para ampliar a cobertura e o acesso nos bairros.

- **Perfil de Educação:**

É também no Distrito Sede que se concentra parte importante da rede municipal de ensino, abrigando diversas creches, unidades de Educação Infantil e Fundamental, além de equipamentos educativos para educação inclusiva e de jovens e adultos (EJAI). Os programas municipais garantem distribuição de material, transporte escolar, alimentação e projetos de reforço e formação continuada. Recentemente, a educação do município tem sido fortalecida por iniciativas como o Passaporte Universitário e eventos culturais, garantindo mais oportunidades aos estudantes da região.

- **Perfil de Assistência Social**

O território é atendido por três CRAS (Centro, CEU e São José), responsáveis por prestar apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, distribuir benefícios sociais (como Bolsa Família e Moeda Mumbuca), intermediar programas de inclusão produtiva e promoção de integração comunitária. O diagnóstico social local aponta ainda demandas por ampliação dessas redes, especialmente em áreas periféricas e de maior vulnerabilidade.

- **Perfil de Segurança Pública**

Aumentaram as ações integradas entre Guarda Municipal, Polícia Militar e o sistema de videomonitoramento (CIOSP), com ênfase na expansão do número de agentes, chegada de novas viaturas e instalação de câmeras inteligentes. Além das operações de rotina, as políticas específicas buscam maior segurança nos acessos à cidade e nos bairros centrais, resposta às preocupações recorrentes comunitárias com assaltos e delitos urbanos.

- **Principais Demandas e Avanços**

Apesar dos avanços, o Distrito Sede ainda apresenta como desafios a ampliação da infraestrutura de saneamento, a regularização de áreas de moradia, o crescimento urbano sustentável, o trânsito e a mobilidade intraurbana, bem como a inclusão social de áreas mais afastadas do Centro.

Novos espaços públicos, ampliação de ciclovias, investimentos em habitação popular, expansão da rede de saúde e estímulo à participação comunitária compõem as principais políticas em curso para melhorar a qualidade de vida da população local.

Esses avanços ainda estão longe de atender as demandas de uma cidade crescente e pujante, principalmente em áreas periféricas onde o acesso às políticas públicas ainda são limitadas, mas vibra o sentimento de coesão social da comunidade e da luta pelos ideais socialistas de redução das desigualdades.

b) Distrito de Ponta Negra – Prioridade para o meio ambiente e sustentabilidade:

- **Perfil Territorial e Geográfico**

O Distrito de Ponta Negra é o segundo distrito administrativo de Maricá, situado a leste do município. Ele compreende, além do bairro homônimo, diversas localidades como Cordeirinho, Jardim Guaratiba, Caju, Pindobal, Bambuí, Jardim Interlagos, Manoel Ribeiro, Espraiado, Vale da Figueira, Bananal e Jaconé. Limita-se com o município de Saquarema, que integra a Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. A região apresenta uma combinação de áreas litorâneas com praias oceânicas, lagoas, canais e espaços naturais preservados, formando um ecossistema rico e diverso. O canal que liga a Lagoa de Guarapina ao Oceano Atlântico é uma importante referência local, tanto para lazer quanto para práticas de pesca e esportes náuticos.

- **Natureza, Turismo e Cultura**

Ponta Negra é reconhecida pela beleza natural de suas praias de areias claras e águas limpas, consideradas ideais para surf e lazer. Destacam-se pontos turísticos como o Farol de Ponta Negra, implantado em 1909 e pertencente à Marinha do Brasil. O farol é considerado patrimônio cultural da cidade e oferece uma das vistas panorâmicas mais impressionantes do litoral, incluindo a visão do sistema lagunar de Maricá, a Pedra do Elefante em Itaipuaçu e até a Pedra da Gávea no município do Rio de Janeiro.

A região ainda possui piscinas naturais e áreas propícias para pesca e mergulho, atraindo turistas e moradores para momentos de lazer. A história cultural da localidade também é rica, com registros que vinculam o nome "Ponta Negra" tanto às formações rochosas escuras da costa quanto à história do desembarque clandestino de escravos no século XIX.

- **Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano**

Ponta Negra tem experimentado crescimento moderado, com investimentos recentes em loteamentos e projetos imobiliários, como o condomínio Experience By Carlos Burle, que

alia infraestrutura urbana de qualidade à preservação ambiental e valorização do patrimônio natural.

No entanto, o distrito ainda enfrenta exigências importantes relacionadas com o saneamento básico, abastecimento de água e pavimentação de vias para melhorar as condições de vida dos moradores. A mobilidade urbana é um desafio, necessitando de ampliação e diversificação do transporte coletivo para integrar melhor os bairros do distrito com o centro urbano de Maricá e regiões vizinhas.

- **Demanda Ambiental e Sustentabilidade**

Como área de grande importância ambiental, Ponta Negra sofre pressão pela conservação de seus ecossistemas, especialmente manguezais, restingas e áreas de lagoa. A proteção dessas áreas é essencial para prevenir desastres naturais, conservar a biodiversidade e garantir a qualidade ambiental para a população local.

Políticas públicas abertas para a recuperação e proteção ambiental, bem como para o uso sustentável dos recursos naturais, são consideradas prioritárias para o desenvolvimento equilibrado do distrito. Projetos que incentivam o turismo sustentável, preservando a integridade dos ecossistemas, são fundamentais para o fortalecimento econômico com base na valorização ambiental.

- **Questões Sociais e Econômicas**

Apesar do ambiente tranquilo e qualidade de vida associada a Ponta Negra, o distrito apresenta desafios sociais, como a necessidade de inclusão social, capacitação profissional e geração de emprego na localidade. Projetos para o fortalecimento da economia local e o acesso ampliado aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social são essenciais para atender uma população crescente.

- **Importância para o Município de Maricá**

Ponta Negra desempenha papel estratégico no contexto municipal como polo turístico, área de preservação ambiental e localidade de expansão urbana sustentável. Seu equilíbrio entre desenvolvimento e conservação é fundamental para o planejamento de Maricá e para o bem-estar de seus habitantes.

As necessidades mais urgentes estão homologadas à proteção e recuperação dessas áreas sensíveis, essenciais para a manutenção da biodiversidade, prevenção de desastres naturais e qualidade ambiental.

Essa região carece ainda de investimentos em educação e cultura para jovens e famílias, bem como de iniciativas que fomentem a inclusão social e o fortalecimento da economia local, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades e atendendo a essas demandas gerará um impacto positivo no desenvolvimento estratégico do município.

c) Distrito de Inoã – Enfrentando Crescimento e Planejamento Urbano

- **Perfil Territorial e Demográfico**

O Distrito de Inoã está localizado na porção leste do município de Maricá, abrigando aproximadamente 10 bairros e sub-bairros, incluindo o bairro homônimo Inoã, Calaboca, Spar, Chácaras de Inoã, Bosque Fundo, Santa Paula e Cassorotiba – este último com caracterização essencialmente rural. Também apresentam comunidades de maior vulnerabilidade social, como Risca-Faca, Bananal, Gramado e Beira-Rio.

O centro de Inoã situa-se às margens da Rodovia Amaral Peixoto, importante eixo viário que conecta Maricá a outras cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essa localização facilita o acesso aos serviços básicos oferecidos na região.

Com população crescente e distribuída, Inoã combina áreas residenciais urbanas, rurais e comunidades de perfil socioeconômico variado, configurando um distrito em processo dinâmico de urbanização e expansão territorial.

- **Infraestrutura Urbana e Mobilidade**

O distrito apresenta infraestrutura em desenvolvimento, mas enfrenta desafios em relação ao planejamento urbano e à regularização de ocupações. Há registros de áreas com ocupação irregular que ainda carecem de regularização fundiária e de serviços públicos essenciais.

O transporte público atende o distrito principalmente por meio da RJ-106, que é a principal via de acesso, embora a oferta e a frequência possam exigir melhorias para garantir a mobilidade adequada a toda população, especialmente nos bairros mais distantes do centro.

Os sistemas de abastecimento de água e saneamento básico ainda são insuficientes em algumas localidades, evidenciando a necessidade de expansão e modernização das redes de distribuição e coleta.

- **Perfil de Saúde Pública**

Inoã conta com uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas, que atende não só o distrito, mas também moradores das regiões adjacentes, oferecendo serviços de urgência e atenção básica. Além da UPA, existem postos e centros de saúde para atendimento primário e programas de saúde comunitária.

Ainda há demanda por ampliação do acesso e qualificação dos serviços de saúde para atender o aumento populacional e as especificidades locais, como cuidados preventivos e atenção à saúde mental.

- **Perfil de Educação**

O distrito possui uma quantidade significativa de unidades educacionais para o seu porte, incluindo três escolas estaduais e seis municipais distribuídas entre os bairros. Isso demonstra um esforço municipal para oferecer educação básica adequada, com infraestrutura compatível.

No entanto, uma crescente população jovem e o processo de urbanização exigem ampliação de vagas, investimentos em infraestrutura escolar, qualificação do corpo docente e oferta de cursos profissionalizantes para melhor preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e inclusão social.

- **Perfil de Assistência Social e Comunidade**

Diversas comunidades em Inoã enfrentam condições de vulnerabilidade social, o que exige uma atuação integrada da assistência social. Projetos sociais e programas de apoio a famílias, crianças e jovens têm sido realizados, mas a demanda por ações ampliadas permanece alta.

A participação comunitária e a organização social local são elementos importantes para fortalecer o capital social, promover o engajamento e ampliar a eficácia das políticas públicas inovadoras.

- **Perfil de Segurança Pública**

A segurança no distrito enfrenta desafios relacionados tanto a aspectos estruturais quanto à presença de ações policiais e preventivas. O monitoramento por câmeras, apoio da Guarda Municipal e integração com a Polícia Militar são essenciais para o combate à criminalidade e para a sensação de segurança dos moradores.

Projetos de prevenção e inclusão social podem contribuir para reduzir vulnerabilidades e fortalecer a proteção comunitária.

- **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

O distrito abriga áreas rurais e zonas que ainda conservam traços naturais importantes, exigindo políticas que conciliem o desenvolvimento urbano com a preservação ambiental. Eventos climáticos e pressões por expansão habitacional exigem planejamento cuidadoso. A proximidade com praias e áreas naturais torna essencial a implementação de projetos de sustentabilidade, recuperação ambiental e educação ambiental na comunidade.

- **Potencialidades e Desafios**

Inoã possui potencial para crescimento planejado, com destaque para oportunidades no setor imobiliário e para a melhoria da qualidade de vida da população por meio de investimentos em infraestrutura urbana, serviços públicos e políticas sociais.

Entretanto, o desafio central é a regularização fundiária e a criação de condições que garantam o acesso a serviços essenciais, educação de qualidade e segurança, ao mesmo tempo em que se proteja o meio ambiente e se promova a inclusão social.

A integração eficiente entre poder público, comunidade e iniciativa privada será segura para consolidar uma trajetória de desenvolvimento inclusiva e sustentável, garantindo a melhoria da qualidade de vida e a valorização do território.

d) Distrito de Itaipuaçu – Infraestrutura e Turismo Sustentável

- **Perfil Territorial e Geográfico**

O distrito de Itaipuaçu está localizado na região leste do município de Maricá, Rio de Janeiro, abrangendo cerca de 243 km² e contando com uma população estimada em aproximadamente 38.000 habitantes. Itaipuaçu é reconhecida por suas extensas praias de águas limpas e faixas de areia largas que atraem tanto moradores quanto turistas para lazer e esportes ao ar livre. Abriga bairros como Recanto de Itaipuaçu, Praia de Itaipuaçu, Barroco, Jardim Atlântico Oeste, Central e Leste, entre outros.

A região é vizinha aos bairros niteroienses de Itacoatiara e Itaipu, sendo separada destes pela Pedra do Elefante, dentro do Parque Estadual da Serra da Tiririca, área rica em remanescentes de restinga e manguezais.

- **Perfil de Infraestrutura Urbana e Expansão Imobiliária**

Itaipuaçu tem experimentado um “boom” imobiliário específico nos últimos anos, com alta valorização de imóveis para compra e aluguel, reflexo do crescimento demográfico acelerado. Grande parte dos novos moradores vem de cidades próximas como Rio de Janeiro, São Gonçalo e Niterói, o que flexibiliza a dinâmica populacional e econômica local.

Entretanto, apesar do crescimento, o distrito enfrenta sérios desafios de infraestrutura:

- ★ **Saneamento básico e abastecimento de água:** A cobertura do fornecimento de água e o esgotamento sanitário permanecem incompletos em muitas áreas, o que afeta qualidade de vida e saúde pública.
- ★ **Energia elétrica:** A prestação do serviço pela entrega local (ENEL) é frequentemente apontada como insuficiente, com problemas de fornecimento e quedas de energia em diferentes bairros.
- ★ **Coleta de lixo:** A regularidade e cobertura do serviço ainda exigem melhorias para atender uma população crescente e evitar impactos ambientais e urbanos.

- **Perfil de Mobilidade e Transporte**

Itaipuaçu possui uma boa conexão com o centro de Maricá e regiões vizinhas, inclusive com acesso facilitado ao Rio de Janeiro e Niterói. A Prefeitura de Maricá oferece transporte público gratuito, conhecido como “Vermelhinhos”, que atende o distrito e contribui para a mobilidade da população, especialmente aqueles que dependem do sistema coletivo.

Porém, as vias internas de alguns bairros ainda precisam de pavimentação e manutenção para melhorar o trânsito local e garantir a segurança viária. O crescimento imobiliário e populacional torna urgente o aprimoramento da infraestrutura viária e alternativas de transporte sustentáveis.

- **Meio Ambiente e Turismo**

Itaipuaçu é um dos principais polos turísticos do município, valorizado pelas praias e pela proximidade de áreas naturais protegidas, como o Parque Estadual da Serra da Tiririca. A orla marítima possui infraestrutura voltada ao lazer, com ciclovias, pistas de caminhada, quiosques, bares e espaços para esportes ao ar livre, configurando-se como um local de referência para a qualidade de vida e entretenimento familiar.

No entanto, o crescimento urbano crescente traz a necessidade de políticas ambientais rigorosas para evitar a manipulação dos ecossistemas locais, conservar a biodiversidade e estimular um turismo sustentável que beneficie a economia sem comprometer os recursos naturais.

- **Serviços Públicos: Saúde, Educação e Segurança**

- Itaipuaçu conta com postos básicos de saúde e serviços municipais que buscam atender a população local, mas a expansão da rede e melhoria no atendimento, principalmente em emergências e atenção básica, são demandas constantes diante do aumento populacional.
- A região necessita de mais unidades escolares e ampliação das existentes para suprir a demanda de crianças e jovens, acompanhando o crescimento demográfico. A qualidade da infraestrutura e o suporte educacional também são pontos a serem reforçados.
- Embora conte com a presença da Guarda Municipal e da Polícia Militar, a segurança ainda é um tema relevante para a comunidade, incluindo a necessidade de videomonitoramento ampliado, maior eficácia policial e ações de prevenção com participação comunitária.

→ **DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

O processo de urbanização em Itaipuaçu está em transição, com transformação do tecido urbano que gradualmente perde as características de zona dispersa para um centro urbano com maior densidade e complexidade. O município tem buscado liderança nesse avanço por meio de planejamento urbano, investimento em infraestrutura e regulamentações que orientam o crescimento para um modelo sustentável e integrado às necessidades sociais e ambientais.

Os principais desafios contemplam a universalização dos serviços básicos – água, esgoto, energia, coleta de resíduos –, a pavimentação e melhoria das vias, a ampliação dos serviços públicos (saúde, educação, segurança), e a preservação ambiental frente ao crescimento imobiliário acelerado.

Este projeto deve servir como base para que a administração pública, a sociedade civil e a iniciativa privada construam parcerias efetivas, mobilizando recursos, conhecimento técnico e engajamento social para transformar Maricá em uma cidade mais justa, saudável e sustentável.

Assim, o enfrentamento estruturado das demandas específicas, aliado ao respeito à diversidade e às especialidades locais, garantirá a implementação de políticas inovadoras e eficazes, consolidando Maricá como um exemplo de gestão municipal moderna e cidade contemporânea, além de sua população se sentir pertencente ao seu local de morada.

"O processo de educação não se completa na etapa de desvelamento de uma realidade, mas só com a prática da transformação dessa realidade. Estas duas práticas - conhecimento e transformação - formam uma unidade dialética." (Paulo Freire)

2.3. Dos fundamentos da proposta e detalhamento do processo

O plano de trabalho estrutura-se em torno da implementação de 4 polos regionais e 75 núcleos comunitários, um sistema de vigilância coletiva capaz de atender a demanda de aproximação entre o poder público e a população como instrumentos de controle social, apoio comunitário e mobilização popular para diferentes objetivos sociais e de políticas públicas, favorecendo a construção coletiva dos espaços e projetos locais, com ênfase no protagonismo juvenil. A metodologia é pautada nos princípios da Participação Social na Governança de territórios utilizando estrategicamente representantes das comunidades atendidas, que serão contratados, capacitados e monitorados no desempenho de suas funções.

Inspirado nos CDRs cubanos, o projeto propõe uma estrutura territorializada, com 4 (quatro) polos distribuídos 1 (um) por distrito, observando os aspectos locais e de infraestrutura necessária para a execução do objeto, conforme previamente exposto na Visita Técnica.

1º passo: Implantação dos polos regionais de mobilização comunitária e escolha dos imóveis. (Duração: até 30 dias).

Os 4 polos serão escolhidos em consonância orientativa da Secretaria da Juventude e Participação Popular, cabendo a gestão do ICASOP a definição do imóvel ideal.

Passado as orientações, será feito um estudo de viabilidade, onde se levará em consideração se:

- O imóvel possui a documentação legal para o funcionamento de atividades comunitárias e institucionais (registro imobiliário com IPTU, autorização de uso para os fins à que se destina e ocupação do solo)?
- O imóvel oferece fácil acesso para locomoção e deslocamento de moradores e agentes territoriais, incluindo acessibilidade para pessoas com deficiência?
- A localização do imóvel é estrategicamente distribuída para atender o

público-alvo do núcleo (proximidade de bairros e sub bairros, facilidade de transporte público, oferecer apoio logístico às equipes dos núcleos, gerenciar a distribuição de materiais, dar suporte aos agentes territoriais e atuar como ponto de referência)?

→ O imóvel possui infraestrutura adequada para a realização de reuniões, escritórios, atendimentos e formações, incluindo salas multiuso, banheiros, área administrativa e espaço para guarda de materiais?

→ O imóvel conta com condições tecnológicas fundamentais (conexão de internet por fibra ótica, instalação elétrica que comporte a carga de consumo do projeto)?

→ O imóvel possui condições de segurança estrutural e operacional (estrutura física em bom estado, sistema de prevenção contra incêndio, iluminação pública no entorno)?

→ O imóvel oferece possibilidade de adaptação ou adequação para atender às especificidades do CDB, respeitando critérios de conforto, segurança, funcionalidade e acessibilidade?

→ O imóvel está inserido em um ambiente que favorece a mobilização social e a articulação comunitária (proximidade de equipamentos públicos como escolas, CRAS, centros culturais, associações ou espaços socioeducativos)?

Superando estas questões o imóvel passará para a **etapa de contratação** e elaboração do projeto arquitetônico para adaptação da infraestrutura, será gerada a Planta 3D de cada imóvel refletindo a expectativa final de como será concebida a unidade.

2º Passo: Estruturação (Duração: Mês 1 e Mês 2) – essa etapa se dará com a aquisição de material permanente e equipamentos necessários para promover as atividades definidas nas metas do projeto e no Plano de Trabalho orientativo, que prevê:

“Esses polos contarão com salas multiuso para oficinas, reuniões, encontros comunitários e formações, espaços administrativos para gestão e acompanhamento das atividades, ambientes destinados ao atendimento comunitário, além de infraestrutura tecnológica, com computadores, internet, impressoras e recursos audiovisuais para suporte às atividades.”

A equipe de infraestrutura acompanhará todo o processo de implementação dessa etapa que deverá cumprir o cronograma de execução aprovado neste plano de trabalho.

A estruturação é essencial para garantir uma organização clara e eficiente das equipes e processos, possibilitando uma atuação integrada e territorializada que aproxima o poder público das comunidades. Ela garante a definição precisa das funções, o monitoramento sistemático das ações e o fortalecimento da governança democrática, promovendo a participação social efetiva, o controle social e a transparência. Além disso, fomentar o protagonismo comunitário, especialmente da juventude, por meio da capacitação e do engajamento contínuo, criando bases sólidas para o desenvolvimento sustentável e a efetividade das políticas públicas no município.

3º Passo: Contratação de pessoal e constituição dos Grupos de Agentes Territoriais.

Para garantir a formação de uma equipe comprometida para atuar na gestão geral do programa e nos quatro Polos Regionais de Mobilização Comunitária, incluindo a constituição dos Grupos de Agentes Territoriais, faremos a seleção dos Recursos Humanos que terão papel estratégico na interlocução entre o poder público e as comunidades, além do acompanhamento e apoio às ações dos Núcleos Comunitários. De modo a garantir a compreensão do organograma de funções que **atuarão diretamente nos polos** entende-se como:

- **Coordenador Geral:** Responsável pela supervisão global das operações no polo central. Coordena a execução das estratégias definidas para a mobilização comunitária, articula-se com a Secretaria Municipal de Juventude e Participação Popular e demais polos, gerencia recursos e garante o alinhamento com os objetivos institucionais do CDB e do edital.

Atua como representante formal do projeto em interlocuções institucionais e intersetoriais.

- **Coordenador Técnico:** Responsável pela qualidade técnica das ações dos polos. Supervisão da implementação de metodologias participativas, processos formativos (capacitações, workshops), produção de diagnósticos e uso de ferramentas tecnológicas (plataforma, georreferenciamento). Garantir o suporte metodológico e a capacitação contínua dos agentes territoriais e educadores, verificação do cumprimento das metas estabelecidas neste plano de trabalho e elaboração de relatório técnico por período.

- **Coordenador de Relacionamento:** Focaliza a interlocução direta com comunidades, lideranças locais, associações e demais atores sociais. Responsável por fortalecer redes de apoio, facilitar a comunicação entre os núcleos e as comunidades, promover a escuta ativa e garantir a adesão às ações do CDB. Atua também em parceria com parceiros externos e órgãos públicos.

- **Coordenador de Comunicação:** Gerência de estratégias de comunicação interna e externa do polo. Cuida da produção e circulação de materiais informativos, campanhas, mídias sociais e eventos de divulgação. Apoia a visibilidade do trabalho do polo, fomenta a participação digital e promove a transparência das atividades junto à população.

- **Coordenador de Bairro:** Atua diretamente no bairro ou sub bairro, acompanhado de seus Agentes Territoriais, sua função é coordenar a equipe que atuará em seu bairro, garantindo o monitoramento das demandas locais, garantindo a cobertura de todas as quadras do seu bairro e reportando as informações apuradas para o polo que representam. Coordena, orienta e apoia os agentes territoriais, lidera a análise das demandas locais e auxilia no desenvolvimento dos planos de ação comunitária específicos aos bairros sob sua responsabilidade.

- **Coordenador Administrativo:** Responsável pela gestão administrativa de cada polo, incluindo gerenciamento e controle dos Coordenadores de Bairro que atuarão em seu distrito, fiscalização das ações diárias, acompanhamento diário da logística dos agendes, requisição de materiais à unidade central, viabilização de logística, recursos humanos e cumprimento das normas operacionais, garantindo o funcionamento adequado das estruturas físicas e tecnológicas, além de organizar a documentação e os processos internos da equipe em conjunto com os auxiliares administrativos.

- **Analista Administrativo:** Executa atividades administrativas de suporte à gestão do polo, como controle de presença dos agentes territoriais, relatórios administrativos, acompanhamento logístico, elaboração de documentos, apoio na organização diária das atividades e suporte aos coordenadores e equipe administrativa.

- **Auxiliar Administrativo:** Responsável por atividades operacionais e de apoio físico/organizacional, como organização de arquivos, atendimento ao público, controle de materiais de consumo, apoio em logística básica e suporte nas demandas diárias para

manutenção do polo.

- **Georreferenciador:** Especialista técnico responsável pelo uso da tecnologia de georreferenciamento para o mapeamento territorial, apoio na coleta de dados por meio dos sistemas digitais, atualização da cartografia social e análise espacial das ações comunitárias. Trabalha estreitamente com os agentes territoriais e equipe técnica para garantir precisão e atualização das informações territoriais.

- **Agente Territorial:** Elemento central da atuação nos territórios, o agente territorial é quem realiza a mobilização social, visita domiciliar, aplica pesquisas e diagnósticos participativos, articula com lideranças e moradores, e executa ações formativas locais. Está uniformizado e equipado para registrar dados e apoiar o polo na implementação dos planos comunitários.

- **Educadores e Tutores:** Profissionais responsáveis pelo desenvolvimento e condução das ações formativas e educativas no território, apoiando os agentes territoriais. Ministrarão as capacitações, oficinas, rodas de conversa e acompanharão o processo de aprendizagem e engajamento social nos polos e núcleos. Utilizarão recursos pedagógicos presenciais e de audiovisual, garantindo o fortalecimento das competências técnicas, cidadãs e socioemocionais da comunidade.

- **Jovens Mobilizadores:** Os estagiários jovens mobilizadores têm como principal função garantir a participação juvenil no processo de formação cidadã, mesclando aprendizado e multiplicação de conteúdo com as redes de mobilizadores, dar suporte às ações nas comunidades, criar, fortalecer e renovar núcleos de cidadania de adolescentes, mobilizando jovens nas escolas, grupos culturais e associações. Eles promovem o protagonismo juvenil em atividades e ações que envolvem a comunidade, disseminam informações sobre direitos e políticas públicas, e organizam capacitações para que esses jovens se tornem protagonistas de mudanças sociais.

Também atuam na articulação com órgãos públicos e da sociedade civil, garantindo que a voz dos adolescentes seja ouvida na elaboração e controle de políticas públicas locais. Além disso, devem utilizar mídias sociais para ampliar o alcance das ações e sempre promover a inclusão de grupos diversos para fortalecer o protagonismo juvenil e a cidadania ativa. Esse trabalho contribui para a construção de comunidades mais participativas e conscientes de seus direitos, além de organizar e facilitar eventos, rodas de conversa e workshops que fortalecem a formação cidadã e o engajamento social dos jovens.

Também são responsáveis por ampliar a visibilidade do Comitê por meio do uso de canais digitais e redes sociais, esses jovens também fomentam o diálogo intergeracional, contribuindo para a renovação das lideranças e o fortalecimento do protagonismo juvenil. Serão formados jovens multiplicadores capacitados para mediar conflitos, mobilizar seus pares e atuar na governança dos comitês, garantindo continuidade e autonomia das ações. Canais digitais serão mobilizados para ampliar o alcance e o engajamento, com a criação de grupos de comunicação integrados e campanhas informativas, além de campanhas criativas através de ações culturais.

4º Passo: Planejamento e Preparação do Processo Seletivo.

Definição do perfil profissional para cada função conforme item 8.3 deste Plano de Trabalho.

- Coordenadores do projeto;
- Gestores dos polos regionais;
- Auxiliares de apoio administrativo e técnico;
- Facilitadores/metodológicos para formação e mobilização social;
- Agentes responsáveis pela coordenação dos Grupos de Agentes Territoriais;
- Educadores e Tutores;

→ Critérios de seleção:

Dentre outros previstos no próprio edital, a experiência em gestão social, mobilização comunitária, políticas públicas e metodologias participativas serão critérios que pesarão na análise curricular.

Capacidades técnicas específicas relacionadas à coordenação, comunicação, monitoramento e articulação intersetorial, valerão como experiência na entrevista.

Faremos uma divulgação ampla e estratégica para garantir a diversidade e inclusão nas inscrições (ex: redes sociais, associações de moradores, redes públicas e privadas).

→ Realização do Processo Seletivo e suas etapas:

- Divulgação do Edital de seleção;
- Inscrição de Candidatos;
- Recebimento e triagem de currículos/documentação;
- Análise curricular e documental;
- Duediligence e Compliance;
- Entrevistas técnicas e comportamentais;

- Dinâmicas em grupo para avaliação de competências socioemocionais e de trabalho coletivo;
- Formação dos quadros conforme resultado e composição específica (territorial, de gênero, faixa etária e representatividade comunitária).

→ **Contratação Formal e Integração Inicial das Equipes:**

- Formalização dos contratos de trabalho;
- Realização de reuniões de boas-vindas e integração da equipe, com apresentação dos objetivos do programa, cronogramas, responsabilidades e fluxos de comunicação.
- Entrega de documentos oficiais, manuais de procedimentos e kits institucionais.

→ **Constituição e Formação dos Grupos de Agentes Territoriais:**

- Seleção interna ou indicação dos membros dos grupos, preferencialmente entre pessoas com conhecimento territorial e experiência em mobilização e liderança comunitária;
- Capacitação e Treinamento da equipe;
- Definição formal das atribuições, responsabilidades e regimento interno dos Grupos;
- Capacitação inicial dos grupos com curso introdutório sobre metodologias participativas, governança territorial, mediação de conflitos e uso da plataforma digital do CDB;
- Planejamento conjunto dos primeiros ciclos de atuação e articulação junto aos Núcleos Comunitários e polos regionais;

→ **Resultados Esperados ao Final da Etapa:**

- Equipes de gestão completas e operacionalizadas em polos regionais com profissionais capacitados.
- Grupos de Agentes Territoriais formalizados, atuantes e preparados para o desempenho de suas funções de supervisão, fiscalização e apoio estratégico.
- Estabelecido o fluxo de comunicação institucional entre as equipes de gestão, grupos articuladores e núcleos comunitários.
- Planejamento validado das atividades conjuntas para os próximos meses, alinhando cronogramas, metas e indicadores de desempenho.
- Instrumentos normativos e protocolos operacionais aprovados e em uso para garantir a eficiência da gestão e da articulação social.

→ **Considerações Metodológicas e Importância Estratégica:**

A qualidade do processo seletivo é determinante para a construção de uma equipe que represente a diversidade social e territorial de Maricá e possua capacidades técnicas e socioemocionais alinhadas com a visão participativa do CDB. O grupo de Agentes Territoriais são o órgão vital que conecta as demandas locais à gestão do Comitê, sendo responsáveis por fomentar a mobilização social, acompanhar as ações dos núcleos e garantir a corresponsabilidade entre comunidade e poder público.

A formação inicial é crucial para garantir o alinhamento conceitual e metodológico, além de capacitar esses grupos para o enfrentamento dos desafios locais e para a promoção da democracia participativa.

A constituição dessa equipe e grupos nos dois primeiros meses estabelece uma base organizacional estruturada para os processos seguintes, como as mobilizações territoriais, pesquisa-ação e elaboração dos diagnósticos participativos privilegiando o trabalho em pequenas áreas para garantia da capilaridade e efetividade do controle social. Essa organização baseia-se na missão de que a articulação comunitária exige proximidade, relações de confiança e capacidade de resposta rápida às demandas locais.

5º Passo: Constituição do Comitê de Políticas Públicas e Gestão de Metas

A governança institucional do Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) é sustentada pela criação do Comitê Política de Públicas e Gestão de Metas, uma instância estratégica de governança democrática que reúne representantes da sociedade civil organizada, líderes dos núcleos comunitários, membros dos grupos dos agentes territoriais e representantes de diversas secretarias e órgãos de administração pública municipal. Esta composição plural assegura a corresponsabilidade social e o caráter intersetorial fundamental para a implantação das políticas públicas no território.

O Comitê atua como o principal espaço de diálogo político e técnico para o acompanhamento sistemático da execução do programa, sendo responsável por receber os dados de demandas, avaliar as intervenções necessárias, propor a resolução de pautas apresentadas pela demanda de forma articulada com as Secretarias e as diferentes áreas governamentais. Essa articulação garante que as demandas, prioridades e focos levantados diretamente nos territórios pelos núcleos comunitários sejam efetivamente consideradas no planejamento e na implementação das políticas públicas municipais, fortalecendo a prática da democracia participativa.

O monitoramento e a avaliação do programa ocorrem de modo contínuo e multidimensional, com uma abordagem integrada que combina processos internos e externos.

Internamente, a equipe técnica do CDB, incluindo os coordenadores dos pólos regionais, realiza reuniões regulares de acompanhamento das atividades, utilizando sistemas digitais avançados para o registro, acompanhamento e análise dos indicadores-chave (KPI's) das ações desenvolvidas.

Externamente, o controle social ganha corpo por meio de espaços democráticos de participação, como fóruns comunitários, audiências públicas e plenários territoriais, onde moradores, lideranças e representantes governamentais dialogam sobre os avanços, dificuldades e ajustes necessários.

Além disso, uma plataforma digital de gestão e monitoramento desempenhará o papel crucial, integrando dados e informações em tempo real sobre os planos de ação dos núcleos, atividades realizadas e resultados auferidos em cada território. Esta ferramenta tecnológica permite maior transparência, eficiência na gestão e rapidez na tomada de decisões, além de facilitar a comunicação entre os diferentes atores envolvidos no programa.

Os polos regionais manterão uma dinâmica organizacional estruturada por meio de reuniões periódicas com os agentes territoriais, garantindo o alinhamento operacional, a troca constante de experiências e o suporte técnico necessário.

Os Coordenadores de Bairro, por sua vez, promoverão encontros mensais com a gestão para definir as pautas das reuniões com o Comitê de Políticas Públicas, estabelecendo um ciclo permanente de análise crítica, avaliação participativa e correção de rotas, o que garante a adaptabilidade e resiliência do programa frente às mudanças e desafios do contexto local.

Ao longo de cada ciclo mensal, são elaborados relatórios técnicos, operacionais e comunitários que compilam informações detalhadas sobre indicadores, ações inovadoras, conquistas, desafios enfrentados e propostas de melhorias.

Esses documentos funcionam como instrumento fundamental para retroalimentar o processo de planejamento, aprimorar a gestão, fortalecer a transparência e prestar contas públicas à população, consolidando o compromisso do CDB com a efetividade, a justiça social e a participação cidadã.

Todos os relatórios gerados, metas alcançadas, e discussões em reunião, deverão ser redigidas em ata e publicados em Diário Oficial pelo Comitê Intersectorial.

Desta forma, a governança do CDB não apenas organiza e faz a gestão das ações, mas promove uma cultura de controle social, monitoramento ativo da comunidade, inovação participativa, gestão compartilhada e diálogo permanente entre Estado e sociedade, alavancando a democratização do acesso às políticas públicas e o desenvolvimento sustentável do município de Maricá.

O projeto destaca a importância das parcerias intersectoriais, envolvendo secretarias de Juventude, Educação, Saúde, Assistência Social, Obras, Mobilidade Urbana, Esporte, Cultura, Urbanismo, entre outras, além de atuar em rede com instituições não governamentais, buscando a convergência de esforços e recursos para maximizar o impacto social.

A sustentabilidade da iniciativa será garantida pela formação continuada dos agentes locais, sistematização dos processos e avaliação participativa constante.

→ **Referências Técnicas e Compromisso com a Qualidade**

A ICASOP dispõe de experiência comprovada na execução de projetos correlatos e de capacidade operacional necessária, conforme antecipado na proposta e respaldado pelos certificados e anexos atestados.

A infraestrutura e a metodologia apresentadas estão em conformidade com os critérios do edital, garantindo as previsões técnicas e financeiras do projeto, atendendo aos mais altos padrões de transparência, governança e efetividade social.

6º Passo - Capacitação de 450 Agentes Comunitários

Duração: Mês 2 ao Mês 4

A capacitação dos agentes comunitários configura-se como eixo fundamental para o fortalecimento da atuação territorial do CDB. Serão realizados processos formativos contínuos, que compreendem cursos presenciais e virtuais, workshops temáticos e treinamentos técnicos e socioemocionais distribuídos ao longo do tempo.

O programa prevê o atendimento a 450 agentes, incluindo agentes territoriais, mais 10 jovens mobilizadores e as equipes técnicas dos polos, estruturado em módulos que

contemplam temas como mobilização social, participação cidadã, planejamento participativo, direitos sociais, comunicação comunitária, mediação de conflitos, uso de ferramentas digitais e metodologias participativas, como pesquisa-ação e cartografia social.

As capacitações garantem o desenvolvimento de competências técnicas, políticas e interpessoais, preparando os agentes para atuarem de forma autônoma e engajada nas comunidades, contribuindo para o diálogo inovador entre a população e o poder público. O modelo híbrido, aliado à plataforma digital do CDB, permite o acesso flexível aos conteúdos, garantindo formação continuada e atualizações conforme demandas e inovações metodológicas.

→ **Especificação metodológica da capacitação dos 450 agentes comunitários do CDB.**

- **Duração do curso:** Aproximadamente 3 meses, seguindo modelo de capacitação continuada será oferecido outros treinamentos permanentes até o final do projeto.
- **Frequência semanal:** Previsão: 2 dias por semana, com 4 horas por dia, totalizando 8 horas semanais. (Maiores detalhamentos estão no Projeto pedagógico em anexo)

Essa carga e frequência permitem um equilíbrio entre o desenvolvimento das competências técnicas, socioemocionais e políticas, e a continuidade das atividades nos territórios.

→ **Organização das Turmas:**

- **Número total de agentes:** 450.
- **Divisão entre polos:**
 - Polo Centro (Distrito Sede): 180 agentes (considerado o maior concentrador).
 - Polo Itaipuaçu: 100 agentes.
 - Polo Ponta Negra: 100 agentes.
 - Polo Inoã: 70 agentes.

Esta divisão considera o peso populacional e a maior complexidade do polo do Centro, o que justifica um maior número de agentes para a cobertura territorial efetiva, essa quantidade poderá sofrer remanejamento conforme demanda.

→ **Proposta de Número de Turmas e Vagas por Turma:**

- **Tamanho médio das turmas:** 25 agentes por turma.
- **Turmas totais:** 450 agentes ÷ 25 agentes/turma = 18 turmas ao todo dividido entre os polos.
- Divisão aproximada das turmas por polo:

Pólo	Agentes	Turmas (aprox.)	Vagas por turma (previsão)
Centro	180	7	25
Itaipuaçu	100	4	25
Ponta Negra	100	4	25 (algumas turmas podem ter 23 ou 24)
Inoã	70	3	25

→ **Previsão de Cronograma Semanal e Mensal**

- Cada turma terá aulas 2 vezes por semana, 4 horas por dia.
- Totalizando 8 horas semanais por turma.
- Cada polo poderá organizar turmas em dias diferentes, podendo haver turmas em turnos matutino e vespertino para acomodar os agentes.
- A duração dos módulos formativos ao longo de 10 meses possibilita rodízios de temas, workshops e avaliações.

→ **Conteúdo Pedagógico:**

A formação mescla aulas presenciais nos polos, encontros práticos nos territórios e formação virtual via plataforma do programa. Os conteúdos incluem: participação social, metodologias participativas (pesquisa-ação e cartografia social), direitos sociais, comunicação comunitária, mediação de conflitos, uso de tecnologias, planejamento comunitário e políticas públicas.

O conteúdo pedagógico para a capacitação dos 450 agentes comunitários do Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) em Maricá será ministrado de forma híbrida, integrando aulas presenciais e ambientes virtuais de aprendizagem. As formações ocorreram nos quatro Polos Regionais de Mobilização Comunitária, que funcionarão como bases equipadas para atividades teórico-práticas, workshops, encontros e rodas de conversa.

A capacitação será ministrada por uma equipe multidisciplinar composta por educadores, tutores especializados em mobilização comunitária, profissionais das secretarias municipais (como Juventude, Assistência Social, Saúde, Educação), além de técnicos com experiência em metodologias participativas, pesquisa-ação, cartografia social, direitos sociais, comunicação comunitária e políticas públicas.

Esse corpo docente formará os agentes por meio de metodologia ativa, promovendo o protagonismo dos participantes e o desenvolvimento de competências técnicas, políticas e socioemocionais

Além das aulas presenciais, o conteúdo pedagógico será complementado pela plataforma digital do CDB e canais de streaming da Organização, onde haverá vários cursos disponíveis, trilhas formativas, videoaulas, materiais interativos e fóruns de discussão, permitindo a continuidade da formação de forma flexível e autogerida.

A metodologia adotada privilegia a territorialização, a escuta ativa, a mediação de conflitos e a facilitação de processos coletivos, alinhando teoria e prática para que os agentes estejam aptos a realizar diagnósticos participativos, mobilização social, elaboração de planos de ação e fortalecimento das redes comunitárias.

Dessa forma, o ensino será ministrado de modo a garantir ampla qualificação técnica e política dos agentes comunitários, garantindo que eles possam atuar de forma eficaz e com liberdade nos territórios, promovendo a participação popular e a interlocução entre o poder público e as comunidades de Maricá.

→ **Infraestrutura e Logística:**

- Os polos contarão com salas equipadas para acomodação de turmas com conforto, equipamentos audiovisuais e acesso à internet.
- O suporte para os agentes inclui material didático, kit uniformizado e acesso à plataforma digital para complementar e registrar as atividades formativas.

→ **Avaliação e Certificação**

- Certificação ao final do programa considerando participação mínima de 75% e aproveitamento esmagador nas atividades;
- Considerações para Fortalecer o Planejamento e Metodologia aplicada;
- A divisão desigual dos agentes e turmas reforça o foco em áreas com maior população e demanda, garantindo capilaridade e efetividade.
- Controle de frequência permite que o engajamento continue sem prejudicar as demais atividades dos agentes.
- Turmas reduzidas (25 agentes) favorecendo a participação ativa, o aprendizado prático e o uso de dinâmicas participativas.

7º Passo - Realização de Eventos Comunitários:

Os eventos contribuem diretamente para a elaboração dos Planos de Ação Comunitária e para o monitoramento da execução do CDB em toda a cidade.

Cada um dos quatro polos regionais realizará, no mínimo, três eventos por trimestre, totalizando uma agenda fixa e contínua de mobilizações, diálogos e formações comunitárias. Estes eventos compreendem rodas de conversa, fóruns temáticos, audiências públicas, workshops participativos, ações sociais, encontros culturais e intervenções urbanas nas comunidades, além de ações socioeducativas que visam ampliar a escuta ativa, fortalecer as redes comunitárias, estimular o protagonismo local e garantir o controle social das políticas públicas.

A logística desses eventos contará com todo o suporte oferecido pelos polos, incluindo infraestrutura física, audiovisuais, materiais de comunicação, além do uso da plataforma digital para divulgação e mobilização digital. A periodicidade e diversidade dos eventos garantem o fortalecimento dos vínculos comunitários e a retroalimentação constante dos processos participativos.

→ **Metas Quantitativas de Eventos:**

Cada um dos **4 Polos Regionais de Mobilização Comunitária** realizará **no mínimo 3 eventos comunitários por trimestre**.

Isso totaliza **9 eventos por núcleo**, (considerando que os 3 primeiros meses do projeto serão exclusivamente para estruturação), além disso o projeto prevê mais 10 eventos institucionais, somando ao todo **46 eventos ao ano** para todo o programa.

Os eventos incluem rodas de conversa, fóruns temáticos, audiências públicas, workshops participativos, encontros culturais e ações socioeducativas.

→ **Objetivos e Propósitos dos Eventos**

- Promover a escuta ativa da comunidade e levantamento de demandas locais.
- Fortalecer a mobilização e o protagonismo social, especialmente das lideranças locais e jovens mobilizadores.
- Garantir espaços de debate aberto e controle social sobre políticas públicas.
- Facilitar a articulação entre o poder público, a sociedade civil e demais parceiros operacionais.
- Incentivar o intercâmbio de conhecimento e cooperação entre os bairros e sub-bairros.

→ **Planejamento e Organização**

Cada Polo planeja trimestralmente sua agenda de eventos em alinhamento com os Núcleos Comunitários e os Grupos Articuladores Regionais.

A agenda deve contemplar diversidade temática e diversidade de formatos, para cobrir necessidades específicas e públicas variadas.

Está prevista a alocação orçamentária para necessidades de infraestrutura: locação de tendas, cadeiras, mesas, sistemas de som, iluminação, painéis, materiais gráficos e audiovisuais.

Logística operacional montagem inclui, desmontagem, segurança e apoio técnico para garantir condições adequadas de realização.

→ **Indicadores de Produção e Desempenho:**

- **Número de eventos realizados por polo e por trimestre**, com relatório detalhado dos dados, locais e público estimado.
- **Participação estimada e perfil dos participantes** (por exemplo, moradores, representantes de associações, jovens mobilizadores, autoridades locais).
- **Variedade de formatos utilizados** (oficinas, rodas de conversa, fóruns, etc.) para avaliar a diversificação metodológica.
- **Nível de engajamento e volume de demandas elevados** durante os eventos, com registro qualitativo das principais pautas.
- **Feedback dos participantes**, coletado por meio de formulários simples para medir satisfação, sugestões e percepções de impacto.
- **Relatórios fotográficos e audiovisuais** para documentação e divulgação.

- **Integração com plataformas digitais** para ampliar o alcance e permitir a participação remota quando possível.

→ **Produção e Documentação**

- Os polos são responsáveis pela produção de materiais preparatórios e de divulgação, como convites, cartazes, folders e mensagens em redes sociais.
- Durante os eventos, haverá registro sistemático das atividades, incluindo atas, fichas de presença, gravações e coleta de demandas.
- A equipe técnica elaborará relatórios descritivos e analíticos, destacando avanços, desafios e soluções surgidas nas reuniões.
- Os resultados são consolidados e apresentados nas reuniões mensais do Comitê de Políticas Públicas e Gestão de Metas, garantindo devolutiva e transparência.

→ **Impacto e Continuidade**

- Os eventos são entendidos como ferramentas estratégicas para o fortalecimento da rede participativa e para o aprimoramento das políticas públicas.
- A agenda de eventos deve promover a continuidade dos processos de escuta ativa e fortalecer vínculos comunitários, impulsionando a construção coletiva de soluções.
- A participação juvenil é enfatizada, garantindo espaço de expressão para os jovens mobilizadores.

8º Passo - Planejamento e Execução das 50 Ações Comunitárias:

Duração: Mês 4 ao Mês 12

O planejamento e a execução das 50 ações comunitárias do Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) em Maricá, orienta-se para que o programa não se limite a ações pontuais, mas se consolide como uma política pública estruturante, fortalecendo a participação popular, a governança territorial e o desenvolvimento comunitário de forma contínua e integrada.

Essas ações serão construídas a partir dos diagnósticos participativos realizados pelos 75 Núcleos Comunitários, articulados aos quatro Polos Regionais de Mobilização Comunitária, garantindo sua territorialização e aderência às demandas reais da população. Elas abrangem áreas essenciais como educação comunitária, sustentabilidade ambiental, melhorias urbanas, segurança comunitária, fortalecimento das redes sociais locais, acesso e qualificação dos serviços públicos, cultura, esporte, lazer e promoção dos direitos sociais.

A execução é acompanhada por suporte técnico, metodológico e logístico das equipes dos polos e da administração central, com monitoramento sistemático e avaliações participativas para ajustes contínuos. Essas ações são planejadas e desenvolvidas em ciclos, priorizando uma atuação integrada entre os agentes territoriais, jovens mobilizadores e lideranças locais, potencializando o protagonismo comunitário e a corresponsabilidade social.

O formato prevê que cada ação contribua para estimular a mobilização social e fortalecer os canais permanentes de diálogo entre a população e o poder público, alinhando-se ao conceito de uma política pública que fomenta a governança democrática e o desenvolvimento integrado do território. A sustentabilidade dessas ações é garantida pelo uso contínuo das metodologias participativas, pelo acompanhamento digital e pela articulação intersetorial promovida pelo Comitê de Políticas Públicas e Gestão de Metas, que inclui representantes da sociedade civil e da administração municipal.

Como exemplos práticos, essas ações podem incluir programas educativos nas comunidades, campanhas ambientais, intervenções de melhoria urbana participativas, iniciativas de segurança comunitária com envolvimento local, oferta de workshops e intervenções urbanas de caráter culturais e esportivos, além de promoção de eventos que reforçam a coesão social e o protagonismo juvenil.

A execução das ações será monitorada de perto pela equipe técnica e polos regionais, que oferecem suporte metodológico, logístico e avaliativo, garantindo a articulação intersetorial necessária com as Secretarias Municipais e demais parceiros. As ações contribuem para o impacto direto e positivo na qualidade de vida das comunidades, promovendo inclusão, sustentabilidade e cidadania.

O programa não se limite à execução de ações pontuais, mas se consolide como uma política pública estruturante de fortalecimento da participação popular, da governança territorial e do desenvolvimento comunitário em Maricá.

9º Passo - Formação dos Jovens Mobilizadores:

Duração: Mês 2 ao mês 4.

Os jovens mobilizadores recebem formação específica e continuada, voltada para a construção de competências socioemocionais, políticas e técnicas, com foco no protagonismo juvenil e na mobilização social. Além da atuação direta nos territórios, esses jovens

participam de workshops, encontros e acompanhamento tutorado pelas equipes técnicas, desenvolvendo habilidades para liderar processos participativos, mediação de conflitos, comunicação comunitária e uso das tecnologias digitais do programa.

O envolvimento dos jovens mobilizadores garante a renovação das lideranças comunitárias, a interlocução intergeracional e o fortalecimento da participação juvenil como vetor estratégico para a democratização da gestão pública local.

10º Passo - Criação e Gestão do Site Institucional e Redes Sociais:

→ Planejamento Estratégico Digital:

- **Definição de objetivos claros:** Facilitar a transparência das ações do CDB, ampliar a participação social, divulgar eventos, mobilizar a população, promover o protagonismo comunitário, especialmente dos jovens mobilizadores, e garantir canais de comunicação direta entre comunidade e gestão.
- **Mapeamento do público-alvo:** Moradores, lideranças locais, jovens mobilizadores, agentes comunitários, órgãos públicos e sociedade civil em geral.
- **Desenvolvimento da identidade digital:** Criar identidade visual coesa e homologada à imagem institucional do CDB, com padrões gráficos, paleta de cores, logotipo, linguagem acessível e inclusiva para as redes e site.

→ Produção e Publicação de Conteúdos:

- **Conteúdos educativos e informativos:** Atualização periódica com notícias, agendas de eventos, relatórios de ações, depoimentos, vídeos, fotos, infográficos e materiais pedagógicos sobre o funcionamento do CDB, participação social, direitos e políticas públicas setoriais.
- **Promoção da participação:** Enquetes, chamadas para reuniões, convocatórias para consultas públicas e fóruns digitais, destacando o papel da população no controle social.
- **Uso diversificado de formatos:** textos, imagens, vídeos curtos (reels, stories), específicos ao vivo, podcasts, etc.

→ Gestão Operacional

- **Equipe dedicada:** Designar profissionais ou equipe com atribuições claras para a gestão do site e das redes sociais, incluindo produção de conteúdo, atendimento a mensagens e comentários, moderação e análise de métricas.

- **Calendário editorial:** Planejamento mensal e semanal de postagens, alinhado com o cronograma dos polos e as ações do CDB, garantindo fluxo contínuo e coerência temática.

- **Aprovação e revisão:** Fluxo organizado para validação prévia do conteúdo pela cooperativa do CDB, garantindo alinhamento institucional e qualidade.

→ **Engajamento e Mobilização**

- **Interação direta:** Resposta rápida a dúvidas, sugestões e comentários via redes sociais e site, promovendo diálogo contínuo e fortalecimento da comunidade virtual.

- **Campanhas de sensibilização:** Ações específicas em datas comemorativas, lançamentos de programas, mobilizações para eventos e formação de redes de apoio digital.

- **Inclusão digital:** Incentivar o uso dos canais digitais por jovens mobilizadores e agentes territoriais para ampliar a capilaridade comunicativa.

→ **Monitoramento e Avaliação de Resultados:**

- **Métricas chave a acompanhar:** Alcance das publicações, engajamento (curtidas, comentários, compartilhamentos), crescimento de seguidores, participação em eventos via convocações digitais, cliques nos links de agendas e formulários.

- **Uso de ferramentas de análise:** plataformas como Facebook Insights, Instagram Analytics, Google Analytics para o site, relatórios periódicos para ajustar estratégias conforme o comportamento do público.

- **Relatórios e feedback:** Consolidação mensal dos dados para avaliação interna, apresentação no Comitê de Políticas Públicas e para a população, garantindo transparência e possibilidade de melhoria contínua.

→ **Infraestrutura Tecnológica e Segurança:**

- **Hospedagem segura e acessível:** Plataforma responsiva, compatível com dispositivos móveis, com navegação intuitiva e acessibilidade para pessoas com deficiência (padrões WCAG).

- **Segurança digital:** Atualização constante, backups regulares, proteção contra ataques cibernéticos e administração controlada por usuários autorizados.

- **Ferramentas integradas:** Inclusão de formulários online, espaço para transmissão de vídeos, integração com as redes sociais para compartilhamento automático e plataformas de webinar para eventos virtuais.

As redes sociais serão utilizadas para divulgação contínua das ações, mobilização da população, realização de campanhas de sensibilização e promoção de participação digital, incluindo enquetes, consultas públicas e dinâmicas ao vivo de eventos. Esta estratégia digital é fundamental para garantir um engajamento amplo, especialmente entre os jovens e outras comunidades conectadas, fortalecendo a cultura de participação e controle social no município.

"Eu digo que se alguém não faz, o tempo todo, tudo aquilo que pode e até mais do que pode, é exatamente como se não fizesse absolutamente nada."
(Fidel Castro)

3. OBJETIVOS DA PARCERIA

3.1 Objetivo Geral:

Fortalecer a participação social e o controle social no município de Maricá, por meio da implementação de uma rede comunitária estruturada, capaz de promover a articulação entre sociedade civil e poder público, a construção coletiva de soluções e o desenvolvimento de práticas de gestão democrática e territorializada.

3.2 Objetivos Específicos:

- Estruturar e operacionalizar 75 Núcleos Comunitários de Defesa e Participação, garantindo presença em todos os bairros e sub-bairros de Maricá.
- Implantar 4 Polos Regionais de Mobilização Comunitária, distribuídos pelos distritos do município, funcionando como bases físicas para formação, mobilização e apoio técnico às ações territoriais.
- Promover a formação e capacitação de 450 agentes comunitários e 10 jovens mobilizadores, fortalecendo lideranças locais e criando redes de apoio nos territórios.
- Desenvolver e aplicar metodologias participativas, como pesquisa-ação, cartografia social e diagnósticos comunitários, para levantamento de demandas e construção de soluções coletivas.
- Fomentar a criação e o fortalecimento de redes comunitárias, fóruns, conselhos e coletivos locais, estimulando a cooperação e a corresponsabilidade social.
- Realizar levantamento, sistematização e análise de dados socioeconômicos e territoriais, subsidiando o planejamento público com informações qualificadas, respeitando os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Promover espaços permanentes de diálogo entre a sociedade civil e o poder público, estimulando a participação cidadã nas discussões e na formulação de políticas

públicas.

- Estabelecer um Comitê Intersetorial de Políticas Públicas e Gestão de Metas, integrando secretarias municipais, órgãos públicos e representantes comunitários, para acompanhamento e deliberação conjunta sobre as demandas dos territórios.
- Desenvolver e gerir plataformas digitais, redes sociais e sistemas de comunicação comunitária, assegurando a transparência das ações e a ampliação dos canais de participação popular.

4. METAS E RESULTADOS ESPERADOS

4.1 Metas da Proposta: Qualitativo, Quantitativo e Indicadores

Nº	Meta	Indicador	Meta Quantitativa
1	Formação dos Grupos Regionais de Defesa e Participação	Número de Grupos Regionais estabelecidos	4 Grupos formalmente constituídos
2	Capacitação de agentes comunitários	Número de agentes capacitados	450 agentes capacitados
3	Criação e funcionamento dos Polos Regionais	Polos estruturados e em operação	4 polos regionais, ativos e operacionais
4	Realização de eventos de sensibilização	Eventos por realizado polo por trimestre	3 eventos/trimestre em cada polo
5	Levantamento e análise de demandas locais	Relatórios de demandas regionais modificados	Relatórios anuais por região
6	Planejamento e execução de ações comunitárias	Número de ações rompidas	50 ações comunitárias realizadas
7	Formação de Jovens Mobilizadores	Jovens mobilizadores formados e atuantes	10 jovens mobilizadores engajados
8	Criação de site e redes sociais	Plataforma digital ativa com atualizações regulares	Site e redes sociais atualizados mensalmente

A definição de metas dentro do Programa Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) cumpre papel estratégico ao traduzir, de forma estruturada, os princípios que orientam a iniciativa e ao fornecer parâmetros objetivos para sua implementação. Mais do que indicadores quantitativos, essas metas expressam a lógica metodológica do programa, que parte da premissa de que processos de transformação social dependem de planejamento,

organização e monitoramento contínuo. Nesse sentido, as metas representam não apenas resultados a serem alcançados, mas também referenciais de acompanhamento e validação de todo o percurso de desenvolvimento comunitário.

Do ponto de vista conceitual, a construção de metas reflete a necessidade de articular práticas de participação social com instrumentos de avaliação capazes de mensurar avanços e identificar fragilidades. Em projetos voltados à mobilização comunitária, é essencial que os objetivos sejam claros e mensuráveis, de modo a garantir coerência entre o planejamento e os impactos esperados. Ao estruturar um conjunto de metas diversificadas, o Programa CDB demonstra sua preocupação em abarcar diferentes dimensões do desenvolvimento social: desde a organização territorial e a capacitação de agentes locais até a criação de mecanismos de comunicação e engajamento coletivo.

A metodologia que sustenta essas metas fundamenta-se em três pilares centrais. O primeiro é a territorialidade, que compreende a diversidade e as especificidades locais como elementos determinantes na formulação de ações. O segundo é a participação social, que reconhece os sujeitos comunitários como protagonistas do processo e valoriza o diálogo e a construção coletiva. O terceiro é a sustentabilidade social, entendida como a capacidade de consolidar práticas permanentes de cooperação, aprendizagem e corresponsabilidade entre poder público e sociedade civil.

Nesse sentido, as metas não devem ser vistas apenas como tarefas a cumprir, mas como instrumentos pedagógicos que orientam o processo de amadurecimento comunitário. Elas oferecem balizas que permitem à população compreender o alcance das ações, identificar avanços concretos e perceber que os esforços coletivos resultam em mudanças reais. Ao mesmo tempo, funcionam como dispositivos de legitimação, uma vez que possibilitam prestar contas à sociedade e aos parceiros institucionais de forma transparente e fundamentada.

Do ponto de vista teórico, as metas do CDB dialogam com concepções contemporâneas de gestão participativa, que defendem a importância da coprodução de políticas públicas entre Estado e comunidade. Ao estabelecer indicadores claros, o programa reforça a ideia de corresponsabilidade: tanto o poder público quanto os cidadãos compartilham o compromisso de acompanhar, avaliar e propor ajustes quando necessário. Isso fortalece a democracia participativa e promove maior confiança nos processos coletivos.

No plano metodológico, a adoção de metas possibilita a criação de um ciclo contínuo de planejamento, execução e avaliação. Esse ciclo é fundamental para que o programa mantenha coerência interna, ajuste estratégias diante de novos desafios e assegure que seus resultados sejam consistentes ao longo do tempo. Além disso, a clareza nos objetivos contribui para mobilizar parceiros, captar recursos e consolidar a credibilidade institucional da iniciativa.

4.1.1 Detalhamento das metas:

META 1. Formação dos Grupos Regionais de Defesa e Participação

- Serão criados Grupos Regionais como instâncias organizativas que irão articular as ações comunitárias, funcionando como espaços de governança participativa. Cada grupo terá representatividade de lideranças locais, associações, coletivos e moradores, garantindo legitimidade e ampla participação social.

META 2. Capacitação de Agentes Comunitários:

- O programa oferecerá ciclos de capacitação voltados a agentes comunitários, abrangendo temas como mediação de conflitos, gestão participativa, mobilização social e elaboração de projetos. Esses agentes atuarão como multiplicadores do conhecimento e como pontes entre comunidade e poder público.

META 3. Criação e Funcionamento dos Polos Regionais

- Os Polos Regionais funcionarão como espaços físicos de referência territorial, responsáveis pela coordenação das atividades, reuniões e atendimentos comunitários. Serão estruturados para atender demandas locais, fortalecer vínculos sociais e apoiar o desenvolvimento das ações do programa.

META 4. Realização de Eventos de Sensibilização

- Serão promovidos eventos periódicos de sensibilização em cada polo, envolvendo a população em debates, oficinas e rodas de conversa sobre cidadania, direitos sociais e participação comunitária. Esses encontros visam fortalecer a consciência coletiva e incentivar o engajamento social.

META 5. Levantamento e Análise de Demandas Locais

- A cada ano serão produzidos relatórios sistematizando as principais demandas apresentadas pelas comunidades, obtidas por meio de escuta ativa, reuniões e questionários. Esses documentos servirão de subsídio para o planejamento de políticas públicas mais eficazes e alinhadas à realidade local.

META 6. Planejamento e Execução de Ações Comunitárias

- Com base nas demandas levantadas, serão planejadas e executadas ações práticas em áreas como educação, cultura, esporte, meio ambiente, saúde e inclusão social. O objetivo é promover transformações diretas nas comunidades, estimulando a participação e o protagonismo local.

META 7. Formação de Jovens Mobilizadores

- O programa formará jovens lideranças para atuarem como mobilizadores sociais em suas comunidades, incentivando a participação da juventude em processos de transformação local. Esses jovens receberão acompanhamento e suporte para desenvolver iniciativas de impacto social.

META 8. Criação de Site e Redes Sociais

- Será desenvolvida uma plataforma digital integrada (site e redes sociais) para divulgação de informações, prestação de contas, registro de atividades e mobilização comunitária. Essa ferramenta ampliará a transparência do programa e servirá como canal de comunicação direta com a população.

4.2. Dos Resultados Esperados

As metas definidas para esta parceria refletem os resultados esperados com a implementação e a operacionalização do Comitê de Defesa dos Bairros (CDB), considerando sua abrangência territorial, seus objetivos estratégicos e os impactos sociais desejados. As metas estão diretamente relacionadas às atividades essenciais do projeto, abrangendo aspectos como mobilização comunitária, fortalecimento da participação social, produção de diagnósticos territoriais, capacitação de agentes comunitários, funcionamento das estruturas operacionais e articulação intersetorial.

Cada meta está associada a um indicador específico, que permite aferir objetivamente o grau de cumprimento dos resultados pactuados, assegurando transparência, monitoramento efetivo, controle social e avaliação contínua da execução da parceria.

A seguir, apresenta-se a tabela contendo as metas e seus respectivos indicadores, que servirá de base para o acompanhamento técnico e a avaliação dos resultados durante toda a vigência da parceria.

5. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A aplicação dos recursos destinados ao Programa Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) foi estruturada de forma a garantir a coerência entre as despesas previstas no orçamento, as metas pactuadas e os indicadores de resultado. O objetivo é assegurar a correta utilização dos recursos públicos, fortalecendo a capacidade operacional do projeto, a qualidade das entregas e a efetividade social do programa.

O primeiro eixo de aplicação refere-se à Formação dos Grupos Regionais de Defesa e Participação, que demandará recursos para a locação de espaços, veículos, equipamentos e mobiliários, bem como para serviços técnicos de arquitetura e adequação dos imóveis. Essa rubrica garantirá a implantação de quatro polos regionais, que servirão de base para a articulação comunitária e para o suporte às ações dos 75 núcleos locais. Os investimentos nessa área estão diretamente vinculados à estruturação física e logística necessária ao funcionamento do programa.

O segundo eixo está relacionado à Capacitação de Agentes Comunitários, abrangendo despesas com salários e encargos de instrutores, produção de material pedagógico e didático, uniformes, kits de apoio e benefícios como transporte e alimentação. O foco é garantir a formação de 450 agentes comunitários que atuarão como multiplicadores locais, fortalecendo o protagonismo social e a participação cidadã. A correta aplicação desses recursos será medida por indicadores de adesão, frequência e avaliação de desempenho dos capacitados.

O terceiro eixo contempla a Criação e Funcionamento dos Polos Regionais, vinculando-se às despesas com aluguel de imóveis, reformas e adaptações arquitetônicas, aquisição de equipamentos de informática e multimídia, além da manutenção regular (água, luz, internet). Inclui também a contratação de equipes administrativas e técnicas que irão garantir a gestão diária das unidades. Esses recursos serão fundamentais para consolidar os polos como pontos de referência comunitária, assegurando sua plena operacionalidade e acessibilidade.

O quarto eixo corresponde à Realização de Eventos de Sensibilização, com recursos aplicados na contratação de som, iluminação, material gráfico, comunicação

visual e logística. Os polos regionais serão responsáveis pela organização de três atividades de mobilização por trimestre, cada uma voltada para o fortalecimento da cidadania e para a escuta das comunidades. Essas ações serão monitoradas por meio de relatórios de participação, registros fotográficos e indicadores de engajamento comunitário.

O quinto eixo abrange o Levantamento e Análise de Demandas Locais, em que os recursos financiarão a contratação de agentes territoriais e jovens mobilizadores, bem como a aquisição de equipamentos de apoio, veículos e materiais de escritório. Essa rubrica permitirá a produção de relatórios anuais por região, assegurando que o programa mantenha sintonia com as necessidades reais da população, ajustando suas ações de forma dinâmica e eficiente.

O sexto eixo refere-se ao Planejamento e Execução de Ações Comunitárias, vinculando despesas de comunicação comunitária, contratação de monitores e auxiliares de campo, equipamentos de apoio e produção de insumos gráficos. Os recursos garantirão a implementação de ao menos 50 ações comunitárias durante o ciclo do projeto, estimulando o protagonismo social e a integração entre poder público e sociedade civil.

No sétimo eixo, voltado para a Formação de Jovens Mobilizadores, a aplicação dos recursos estará concentrada no pagamento de bolsas-auxílio, uniformes, kits de apoio, transporte e alimentação. O objetivo é envolver dez jovens de diferentes regiões de Maricá, oferecendo-lhes formação cidadã, habilidades de mobilização e oportunidade de inserção social. Essa rubrica será acompanhada por indicadores de engajamento, participação nas capacitações e atuação nos núcleos comunitários.

Por fim, o oitavo eixo trata da Criação de Site e Redes Sociais do Programa, com aplicação dos recursos em serviços de desenvolvimento tecnológico, manutenção da plataforma digital, produção de conteúdos audiovisuais e remuneração de profissionais de comunicação. Essa rubrica garantirá a transparência, a visibilidade e a prestação de contas social do programa, com atualização contínua e engajamento virtual.

Em todas as etapas, a aplicação dos recursos será acompanhada por indicadores claros e verificáveis, permitindo que cada despesa se converta em resultado mensurável. A metodologia de monitoramento, baseada no Decreto Municipal nº 054/2017, assegura o controle de legalidade, economicidade e impacto social. Dessa forma, o plano de aplicação dos recursos não apenas organiza a execução financeira do projeto, mas também garante sua efetividade, consolidando o Comitê de Defesa dos Bairros como uma política pública de fortalecimento comunitário e participação cidadã em Maricá.

5.1. Orçamento (Inciso II-A, Art. 22, Lei 13.019/2014)

O orçamento do projeto foi pensado utilizando os parâmetros de preços e orçamentos da Administração Pública Municipal e médias de orçamentos de empresas locais.

Os itens selecionados no orçamento foram pensados objetivando a execução de um projeto de impacto social com profissionalismo pensando os princípios da economicidade.

Descrição da Despesa	Repasses					12 meses
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre		
Operacional						
Aluguel de espaços	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 1.200.000,00	
Aluguel de veículos	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 480.000,00	
Combustível	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 720.000,00	
INFRA - Manutenção Predial e reforma / Pqto único	R\$ 1.800.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 2.600.000,00	
Energia Elétrica - Luz	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 384.000,00	
Internet	R\$ 25.595,16	R\$ 25.595,16	R\$ 25.595,16	R\$ 25.595,16	R\$ 102.380,64	
Água e Saneamento	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 48.000,00	
Segurança e Monitoramento	R\$ 121.547,52	R\$ 121.547,52	R\$ 121.547,52	R\$ 121.547,52	R\$ 486.190,08	
Subtotal Geral Operacional	R\$ 2.655.142,68	R\$ 1.155.142,68	R\$ 1.155.142,68	R\$ 1.055.142,68	R\$ 6.020.570,72	
Equipamentos e Mobiliários						
Aluguel de Computadores	R\$ 102.900,00	R\$ 102.900,00	R\$ 102.900,00	R\$ 102.900,00	R\$ 411.600,00	
Aluguel Impressoras	R\$ 19.500,00	R\$ 19.500,00	R\$ 19.500,00	R\$ 19.500,00	R\$ 78.000,00	
Projeto Cinematográfico Profissional	R\$ 45.269,60	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 45.269,60	
Tela de Projeção retrátil	R\$ 11.663,36	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.663,36	
Cadeiras para sala de reunião	R\$ 89.926,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 89.926,00	
Subtotal Geral Equipamentos e Mobiliários	R\$ 269.258,96	R\$ 122.400,00	R\$ 122.400,00	R\$ 122.400,00	R\$ 636.458,96	
Mobiliário de escritório (compra)						
Cadeiras universitárias	R\$ 806,68	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 806,68	
Mesas de escritório	R\$ 2.866,68	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.866,68	
Cadeiras para escritório	R\$ 2.193,76	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.193,76	
Sofá para área de repouso (3lugares)	R\$ 4.109,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.109,00	
Quadro branco 180x130	R\$ 2.155,84	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.155,84	
Arquivo de aço 4 gavetas	R\$ 3.163,28	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.163,28	
Longarina com 5 assentos	R\$ 5.863,44	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.863,44	
Armário em aço 2 portas	R\$ 3.013,80	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.013,80	
Bebedouro 2 torneiras	R\$ 2.810,56	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.810,56	
Televisão 40" Smart Led	R\$ 5.727,76	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.727,76	
Subtotal Geral Equipamentos e Mobiliários	R\$ 32.710,80				R\$ 32.710,80	
Material de escritório (compra)						
Artigos de Papelaria em geral	R\$ 70.000,00	R\$ 25.925,23	R\$ 25.925,23	R\$ 25.925,22	R\$ 147.775,68	
Subtotal Geral Material de escritório	R\$ 70.000,00	R\$ 25.925,23	R\$ 25.925,23	R\$ 25.925,22	R\$ 147.775,68	
Locação de Tablets com internet						
Aluguel de tablets	R\$ 236.250,00	R\$ 236.250,00	R\$ 236.250,00	R\$ 236.250,00	R\$ 945.000,00	
Mensalidade internet	R\$ 68.593,50	R\$ 68.593,50	R\$ 68.593,50	R\$ 68.593,50	R\$ 274.374,00	
Subtotal Geral Locação de Tablets com internet	R\$ 304.843,50	R\$ 304.843,50	R\$ 304.843,50	R\$ 304.843,50	R\$ 1.219.374,00	
Uniformes (compra)						
Uniforme	R\$ 81.341,63	R\$ 81.341,63	R\$ 40.670,82	R\$ -	R\$ 203.354,08	
Mochila	R\$ 50.283,26	R\$ 50.283,26	R\$ 25.141,64	R\$ -	R\$ 125.708,16	
Squeeze 500ml	R\$ 18.613,44	R\$ 18.613,44	R\$ 9.306,72	R\$ -	R\$ 46.533,60	
Colete Liso	R\$ 14.989,66	R\$ 14.989,66	R\$ 7.494,83	R\$ -	R\$ 37.474,16	
Subtotal Geral Uniformes	R\$ 165.227,99	R\$ 165.227,99	R\$ 82.614,01	R\$ -	R\$ 413.070,00	
Organização de Eventos (5 eventos G)						
Produtor	R\$ -	R\$ 5.849,00	R\$ 2.924,50	R\$ 5.849,00	R\$ 14.622,50	
Apoio	R\$ -	R\$ 13.026,80	R\$ 6.513,40	R\$ 13.026,80	R\$ 32.567,00	
Locutor	R\$ -	R\$ 5.328,68	R\$ 2.663,34	R\$ 5.328,68	R\$ 13.316,70	
Segurança	R\$ -	R\$ 8.099,52	R\$ 4.049,76	R\$ 8.099,52	R\$ 20.248,80	
Subtotal Geral Organização de eventos	R\$ -	R\$ 32.302,00	R\$ 16.151,00	R\$ 32.302,00	R\$ 80.755,00	
Material para Organização de Eventos (5 eventos G)						
Banner Lona	R\$ -	R\$ 2.442,72	R\$ 1.221,36	R\$ 2.442,72	R\$ 6.106,80	
Folder Informativo/Publicitário	R\$ -	R\$ 1.740,00	R\$ 870,00	R\$ 1.740,00	R\$ 4.350,00	
Lona para Painel	R\$ -	R\$ 9.840,00	R\$ 4.920,00	R\$ 9.840,00	R\$ 24.600,00	
Adesivo Fosco Impresso	R\$ -	R\$ 2.020,00	R\$ 1.010,00	R\$ 2.020,00	R\$ 5.050,00	
Cartazes A3	R\$ -	R\$ 2.160,00	R\$ 1.080,00	R\$ 2.160,00	R\$ 5.400,00	
Subtotal Geral Material para Organização de eventos	R\$ -	R\$ 18.202,72	R\$ 9.101,36	R\$ 18.202,72	R\$ 45.506,80	
Estruturas para Eventos (12 eventos. 5 G + 7M)						
Palco	R\$ -	R\$ 21.568,00	R\$ 21.568,00	R\$ 21.568,00	R\$ 64.704,00	
Tenda 10x10m	R\$ -	R\$ 11.141,28	R\$ 11.141,28	R\$ 11.141,28	R\$ 33.423,84	
Gerador	R\$ -	R\$ 10.932,00	R\$ 10.932,00	R\$ 10.932,00	R\$ 32.796,00	
Banheiro Químico	R\$ -	R\$ 3.546,72	R\$ 3.546,72	R\$ 3.546,72	R\$ 10.640,16	
Som	R\$ -	R\$ 34.568,04	R\$ 34.568,04	R\$ 34.568,04	R\$ 103.704,12	
Subtotal Geral Material para estrutura de Eventos	R\$ -	R\$ 81.756,04	R\$ 81.756,04	R\$ 81.756,04	R\$ 245.268,12	
Transparência, Eventos e Seminários						
Produção de Materiais impressos	R\$ -	R\$ 84.200,04	R\$ 84.200,04	R\$ 84.200,04	R\$ 252.600,12	
Produção de Conteúdo e Materiais Digitais	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 132.000,00	
Publicidade e Divulgação	R\$ 53.199,56	R\$ 53.200,09	R\$ 53.200,09	R\$ 53.200,10	R\$ 212.799,84	
Serviços de Fotografia e Videografia	R\$ 33.900,00	R\$ 33.900,00	R\$ 33.900,00	R\$ 33.900,00	R\$ 135.600,00	
Subtotal Geral Eventos e Seminários	R\$ 120.099,56	R\$ 204.300,13	R\$ 204.300,13	R\$ 204.300,14	R\$ 732.999,96	
Estagiários Jovens Mobilizadores						
Bolsas Jovens Mobilizadores	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 144.000,00	
Subtotal Geral Estagiários Jovens Mobilizadores	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 144.000,00	

Prestação de Serviços Terceiros						
Pesquisa Participante, Avaliação Externa	R\$ 360.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 360.000,00	
Customização de Plataforma Digital	R\$ 315.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 315.000,00	
Vigia e Segurança patrimonial Polos	R\$ 372.714,24	R\$ 372.714,24	R\$ 372.714,24	R\$ 372.714,24	R\$ 1.490.856,96	
Serviços de Limpeza - ASG	R\$ 126.209,50	R\$ 470.101,50	R\$ 470.101,50	R\$ 470.101,50	R\$ 1.538.514,00	
Contratação de Serviços de Motoristas	R\$ 239.828,40	R\$ 239.828,40	R\$ 239.828,40	R\$ 239.828,40	R\$ 959.313,60	
Software e Serviço de Conformidade com a LGPD	R\$ 224.880,00	R\$ 140.550,00	R\$ 140.550,00	R\$ 56.220,00	R\$ 562.200,00	
Serviço de Coffe Break para Eventos e Seminários	R\$ 203.797,50	R\$ 611.392,50	R\$ 611.392,50	R\$ 611.392,50	R\$ 2.037.975,00	
Serviço de Gestão de Recursos Humanos	R\$ 239.828,40	R\$ 239.828,40	R\$ 239.828,40	R\$ 239.828,40	R\$ 959.313,60	
Subtotal Geral Estagiários Jovens Mobilizadores	R\$ 2.084.258,04	R\$ 2.074.415,04	R\$ 2.074.415,04	R\$ 1.990.085,04	R\$ 8.223.173,16	
Produção de Conteúdos Formativos						
Desenvolvimento de conteúdo EAD	R\$ 600.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 600.000,00	
Oficinas participativas de desenvolvimento local	R\$ -	R\$ 93.903,44	R\$ 93.903,44	R\$ 93.903,44	R\$ 281.710,32	
Trilhas temáticas - Formato Híbrido	R\$ 540.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 540.000,00	
Subtotal Geral Estagiários Jovens Mobilizadores	R\$ 1.140.000,00	R\$ 93.903,44	R\$ 93.903,44	R\$ 93.903,44	R\$ 1.421.710,32	
Equipe e gestão de Polo						
Pagamento de Pessoal (com o recolhimento dos encargos decorrentes)	R\$ 17.031.769,88	R\$ 10.191.886,22	R\$ 10.299.752,57	R\$ 1.138.437,79	R\$ 38.661.846,46	
Subtotal Geral Equipe e gestão de Polo	R\$ 17.031.769,88	R\$ 10.191.886,22	R\$ 10.299.752,57	R\$ 1.138.437,79	R\$ 38.661.846,46	
Compliance						
Compliance	R\$ 440.057,13	R\$ 440.057,13	R\$ 440.057,13	R\$ 440.057,13		
Escritório de advg	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ 960.000,00	
Assessoria em questões tributárias	R\$ 200.057,13	R\$ 200.057,13	R\$ 200.057,13	R\$ 200.057,13	R\$ 800.228,52	
Subtotal Geral Compliance	R\$ 440.057,13	R\$ 440.057,13	R\$ 440.057,13	R\$ 440.057,13	R\$ 1.760.228,52	
Totais (Soma Subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9+10+11+12+13+14)						
Administração						
Custeio administrativo (Indireto)	R\$ 725.315,25	R\$ 725.315,25	R\$ 725.315,25	R\$ 725.315,25		
Jurídico Interno (PJ)	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 720.000,00	
Assessor Jurídico	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 96.000,00	
Auxiliar adm 1 (CLT R\$3.500,00)	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 60.000,00	
Auxiliar adm 2 (CLT R\$3.500,00)	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 60.000,00	
Auxiliar adm 3 (CLT R\$3.500,00)	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 60.000,00	
Auxiliar adm 4 (CLT R\$3.500,00)	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 60.000,00	
Auxiliar adm 5 (CLT R\$3.500,00)	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 60.000,00	
Coordenador Executivo	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 384.000,00	
Diretor Financeiro (PJ)	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 132.000,00	
Analista Financeiro (CLT R\$5.000,00)	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 96.000,00	
Gerente de Prestação de contas (PJ)	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 132.000,00	
Analista de prestação de contas (CLT R\$5.000,00)	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 96.000,00	
Diretor Administrativo (PJ)	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 132.000,00	
Analista Administrativo (CLT R\$5.000,00)	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 96.000,00	
Secretaria (R\$ 2500,00)	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 48.000,00	
Auxiliar de serviços gerais 1 (CLT R\$2.000,00)	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 42.000,00	
Auxiliar de serviços gerais 2 (CLT R\$2.000,00)	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 42.000,00	
Aluguel - RJ	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 300.000,00	
Luz - RJ	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 24.000,00	
Internet - RJ	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00	
Papelaria - RJ	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 18.000,00	
Café, bebidas e petiscos - RJ	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	R\$ 30.000,00	
Limpeza - RJ	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00	
Aluguel - GO	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 72.000,00	
Luz - GO	R\$ 1.265,25	R\$ 1.265,25	R\$ 1.265,25	R\$ 1.265,25	R\$ 5.061,00	
Internet - GO	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 1.200,00	
Papelaria - GO	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00	
Café e bebidas GO	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00	
Limpeza - GO	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 1.800,00	
Secretaria - GO	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 42.000,00	
Contador	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 72.000,00	
Subtotal Geral Administração	R\$ 725.315,25	R\$ 725.315,25	R\$ 725.315,25	R\$ 725.315,25	R\$ 2.901.261,00	
Totais (Soma Subtotais 15)					R\$ 2.901.261,00	
						R\$ 62.686.709,49

5.2 Da Finalidade dos Recursos

Este documento apresenta as justificativas detalhadas para cada rubrica orçamentária identificada nas páginas 59 a 70 da PROPOSTA-ICASOP. O objetivo é fornecer clareza sobre a necessidade e a aplicação de cada item, garantindo a transparência e a fundamentação dos custos propostos.

Aluguel de espaços:

Esta rubrica refere-se ao custo mensal de aluguel de espaços necessários para a realização das atividades do projeto, como salas de aula, auditórios, escritórios administrativos ou locais para eventos. A necessidade de múltiplos locais ou um espaço de grande porte para acomodar a estrutura e as operações do ICASOP. O aluguel é um custo fixo essencial para a infraestrutura do projeto.

Aluguel de veículos:

O aluguel de veículos é destinado a garantir a mobilidade da equipe, o transporte de materiais e equipamentos, e o deslocamento para a realização de atividades externas, visitas ou logística de eventos. Essencial para a operacionalização do projeto, especialmente se houver atuação em diferentes localidades ou necessidade de transporte constante.

Combustível:

O custo mensal de para combustível está diretamente relacionado ao uso dos veículos alugados e/ou próprios para as operações do projeto. Abrange o abastecimento para deslocamentos da equipe, transporte de materiais e qualquer outra atividade que demande o uso de veículos, sendo um item indispensável para a logística e execução das ações.

INFRA - Manutenção Predial e reforma.

Esta rubrica destina-se à manutenção predial e reformas necessárias nos espaços utilizados pelo projeto. Isso pode incluir desde reparos estruturais, melhorias nas instalações, adequações de acessibilidade, até reformas para otimizar o uso dos ambientes. É um investimento crucial para garantir a segurança, funcionalidade e adequação dos locais às necessidades do ICASOP.

Energia Elétrica - Luz:

O custo mensal para energia elétrica cobre o consumo de eletricidade em todos os espaços operacionais do projeto. Essencial para o funcionamento de iluminação, equipamentos

eletrônicos, sistemas de climatização e toda a infraestrutura que depende de energia para operar, sendo uma despesa básica e contínua.

Internet:

A rubrica de internet, com um custo mensal é vital para a conectividade do projeto. Garante o acesso à rede para comunicação, pesquisa, operação de sistemas online, transmissão de dados e suporte às atividades digitais. Em um cenário atual, a internet é um recurso indispensável para a gestão e execução do projeto.

Água e Saneamento:

O valor mensal para água e saneamento, cobre os custos de consumo de água e serviços de esgoto nos locais de operação do projeto. Essencial para a higiene, saúde e bem-estar de colaboradores e participantes, além de ser uma despesa básica para a manutenção de qualquer instalação.

Segurança e Monitoramento:

A rubrica de segurança e monitoramento, com um custo mensal, destina-se a garantir a proteção das instalações, equipamentos e pessoas. Inclui serviços como vigilância, sistemas de alarme, câmeras de segurança e monitoramento remoto, sendo fundamental para prevenir incidentes, controlar acessos e assegurar um ambiente seguro para as atividades do ICASOP.

Aluguel de Computadores:

O aluguel de computadores é essencial para equipar os postos de trabalho da equipe administrativa, instrutores e agentes do CDB. O aluguel, em vez da compra, permite a atualização tecnológica constante e a flexibilidade para ajustar a quantidade de equipamentos conforme a demanda do projeto, otimizando custos e garantindo acesso a tecnologia de ponta.

Aluguel Impressoras:

O aluguel de impressoras é necessário para atender às demandas de impressão de documentos, materiais didáticos, relatórios e outros impressos administrativos. O aluguel inclui manutenção e suprimentos, garantirá a disponibilidade e o bom funcionamento dos equipamentos sem a necessidade de investimento inicial elevado.

Projektor Cinematográfico Profissional:

A aquisição de um projetor cinematográfico profissional é justificada pela necessidade de projeções de alta qualidade em eventos, palestras ou apresentações que demandem grande impacto visual. Este equipamento é superior aos projetores comuns, oferecendo maior resolução, brilho e recursos para ambientes maiores ou mais exigentes, sendo um investimento pontual para aprimorar a experiência visual.

Tela de Projeção retrátil:

A tela de projeção retrátil complementa o projetor cinematográfico profissional, garantindo uma superfície de projeção adequada para a qualidade de imagem esperada. Sua natureza retrátil permite a otimização do espaço e a proteção da tela quando não está em uso, sendo um item essencial para a infraestrutura de apresentações de alto nível.

Cadeiras para sala de reunião:

O investimento em cadeiras para sala de reunião visa equipar adequadamente os espaços de colaboração e discussão. A quantidade e o valor sugerem cadeiras de qualidade, que proporcionam conforto e ergonomia para longos períodos de uso, essenciais para reuniões, workshops e treinamentos, contribuindo para um ambiente produtivo e profissional.

Cadeiras para sala de reunião:

A previsão de 200 cadeiras para salas de reunião visa atender à demanda por assentos e adequados em ambientes de colaboração e discussão. Em um contexto de capacitação e eventos, a disponibilidade de um número adequado de cadeiras é crucial para acomodar grandes grupos de participantes, promovendo um ambiente propício à interação e ao aprendizado. A quantidade reflete a necessidade de equipar diversas salas simultaneamente ou uma sala de grande porte.

Cadeiras universitárias:

As 4 unidades de cadeiras universitárias são destinadas a espaços que exigem uma superfície de apoio para escrita, como salas de aula menores ou áreas de estudo individual. Embora em menor quantidade, são importantes para atividades que demandam anotações ou uso de notebooks, oferecendo praticidade e ergonomia para os usuários.

Mesas de escritório:

A aquisição de 4 mesas de escritório é necessária para equipar postos de trabalho administrativos ou de apoio. Essas mesas fornecem o suporte essencial para computadores, documentos e outros materiais de escritório, sendo indispensáveis para a organização e a produtividade das equipes de gestão e suporte do projeto.

Sofá para área de repouso (3 lugares):

A inclusão de 4 sofás de 3 lugares para áreas de repouso visa criar ambientes mais acolhedores e confortáveis para os participantes e colaboradores. Esses espaços são

importantes para momentos de descanso, networking informal ou espera, contribuindo para uma experiência mais agradável e produtiva no local dos eventos e treinamentos.

Quadro branco 180x130:

Os 4 quadros brancos de 180x130 cm são ferramentas pedagógicas e de colaboração essenciais. Utilizados em salas de aula e reuniões, permitem a escrita, o desenho e a fixação de ideias de forma visual, facilita a interação, o brainstorming e a explicação de conceitos durante as atividades de capacitação.

Arquivo de aço 4 gavetas:

Os 4 arquivos de aço com 4 gavetas para a organização e segurança de documentos importantes. Em um projeto que lida com grande volume de informações, a capacidade de armazenar e proteger registros, contratos e materiais administrativos é fundamental para a conformidade e a eficiência operacional.

Longarina com 5 assentos:

As 4 longarinas com 5 assentos são ideais para áreas de espera ou recepção, onde a otimização do espaço e a capacidade de acomodar um número maior de pessoas são prioritárias. Elas oferecem uma solução prática e durável para ambientes de alto fluxo, garante assentos para visitantes e participantes antes do início das atividades.

Armário em aço 2 portas:

Os 4 armários em aço com 2 portas são destinados ao armazenamento seguro de materiais, equipamentos menores ou suprimentos. Contribuirá para a organização e a segurança patrimonial do local.

Bebedouro 2 torneiras:

A disponibilização de 4 bebedouros com 2 torneiras é essencial para garantir o acesso à água potável para todos os participantes e colaboradores. Em eventos e treinamentos de longa duração, a hidratação é fundamental para o bem-estar e a concentração, e a quantidade proposta visa atender a diferentes pontos de acesso no local.

Televisão 40' Smart Led:

As 4 televisões Smart Led de 40 polegadas são importantes para a exibição de conteúdo multimídia em espaços menores, como salas de espera, áreas de convivência ou para uso em apresentações mais íntimas. A funcionalidade Smart permite acesso a recursos online, amplia as possibilidades de uso para informação e entretenimento.

Artigos de Papelaria em geral:

A rubrica para artigos de papelaria em geral abrange a aquisição de todo o material de consumo necessário para o funcionamento diário dos escritórios e para as atividades de treinamento. Isso inclui itens como canetas, papéis, cadernos, pastas, grampeadores, entre outros. É um custo essencial para garantir que as equipes tenham os suprimentos básicos para suas tarefas administrativas e que os participantes dos cursos tenham material de apoio, contribuindo para a eficiência e organização do projeto.

Aluguel de tablets :

O aluguel de tablets é uma rubrica estratégica para a realização do trabalho de campo do CDB. Esses dispositivos permitem o acesso a plataforma de gestão do programa por todo o território de maricá, garantindo a coleta dos dados necessários para o desenvolvimento do programa, além de também poder ser utilizado nos treinamentos, cursos e capacitações com conteúdo de e-learning, aplicativos específicos, pesquisas e materiais complementares, promovendo uma experiência de aprendizado mais dinâmica e engajadora para um grande número de participantes. O aluguel, em vez da compra, otimiza custos e garante equipamentos atualizados, além de incluir a conectividade à internet, essencial para o uso pleno dos dispositivos.

Mensalidade internet:

A mensalidade de internet para a conectividade do projeto, especialmente considerando o aluguel de tablets que dependem de acesso à rede. Garante o acesso à rede para comunicação, pesquisa, operação de sistemas online, transmissão de dados e suporte às atividades digitais, sendo um recurso indispensável para a gestão e execução de qualquer projeto que utilize tecnologia.

Uniforme:

A aquisição de camisetas promocionais personalizadas será utilizada como uniforme, e é fundamental para padronizar a identificação da equipe e dos participantes, especialmente no dia a dia, em eventos específicos e atividades criadas no decorrer do projeto. Uniformes promovem uma imagem profissional, facilitam a organização e a segurança, e criam um senso de pertencimento entre os envolvidos no projeto.

Mochila:

As mochilas são itens personalizados de apoio para os participantes, permitirá que transportem materiais de curso, tablets e outros pertences de forma prática. Além de sua

funcionalidade, as mochilas podem servir como material promocional, reforçando a marca do projeto.

Squeeze 500ml:

Os squeezes de 500ml incentivam a hidratação contínua dos participantes e reduzem o consumo de copos descartáveis, alinhando-se a práticas de sustentabilidade. São materiais úteis que também promovem a marca do projeto e das instituições envolvidas.

Colete Liso:

Os coletes lisos podem ser utilizados para identificação rápida de diferentes grupos de participantes ou equipes de apoio em eventos. Eles são práticos para controle de acesso, divisão de grupos em atividades ou para sinalizar a equipe de organização, aumentando a eficiência e a segurança.

Produtor:

A contratação de produtor de eventos é essencial para a execução e logística das atividades. O produtor é responsável por garantir que todos os aspectos do evento, desde a montagem até a desmontagem, ocorram conforme o planejado, assegurar a qualidade e o sucesso das iniciativas.

Apoio:

A previsão de 20 pessoas de apoio para cada evento demonstra a necessidade de uma equipe robusta para auxiliar na recepção, orientação, suporte técnico e organização geral. Essa equipe é vital para o bom funcionamento dos eventos, garante que os participantes tenham uma experiência fluida e que as demandas operacionais sejam atendidas prontamente.

Locutor:

A presença de 2 locutores para cada 5 eventos é importante para a condução das cerimônias, anúncios e interações com o público. Os locutores profissionais garantem a clareza da comunicação, o dinamismo do evento e a manutenção do engajamento dos participantes.

Segurança:

A participação de profissionais de segurança para os eventos é crucial para garantir a integridade física dos participantes, a proteção do patrimônio e o controle de acesso. A segurança é um pilar fundamental para a realização de eventos de qualquer porte, proporcionando tranquilidade e um ambiente seguro para todos.

Banner Lona:

Os 8 banners de lona são elementos visuais importantes para a sinalização e a divulgação dos eventos. Utilizados em locais estratégicos, eles informam sobre o evento, direcionam o público e reforçam a identidade visual do projeto, contribuindo para a visibilidade e o impacto da comunicação.

Folder Informativo/Publicitário:

A produção de folders informativos/publicitários é essencial para a divulgação detalhada dos programas, cronogramas e objetivos dos eventos. Distribuídos aos participantes e ao público em geral, os folders servem como material de consulta e promoção, ampliando o alcance da mensagem e o engajamento.

Lona para Pannel:

As lonas para o painel são utilizadas para a criação de cenários, backdrops ou grandes painéis informativos. Elas são cruciais para a ambientação dos espaços, a personalização dos eventos e a exibição de mensagens visuais de grande impacto, como logotipos de patrocinadores ou temas do evento.

Adesivo Fosco Impresso:

Os adesivos foscos impressos podem ser aplicados em diversas superfícies para sinalização temporária, identificação de áreas ou como material promocional. Sua versatilidade permite reforçar a comunicação visual em diferentes pontos do evento e em materiais de apoio.

Cartazes A3:

Os cartazes A3 são utilizados para comunicação pontual e direcionada, como avisos, programação diária ou informações específicas em locais de grande circulação. Seu formato maior garante visibilidade e legibilidade, sendo eficazes para orientar e informar o público.

Palco:

A rubrica de palco é essencial para a realização de eventos que demandam um espaço elevado para apresentações, palestras, shows ou cerimônias. O palco confere visibilidade aos oradores e artistas, organiza o fluxo do evento e cria um ponto focal para a atenção do público.

Tenda 10x10m:

A tenda 10x10m é fundamental para a realização de eventos ao ar livre ou em locais que necessitam de cobertura temporária. Oferece proteção contra intempéries, cria um ambiente

delimitado e pode ser adaptada para diversas finalidades, como áreas de recepção, alimentação ou exposição.

Gerador:

A rubrica de gerador crucial para garantir o fornecimento ininterrupto de energia elétrica em grandes eventos, especialmente em locais com infraestrutura limitada ou para prevenir falhas na rede. Assegura o funcionamento de equipamentos de som, iluminação, projeção e outros sistemas essenciais, evitando interrupções e garantindo a continuidade das atividades.

Banheiro Químico:

A previsão de banheiros químicos, indispensável para eventos de grande porte ou realizados em locais sem infraestrutura sanitária adequada. Garante o conforto e a higiene dos participantes, sendo um item fundamental para a qualidade e a legalidade do evento.

Som:

A rubrica de som essencial para a sonorização de eventos, palestras e apresentações. Inclui equipamentos de áudio, microfones, caixas de som e técnicos de som, garantindo a clareza da comunicação, a qualidade do áudio e o engajamento do público.

Produção de Materiais Impressos:

A rubrica de produção de materiais impressos abrange a criação e impressão de diversos materiais como apostilas, certificados, crachás, banners, flyers, entre outros. Essencial para o suporte didático, a identificação dos participantes e a divulgação do projeto, garantindo a qualidade e a padronização dos materiais entregues.

Produção de Conteúdo e Materiais Digitais:

A rubrica de produção de conteúdo e materiais digitais para a criação de apresentações, vídeos, e-books, infográficos, conteúdos para redes sociais e plataformas online. Em um cenário cada vez mais digital, a produção de materiais de alta qualidade é fundamental para o engajamento do público, a disseminação do conhecimento e a comunicação eficaz do projeto.

PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO:

A rubrica de publicidade e divulgação destina-se a campanhas de marketing, anúncios em mídias diversas (digitais e tradicionais), assessoria de imprensa e outras ações para promover o projeto, seus eventos e resultados. Essencial para alcançar o público-alvo, atrair participantes e dar visibilidade às iniciativas do ICASOP.

SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA E VIDEOGRAFIA:

O investimento em serviços de fotografia e videografia é crucial para o registro profissional dos eventos, treinamentos e atividades do projeto. Imagens e vídeos de alta qualidade são essenciais para a produção de materiais de divulgação, relatórios, documentação e para a construção de um acervo visual que demonstre o impacto e o sucesso das ações do ICASOP.

PESQUISA PARTICIPANTE E AVALIAÇÃO EXTERNA

Prevê a contratação de equipe especializada para monitoramento e avaliação independente do programa. A metodologia participativa assegura coleta de dados com a comunidade e análise de impacto social, econômico e territorial, garantindo transparência e eficácia das ações.

CUSTOMIZAÇÃO DE PLATAFORMA DIGITAL

Refere-se à adaptação de uma plataforma digital para gestão integrada do programa, com módulos de comunicação, monitoramento de indicadores, capacitação online (EAD) e atendimento comunitário. Isso possibilitará maior eficiência, acessibilidade e transparência da execução.

Vigia e Segurança Patrimonial Polos:

A contratação mensal de serviços de vigia e segurança patrimonial para os pólos é fundamental para a proteção contínua das instalações, equipamentos e pessoas. A presença constante de profissionais de segurança inibe ações criminosas, controla o acesso e garante um ambiente seguro para o desenvolvimento das atividades, sendo um custo fixo essencial para a operação.

Serviços de Limpeza - ASG

A previsão de serviços mensais de limpeza (ASG - Auxiliar de Serviços Gerais) é vital para a manutenção da higiene e organização dos espaços. Ambientes limpos e bem cuidados são essenciais para a saúde, o conforto e a produtividade de todos os usuários, além de contribuir para a imagem positiva da instituição. Este é um serviço contínuo e indispensável.

Contratação de Serviços e Motoristas:

A contratação mensal de serviços de motoristas é necessária para o transporte de equipes, materiais e participantes, especialmente em um projeto com múltiplos pólos ou que exige deslocamentos frequentes. Garante uma logística eficiente e segura, otimizando o tempo e os recursos da equipe.

Software e Serviço de Conformidade com a LGPD:

Implementação de sistema e consultoria para garantir conformidade legal com a Lei Geral de Proteção de Dados, assegurando sigilo, segurança e tratamento adequado das informações pessoais dos beneficiários e parceiros.

COFFEE BREAK PARA EVENTOS E SEMINÁRIOS:

A rubrica de coffee break mensal para o público total dos eventos e seminários é crucial para proporcionar momentos de pausa e confraternização. O coffee break não só oferece alimentação e hidratação, mas também facilita o networking e a troca de experiências entre os participantes, contribuirá para o sucesso e a qualidade do programa. É um investimento no conforto e na experiência do público.

Serviço de Gestão de Recursos Humanos:

Consultoria especializada em gestão de pessoas, seleção e acompanhamento de equipe, garantindo conformidade trabalhista, qualificação e eficiência da equipe executora do programa.

Produção de Conteúdo (EAD, oficinas e trilhas temáticas):

Desenvolvimento de conteúdo EAD: Elaboração de materiais didáticos digitais para capacitação de lideranças e moradores, assegurando acesso amplo ao conhecimento.

- Oficinas participativas de desenvolvimento local: Espaços de formação prática e trocas comunitárias sobre cidadania, direitos e gestão territorial.
- Trilhas temáticas em formato híbrido: Percursos formativos presenciais e online que ampliam o alcance e a participação, atendendo diferentes perfis e necessidades.

Pagamento de Pessoal (com encargos):

Rubrica que assegura remuneração e encargos legais da equipe técnica e administrativa do programa, garantindo execução qualificada, continuidade e responsabilidade fiscal.

Compliance:

Prevê contratação de consultoria e gestão para assegurar que todas as etapas do programa estejam em conformidade com as normas legais, administrativas e financeiras, reforçando a transparência e a credibilidade da execução.

Custeio Administrativo Indireto:

Cobre o rateio de despesas administrativas essenciais para a execução do programa (energia, água, internet, telefonia, materiais de expediente, equipe indireta que atua na gestão do projeto, suporte contábil e jurídico da ICASOP). Esses custos garantem a infraestrutura mínima para o funcionamento eficiente e contínuo do CDB.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DESEMBOLSO

6.1. Cronograma de Execução

Itens	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valor Anual
Operacional	R\$ 2.655.142,68	R\$ 1.155.142,68	R\$ 1.155.142,68	R\$ 1.055.142,68	R\$ 3.620.570,72
Equipamentos e Mobiliários	R\$ 269.258,96	R\$ 122.400,00	R\$ 122.400,00	R\$ 122.400,00	R\$ 636.458,96
Equipamentos e Escritório II	R\$ 32.710,80	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$ 32.710,80
Material de escritório	R\$ 103.267,50	R\$ 103.267,50	R\$ 103.267,50	R\$ 103.267,50	R\$ 413.070,00
Tablets com internet	R\$ 304.843,50	R\$ 304.843,50	R\$ 304.843,50	R\$ 304.843,50	R\$ 1.219.374,00
Geral Uniformes	R\$ 33.603,10	R\$ 33.603,10	R\$ 16.801,55	R\$0,00	R\$ 413.070,00
Organização de eventos	R\$0,00	R\$ 32.302,00	R\$ 16.151,00	R\$ 32.302,00	R\$ 80.755,00
Material para Organização de eventos	R\$0,00	R\$ 18.202,72	R\$ 9.101,36	R\$ 18.202,72	R\$ 45.506,80

Material para estrutura de Eventos	R\$0,00	R\$ 81.756,04	R\$ 81.756,04	R\$ 81.756,04	R\$ 245.268,12
Eventos e Seminários	R\$ 120.099,56	R\$ 204.300,13	R\$ 204.300,13	R\$ 204.300,14	R\$ 732.999,96
Estagiários Jovens Mobilizadores	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 144.000,00
Serviços de Terceiros	R\$ 2.084.258,04	R\$ 2.074.415,04	R\$2.074.415,04	R\$ 1.990.085,04	R\$ 8.223.173,16
Produção de Conteúdos Formativos	R\$ 1.140.000,00	R\$ 93.903,44	R\$ 93.903,44	R\$ 93.903,44	R\$ 1.421.710,32
Equipe e gestão de Polo	R\$ 17.031.769,88	R\$ 10.191.886,22	R\$ 10.299.752,57	R\$ 1.138.437,79	R\$ 38.661.846,46
Compliance	R\$ 440.057,13	R\$ 440.057,13	R\$ 440.057,13	R\$ 440.057,13	R\$ 1.760.228,52
Geral Administração	R\$ 725.315,25	R\$ 725.315,25	R\$ 725.315,25	R\$ 725.315,25	R\$ 2.901.261,00
Total Geral	R\$25.074.683,79	R\$15.671.677,37	R\$15.671.677,37	R\$6.268.670,94	R\$ 60.286.709,49

6.2. Cronograma de Desembolso

Mês	% do Valor Total	Valor Estimado (R\$)
Trimestre 01	40%	R\$25.074.683,79
Trimestre 02	25%	R\$15.671.677,37

Trimestre 03	25%	R\$15.671.677,37
Trimestre 04	10%	R\$6.268.670,94
Total	100%	R\$ 62.686.709,49

O Cronograma de desembolso é a ferramenta técnica de planejamento financeiro que projeta, ao longo do tempo, quando e quanto dinheiro será pago na conta do projeto, facilitando o controle das saídas de recursos conforme compromissos assumidos em contratos e orçamentos. Ele ajudará a antecipar as necessidades de caixa, prevenindo surpresas financeiras e permitindo decisões mais estratégicas e seguras. A divisão do cronograma em quatro trimestres ocorre por conveniência prática, pois facilita o acompanhamento periódico, o controle dos pagamentos e a análise do progresso financeiro em intervalos igualmente espaçados durante o ano, permitindo ajustar o planejamento conforme o andamento do projeto e as condições orçamentárias. Essa divisão trimestral também está alinhada às rotinas de acompanhamento e prestação de contas em muitos projetos públicos e privados, promovendo maior transparência e organização financeira.

7. INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 - Planilha de Acompanhamento e Avaliação

Meta	Indicador de Avaliação	Documentos e Comprovações
Formação dos Grupos Regionais de Defesa e Participação	4 grupos regionais formalmente estabelecidos	• Atas de constituição dos grupos; • Documentos de nomeação dos integrantes; • Relatórios de implantação e funcionamento

Capacitação de agentes comunitários	450 agentes capacitados	• Listas de presença nas capacitações; • Certificados emitidos aos participantes • Relatórios dos ciclos formativos e avaliações.
Planejamento e execução de ações comunitárias	50 ações comunitárias implementadas	• Relatórios de implantação e execução de cada ação; • Registro fotográfico dos espaços; • Termos de vistoria e audiovisuais; • Listas de
Realização de eventos de Jovens Mobilizadores	Atividades por trimestre em cada polo	• Relatórios de cada evento realizado; • Listas de presença; • Termos de adesão ou contrato dos jovens bolsistas; • Registros fotográficos e audiovisuais das atividades.
Levantamento e análise de demandas locais	Relatórios anuais por região	• Relatórios de diagnóstico e mapeamento social; • Certificados de mapeamento social; • Mapas gerados pela cartografia social; • Relatórios de
Criação de site e redes sociais do programa	Plataforma ativa, com atualizações regulares	• Fichas de coleta de dados; • Prints das páginas e postagens; • Relatórios de
		• Plano de comunicação com cronograma de publicações.

7.2. Do Monitoramento, Avaliação e Controle Interno.

O monitoramento, a avaliação e o controle interno do Projeto Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) serão conduzidos em estrita observância ao disposto no Decreto nº 54, de 30 de maio de 2017, do Município de Maricá, especialmente no capítulo que regula a prestação de contas e o controle dos recursos repassados às Organizações da Sociedade Civil (OSC) parceiras. Esse marco normativo garante que todas as etapas da execução sejam acompanhadas de forma transparente, padronizada e orientada para resultados, assegurando que os recursos públicos destinados ao projeto sejam aplicados corretamente e revertidos em benefícios sociais efetivos.

De acordo com o artigo 50 do referido Decreto, a prestação de contas deverá observar rigorosamente as regras definidas tanto no próprio Decreto, quanto nos instrumentos jurídicos da parceria e no plano de trabalho pactuado, além das resoluções complementares editadas pela Controladoria Geral do Município. O eixo central da análise é o **controle de resultados**, com verificação objetiva da execução das atividades planejadas e do cumprimento das metas estabelecidas, a partir de indicadores quantitativos e qualitativos que já serão definidos neste plano de trabalho. Essa abordagem permite avaliar não apenas o volume de entregas, mas também a qualidade e relevância do impacto gerado.

O processo de monitoramento do CDB contempla a produção de **relatórios periódicos de execução**, elaborados pela equipe técnica do projeto, que irão detalhar todas as atividades desenvolvidas, as metas alcançadas e os desafios enfrentados. Esses relatórios serão acompanhados de documentos comprobatórios, tais como:

- *listas de presença em oficinas e eventos;*
- *registros fotográficos e audiovisuais;*
- *fichas de acompanhamento dos núcleos comunitários;*
- *outros instrumentos que assegurem a transparência e a rastreabilidade das ações.*

Também será apresentada a descrição minuciosa das ações realizadas para o cumprimento do objeto da parceria, como:

- os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

No campo financeiro, a gestão será igualmente rigorosa. Todas as receitas e despesas serão executadas e analisadas quanto à sua conformidade legal, pertinência e vinculação direta com o objeto do projeto, garantindo o nexo de causalidade entre o gasto realizado e a meta atingida. Apresentaremos a conciliação bancária, comprovando a movimentação regular dos recursos e o atendimento às normas contábeis e financeiras pertinentes. Esse processo assegura que cada recurso utilizado tenha respaldo documental e esteja devidamente associado a um resultado concreto do projeto.

O Controle Interno do ICASOP determinará a obrigatoriedade da entrega de relatórios semanais e da **prestações de contas parciais**, ao final de cada trimestre, além da prestação de contas final, que deverá ser apresentada em até 90 dias após a conclusão do projeto, com possibilidade de prorrogação devidamente justificada.

A sistemática de monitoramento e avaliação adotada no Projeto CDB, portanto, vai além de um simples acompanhamento burocrático-financeiro. Trata-se de um processo de **governança participativa**, que alia a fiscalização técnica e contábil à análise qualitativa dos impactos sociais. O controle social, exercido por meio dos Núcleos Comunitários e Polos Regionais, somado ao acompanhamento institucional da gestão municipal, constitui uma rede de monitoramento capaz de identificar avanços, corrigir desvios e garantir a efetividade da política pública implementada.

Ao conjugar relatórios técnicos, registros financeiros, indicadores de desempenho, instrumentos de comprovação e espaços de participação popular, o CDB estabelece um modelo robusto de monitoramento contínuo e avaliação criteriosa. Essa metodologia promove a eficiência, a transparência e a efetividade do projeto, assegurando que os recursos investidos sejam revertidos em melhorias concretas para a população de Maricá e que as ações realizadas consolidem um legado de fortalecimento comunitário e de democratização do acesso às políticas públicas.

Ao final do projeto o ICASOP emitirá, ao final, um **parecer técnico conclusivo**, destacando a efetividade das ações, os benefícios sociais gerados, a percepção da comunidade, o nível de cumprimento das metas e o potencial de sustentabilidade das iniciativas, conforme o artigo 56 da referida legislação.

7.3. Indicadores-Chave de Desempenho:

Os Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs, do inglês *Key Performance Indicators*) são métricas essenciais usadas para avaliar o sucesso e o progresso de objetivos específicos em projetos, programas ou organizações. Eles representam dados mensuráveis que ajudam a quantificar resultados, identificar problemas precocemente e orientar ajustes estratégicos. Em essência, os KPIs transformam aspirações em ações concretas, fornecendo uma visão clara do desempenho por meio de números, percentuais ou índices que podem ser rastreados ao longo do tempo. Para serem eficazes, os KPIs devem seguir critérios SMART: Específicos (focados em um aspecto claro), Mensuráveis (com dados quantificáveis), Alcançáveis (realistas), Relevantes (alinhados aos objetivos principais) e Temporais (com prazos definidos). Exemplos comuns incluem taxas de participação em eventos, redução de incidentes ou aumento de engajamento comunitário.

No contexto do Comitê de Defesa dos Bairros (CDB), os KPIs são fundamentais para a gestão e monitoramento eficaz. O CDB, inspirado em modelos de vigilância comunitária e participação cidadã, promove ações preventivas, reuniões de planejamento e parcerias com órgãos públicos, despontando um monitoramento via KPIs para garantir que o programa não seja apenas reativo, mas proativo, alinhado às necessidades reais da população e aos recursos do município.

A importância dos KPIs no processo de gestão do CDB reside em múltiplos níveis. Primeiramente, eles permitem uma avaliação precisa do impacto das ações. Por exemplo, um KPI poderia medir a taxa de redução de ocorrências criminais em bairros atendidos (como furtos ou vandalismo), comparando dados pré e pós-implantação do comitê, obtidos via relatórios policiais ou apps de denúncia. Outro indicador relevante seria o número de participantes em assembleias ou treinamentos, refletindo o engajamento comunitário – essencial para o sucesso de iniciativas bottom-up como o CDB. No monitoramento, ferramentas simples como planilhas ou softwares gratuitos (ex.: Google Sheets ou Trello) podem rastrear esses dados mensalmente, identificando padrões, como bairros com maior vulnerabilidade, e permitindo realocações de agentes ou recursos.

Em segundo lugar, os KPIs promovem transparência e accountability. Em Maricá, onde o orçamento municipal é influenciado por royalties do petróleo, o CDB deve demonstrar resultados para justificar investimentos contínuos. Relatórios periódicos com KPIs (ex.: percentual de bairros cobertos pelos núcleos, medido por geolocalização das visitas às residências) podem ser compartilhados em reuniões públicas ou no site da prefeitura, construindo confiança entre moradores, vereadores e a sociedade civil. Isso evita desperdícios e incentiva parcerias, como com associações de moradores.

Além disso, no monitoramento contínuo, os KPIs facilitam a adaptação a desafios locais, como o crescimento urbano em Maricá ou eventos sazonais (ex.: chuvas intensas que aumentam riscos de deslizamentos). Indicadores qualitativos, como satisfação dos residentes via pesquisas (nota de 1 a 10 sobre sensação de segurança), complementam os quantitativos, oferecendo uma visão holística. Sem KPIs, a gestão do CDB correria o risco de ser subjetiva, com decisões baseadas em percepções isoladas, levando a ineficiências ou falhas em atender prioridades reais, como a inclusão de mulheres e jovens em lideranças comunitárias.

Por fim, integrar KPIs ao CDB não só eleva sua efetividade, mas contribui para o desenvolvimento sustentável de Maricá, alinhando-se a políticas nacionais de participação social (ex.: Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou o Estatuto da Cidade). Eles transformam o comitê em um modelo replicável, medindo não apenas defesa, mas empoderamento coletivo. Investir em capacitação para coletar e analisar esses indicadores será crucial para o sucesso a longo prazo, garantindo que o projeto evolua com a comunidade.

Abaixo propomos alguns tópicos que poderão ser levados em conta na montagem dos indicadores-chave de desempenho:

★ **Governança e Coordenação:**

- **Reuniões de Governança Realizadas:** nº de reuniões entre Secretaria, ICASOP e lideranças comunitárias (meta: 1/mês).
- **Taxa de Cumprimento do Cronograma de Execução:** % de etapas implementadas dentro do prazo previsto.
- **Índice de Transparência:** nº de relatórios técnicos e financeiros publicados / nº de relatórios previstos.

★ **Planejamento e Monitoramento:**

- **Planos de Ação Comunitários Elaborados:** nº de planos de ação construídos junto aos Núcleos e Polos (meta: 100% dos territórios).
- **Diagnósticos Territoriais Validados:** % de diagnósticos concluídos e aprovados em assembleias comunitárias.
- **Taxa de Execução Orçamentária:** recursos efetivamente aplicados / recursos previstos (%).

★ **Gestão de Pessoas e Capacitação:**

- **Contratação da Equipe Prevista:** % de cargos ocupados conforme organograma do CDB.
- **Capacitações Realizadas:** nº de formações para coordenadores, agentes territoriais e jovens mobilizadores.
- **Satisfação da Equipe:** índice medido via questionário trimestral.

★ **Participação Social e Controle:**

- **Audiências e Assembleias Realizadas:** nº de encontros comunitários promovidos por mês.
- **Participação Média por Evento:** nº de participantes presenciais e virtuais em cada atividade.
- **Demandas Comunitárias Encaminhadas:** nº de propostas registradas e submetidas ao poder público.
- **Taxa de Resolução de Demandas:** nº de demandas atendidas / nº total de demandas encaminhadas.

★ **Comunicação e Articulação:**

- **Planos de Comunicação Executados:** nº de campanhas de informação e mobilização realizadas.
- **Engajamento nas Plataformas Digitais:** acessos, interações e cadastros no aplicativo/plataforma de gestão.
- **Parcerias Institucionais Formalizadas:** nº de convênios, protocolos ou colaborações estabelecidas.

★ **Impacto e Resultados:**

- **Índice de Percepção Comunitária:** % de moradores que avaliam positivamente a atuação do CDB (via pesquisa anual).
- **Redução de Vulnerabilidades Identificadas:** comparação entre diagnósticos iniciais e monitoramentos semestrais.
- **Fortalecimento das Redes Locais:** nº de iniciativas conjuntas entre Núcleos, Polos e secretarias municipais.

7.4. Modelo de Planilha de Monitoramento de Metas e Indicadores

Como será utilizado:

Meta	Indicador	Meta Quanti.	Situação Atual	Observações/Desafios	Resp.	Atualização
Formação dos Grupos Regionais de Defesa e Participação	Nº de Grupos Regionais estabelecidos	4 grupos formalmente constituídos				
Capacitação de agentes comunitários	Nº de agentes capacitados	450 agentes capacitados				
Criação e funcionamento dos Polos Regionais	Pólos estruturados e em operação	4 polos operacionais				
Realização de eventos de sensibilização	Nº de eventos por polo/trimestre e	3 eventos/trimestre/polo				
Levantamento e análise de demandas locais	Relatórios anuais por região modificados	1 relatório anual/região				
Execução de ações comunitárias	Nº de ações adotadas	50 ações comunitárias				
Formação de Jovens Mobilizadores	Nº de jovens mobilizadores	10 jovens				

Meta	Indicador	Meta Quanti.	Situação Atual	Observações/Desafios	Resp.	Atualização
	formados e atuantes					
Criação de site e redes sociais	Status da plataforma digital ativa e atualizada	Atualização regular (mensal)				

- A equipe deverá atualizar periodicamente a planilha com a situação atual de cada meta, destacando avanços, pendências ou gargalos.
- Utilizar as colunas "Observações/Desafios" para identificar motivos de atraso ou sucessos, e para registrar aprendizados.
- A coluna "Resp." significa: responsável. Permite deixar claro quem é o responsável pela gestão a cada meta, facilitando cobranças e alinhamento entre as equipes dos polos e núcleos.
- Deverão acompanhar os dados de atualização para garantir a periodicidade, facilitando a elaboração dos relatórios mensais/trimestrais.
- Obs.: O uso da planilha de cumprimento de metas não substitui o uso da plataforma de gestão, servindo de base complementar para prestação de contas.

"Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros."
- Che Guevara

8. PLANO DE TRABALHO DETALHADO

O Programa Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) será implementado por meio de um conjunto de atividades articuladas, planejadas de forma integrada e sistemática para assegurar eficiência, transparência e a plena aderência às metas estabelecidas. A lógica do plano de trabalho parte da constituição de uma estrutura de gestão sólida, capaz de coordenar e monitorar cada fase do projeto, passando pela implantação dos núcleos comunitários e polos regionais, pela execução de ações formativas e eventos, até a consolidação de uma estratégia permanente de comunicação e avaliação de resultados.

No eixo de Gestão (Anexo III), as atividades contemplam a contratação da equipe central pela ICASOP (Coordenadores), e das equipes administrativas e de ponta por meio de contrato de prestação de serviços, garantindo conformidade legal e otimização de recursos.

Paralelamente, será realizada a seleção, locação e adaptação de quatro imóveis estratégicos, um em cada distrito de Maricá, que funcionarão como polos regionais de apoio. Essa etapa inclui a definição do perfil dos espaços, elaboração de projetos arquitetônicos e adequações necessárias, assegurando que a infraestrutura atenda às demandas de acessibilidade, conforto e funcionalidade como já vimos nos itens anteriores.

No Plano de trabalho detalhado, o plano prevê a instalação de 75 Núcleos Comunitários de Defesa e Participação, articulados aos polos regionais. As atividades incluem a formação e deslocamento de equipes territoriais, visitas domiciliares, levantamento de demandas locais, elaboração de diagnósticos comunitários e monitoramento contínuo. Esses processos permitirão uma atuação capilarizada, garantindo que cada território receba atenção personalizada e que os dados coletados alimentem a gestão central na formulação de políticas participativas.

O Projeto Pedagógico (Anexo V) concentra-se na capacitação de 450 agentes comunitários e 10 jovens mobilizadores, com atividades organizadas em módulos presenciais e digitais. Deverão ser ofertadas oficinas, rodas de conversa, cursos e trilhas formativas em plataforma própria, utilizando metodologias participativas e instrumentos de mediação comunitária. Essa dimensão formativa visa não apenas transmitir conhecimentos, mas também desenvolver competências de liderança, comunicação e engajamento social, fortalecendo o protagonismo juvenil e comunitário possibilitando democratizar o acesso, ampliando a possibilidade de qualificação através de ações locais com a população.

No Plano de Eventos (Anexo IV), estão programadas ações trimestrais em cada polo regional e atividades comunitárias regulares nos núcleos. As atividades incluem a realização de fóruns, mutirões de serviços, encontros temáticos e eventos culturais, fortalecendo o senso de pertencimento e estimulando a participação cidadã. Cada evento será também um espaço de escuta ativa, coleta de informações e devolutiva social, possibilitando o ajuste das ações do projeto às necessidades identificadas nos territórios.

Por fim, o Plano de Comunicação (Anexo VI) assegura a visibilidade e a transparência do programa. As atividades envolverão a criação e manutenção de identidade visual, site institucional, redes sociais e produção de conteúdos digitais (vídeos, podcasts, boletins e relatórios audiovisuais). Essa estratégia permitirá ampliar o alcance das informações, garantir a prestação de contas à sociedade e dar voz às comunidades atendidas.

Cada atividade do plano será acompanhada de indicadores de execução e relatórios periódicos, permitindo avaliar o desempenho em relação às metas pactuadas. A integração entre os cinco blocos garante que a gestão administrativa, a execução territorial, a formação cidadã, a realização de eventos e a comunicação institucional operem de forma articulada, assegurando que o Comitê de Defesa dos Bairros se consolide como um instrumento efetivo de fortalecimento comunitário, participação popular e inovação democrática em Maricá.

8.1. Quadro de Atividades – Plano de Trabalho Detalhado

O desenvolvimento das ações do Programa Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) será realizado por meio de uma série de atividades inter-relacionadas, organizadas de maneira a assegurar eficiência, controle, acompanhamento e aderência às metas pactuadas. As atividades foram estruturadas considerando as demandas operacionais, metodológicas, administrativas e de mobilização comunitária, de forma a garantir que todas as etapas sejam executadas dentro dos prazos estabelecidos e com foco nos resultados esperados.

O quadro a seguir apresenta, de forma sintética, as atividades previstas, os responsáveis pela sua execução, o período estimado de desenvolvimento e a vinculação direta de cada atividade às metas definidas:

Atividade	Responsável	Período de Execução	Meta Associada
Implantação dos Polos Regionais de Mobilização Comunitária	Coordenador Geral, Coordenadores Administrativos e Analistas Administrativos	Mês 1 a Mês 3	Criação e funcionamento dos Polos Regionais
Constituição dos Grupos Articuladores Regionais de Defesa e Participação	Coordenador Geral, Coordenador Técnico e Coordenadores de Bairro	Mês 1 a Mês 2	Formação dos Grupos Regionais de Defesa e Participação
Constituição do Comitê de Políticas Públicas e Gestão de Metas	Coordenador Geral, Coordenador Técnico, Coordenador de Relacionamento, Coordenador de Comunicação e Secretaria de Juventude e Participação Popular	Mês 2 a Mês 4	Transversal a todas as metas (articulação intersetorial e gestão estratégica)
Processo seletivo e capacitação dos Agentes Comunitários	Coordenador Técnico, Educadores/Tutores e Coordenadores de Bairro	Mês 2 a Mês 4	Capacitação de agentes comunitários
Seleção, acompanhamento e formação dos Jovens Mobilizadores	Coordenador de Relacionamento, Educadores/Tutores e Coordenadores dos Polos	Mês 2 a Mês 4	Formação de Jovens Mobilizadores
Levantamento, diagnóstico e mapeamento das demandas locais (cartografia social)	Georreferenciador, Coordenadores de Bairro, Agentes Territoriais e Coordenador Técnico	Mês 3 a Mês 12 (com relatório anual)	Levantamento e análise de demandas locais
Elaboração dos Relatórios Específicos de Demandas por Bairro	Georreferenciador, Coordenadores de Bairro, Coordenador Técnico e Coordenador Geral	Mês 4 a Mês 12 (atualização semestral)	Levantamento e análise de demandas locais

Realização de eventos de sensibilização comunitária (3 por trimestre em cada polo)	Coordenadores dos Polos, Coordenadores de Bairro, Agentes Territoriais e Auxiliares Administrativos	Mês 3 a Mês 12	Realização de eventos de sensibilização
Planejamento participativo e execução de ações comunitárias	Coordenadores dos Polos, Agentes Territoriais, Coordenadores de Bairro e Jovens Mobilizadores	Mês 4 a Mês 12	Planejamento e execução de ações comunitárias
Criação, gestão e atualização contínua do site e das redes sociais	Coordenador de Comunicação e Equipe de Comunicação	Mês 2 a Mês 12	Criação de site e redes sociais do programa
Monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades e metas	Coordenador Geral, Coordenador Técnico, Coordenadores Administrativos e Comissão de Monitoramento	Mês 3 a Mês 12	Todas as metas (transversal)
Elaboração dos relatórios de execução física, financeira e de impacto social	Coordenador Administrativo, Coordenador Geral, Analistas Administrativos e Coordenador Técnico	Trimestral e Final	Todas as metas (transversal)

8.2. Organograma Operacional do Projeto

A estrutura organizacional do Programa CDB está fundamentada em uma lógica descentralizada, porém articulada, que combina uma equipe de gestão centralizada com polos regionais e núcleos comunitários. Esta configuração visa garantir capilaridade, presença territorial, agilidade na implementação das ações e coerência metodológica.

O organograma a seguir ilustra a estrutura funcional, evidenciando as relações de coordenação, supervisão, apoio técnico e operacional, além dos fluxos de comunicação entre os diferentes níveis do projeto:

Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Implantação dos Polos Regionais de Mobilização Comunitária	X	X	X									
Constituição dos Grupos Articuladores Regionais de Defesa e Participação	X	X										
Constituição do Comitê de Políticas Públicas e Gestão de Metas		X	X	X								
Processo seletivo e capacitação dos Agentes Comunitários	X	X	X	X								
Seleção, acompanhamento e formação dos Jovens Mobilizadores	X	X	X	X								
Levantamento, diagnóstico e mapeamento das demandas locais (cartografia social)		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração dos Relatórios Específicos de Demandas por Bairro				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Realização de eventos de sensibilização comunitária			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Planejamento participativo e execução de ações comunitárias				X	X	X	X	X	X	X	X	X

Criação, gestão e atualização contínua do site e das redes sociais		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades e metas			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração dos relatórios de execução física, financeira e de impacto social			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

8.3. Perfis Profissionais, Atribuições e Requisitos

8.3.1. Da Equipe do projeto

A equipe de um projeto como o Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) constitui a espinha dorsal de toda a proposta metodológica, pois é a partir dela que se garante a viabilidade, a continuidade e a efetividade das ações planejadas. Mais do que a soma de profissionais, a equipe deve ser compreendida como um organismo coletivo que articula competências, experiências e saberes diversos, transformando objetivos abstratos em práticas concretas. Nesse sentido, o desenho da equipe do CDB não se limita à execução de tarefas operacionais, mas abrange a criação de um espaço de mediação, articulação e gestão compartilhada que sustenta a lógica participativa do programa.

Do ponto de vista conceitual, a constituição de uma equipe qualificada e estruturada reflete a própria essência da governança comunitária. Projetos voltados ao fortalecimento da participação social necessitam de quadros técnicos capazes de dialogar com diferentes públicos, de compreender realidades territoriais complexas e de traduzir demandas em estratégias viáveis. A equipe, portanto, assume um papel pedagógico e transformador, funcionando como catalisadora do processo de envolvimento social.

No campo técnico, a organização de uma equipe está diretamente associada ao princípio da eficiência na gestão pública e social. A existência de profissionais integrados a um planejamento prévio permite estabelecer rotinas, fluxos de comunicação, protocolos operacionais e mecanismos de monitoramento. Esse arranjo técnico-institucional não apenas garante a execução das atividades, mas também oferece segurança e transparência às comunidades envolvidas e aos parceiros institucionais.

Sob uma perspectiva empírica, a prática de projetos comunitários tem demonstrado que a qualidade da equipe é determinante para o alcance de resultados sustentáveis. Experiências anteriores em iniciativas de governança participativa apontam que equipes formadas com diversidade de competências e forte engajamento social são capazes de construir vínculos de confiança com a população, assegurando maior legitimidade e impacto das ações. Assim, a equipe não atua apenas como executora, mas como referência simbólica, representando a seriedade, a capacidade de resposta e o compromisso do programa com os territórios.

Outro aspecto relevante é que a estruturação da equipe permite estabelecer uma linha clara de responsabilidades, evitando sobreposição de tarefas e assegurando que cada área de atuação seja devidamente acompanhada. Isso possibilita maior precisão no monitoramento das metas e indicadores do programa, reforçando o caráter técnico e a credibilidade do CDB.

Por fim, a forma como apresentaremos, em sequência, o detalhamento das funções específicas da equipe evidencia o compromisso do programa com a transparência e a clareza metodológica. Ao descrever atribuições, papéis e interfaces, será possível demonstrar não apenas a importância individual de cada profissional, mas principalmente a lógica integrada que sustenta o funcionamento do projeto. Dessa maneira, a equipe do CDB se consolida como um componente estratégico e indispensável para transformar intenções em resultados, fortalecendo a articulação comunitária e promovendo a construção coletiva de soluções duradouras para os desafios de Maricá.

→ **Estrutura Organizacional da Gestão**

(Equipe de Gestão Central)

❖ **COORDENAÇÃO GERAL**

Descrição da Função: Responsável pela supervisão global das operações do polo regional. Coordena a execução das estratégias definidas para a mobilização comunitária, articula-se com a secretaria central e demais polos, gerencia recursos e garante o alinhamento com os objetivos.

Papeis e Responsabilidades:

- Supervisão e liderança estratégica de todas as atividades do polo regional.
- Definição e acompanhamento de metas e indicadores de desempenho.
- Coordenação e integração das equipes e atividades dos diferentes polos.
- Gestão de recursos humanos, financeiros e materiais.
- Representação institucional do CDB em interlocuções com parceiros e stakeholders.
- Garantia do alinhamento das ações com a visão e missão do projeto.

Perfil Profissional:

- **Experiência:** Sólida experiência em gestão de projetos, liderança de equipes multidisciplinares e gestão estratégica, preferencialmente em organizações do terceiro setor ou projetos sociais de grande escala. Experiência comprovada em coordenação de operações complexas e em ambientes dinâmicos.
- **Habilidades:** Liderança inspiradora, visão estratégica, capacidade de tomada de decisão, excelente comunicação interpessoal e negociação, proatividade, resiliência, e habilidade para gerenciar crises e conflitos. Conhecimento aprofundado em planejamento estratégico e gestão por resultados.
- **Formação:** Nível superior completo em áreas como Administração, Gestão Pública, Ciências Humanas, ou áreas correlatas. Desejável Pós-graduação em Gestão de Projetos, Liderança ou Gestão Estratégica é um diferencial.

Número de vagas: 01

❖ COORDENAÇÃO TÉCNICA

Descrição da Função: Responsável pela qualidade técnica das ações dos polos. Supervisão da implementação de metodologias participativas, processos formativos (capacitações, workshops), supervisionar e produzir diagnósticos e uso de ferramentas tecnológicas (plataforma, georreferenciamento). Garantir o suporte metodológico e a capacitação contínua dos agentes territoriais e educadores, verificação do cumprimento das metas estabelecidas neste plano de trabalho e elaboração de relatório técnico por período.

Papéis e Responsabilidades:

- Garantia da qualidade técnica das metodologias e ações desenvolvidas nos polos.
- Supervisão e acompanhamento da implementação de capacitações e workshops.
- Suporte para desenvolvimento e aplicação de ferramentas de diagnóstico e georreferenciamento.
- Suporte técnico e metodológico contínuo aos agentes territoriais e educadores.
- Monitoramento do cumprimento das metas técnicas e elaboração de relatórios de progresso.
- Identificação de necessidades de aprimoramento e proposição de soluções técnicas.

Perfil Profissional:

- **Experiência:** Experiência em coordenação técnica de projetos, desenvolvimento e aplicação de metodologias participativas, e capacitação de equipes. Conhecimento em ferramentas tecnológicas para gestão de dados e informações georreferenciadas.
- **Habilidades:** Pensamento analítico, atenção a detalhes, capacidade de resolução de problemas técnicos, didática para capacitação, organização, e habilidade para trabalhar em equipe. Conhecimento técnico na área de atuação do projeto.
- **Formação:** Nível superior completo em áreas como Engenharia, Tecnologia da Informação, Geografia, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, ou áreas técnicas correlatas. Pós-graduação em Gestão de Projetos, Metodologias de Ensino ou áreas técnicas específicas é um diferencial.

Número de vagas: 01

❖ **COORDENAÇÃO DE RELACIONAMENTO**

Descrição da Função: Focaliza a interlocução direta com comunidades, lideranças locais, associações e demais atores sociais. Responsável por fortalecer redes de apoio, facilitar a comunicação entre os núcleos e as comunidades, promover a escuta ativa e garantir a adesão às ações do Comitê de Defesa dos Bairros - CDB. Atua também em parceria com parceiros externos e órgãos públicos.

Papéis e Responsabilidades:

- Estabelecimento e manutenção de canais de comunicação eficazes com comunidades e lideranças.
- Fortalecimento de redes de apoio e parcerias estratégicas.
- Promoção da escuta ativa e engajamento das comunidades nas ações do CDB.
- Garantia da adesão e participação das comunidades nos projetos.
- Articulação com parceiros externos, órgãos públicos e outras instituições.
- Mediação de conflitos e construção de consensos.

Perfil Profissional:

- **Experiência:** Experiência em relações comunitárias, mobilização social, negociação e construção de parcerias. Habilidade comprovada em comunicação e relacionamento com diferentes públicos, incluindo comunidades e órgãos governamentais.
- **Habilidades:** comunicação verbal e escrita, empatia, capacidade de negociação, proatividade, resiliência, e habilidade para construir e manter relacionamentos sólidos. Conhecimento em técnicas de mediação e resolução de conflitos.
- **Formação:** Nível superior completo em áreas como Relações Públicas, Comunicação Social, História, Ciências Sociais, Serviço Social, ou áreas correlatas. Pós-graduação em Gestão de Relacionamento, Marketing Social ou áreas afins é um diferencial.

Número de vagas: 01

❖ COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Descrição da Função: Gerência de estratégias de comunicação interna e externa do polo. Cuida da produção e circulação de materiais informativos, campanhas, mídias sociais e eventos de divulgação. Apoia a visibilidade do trabalho do polo, fomenta a participação digital e promove a transparência das atividades junto à população.

Papéis e Responsabilidades:

- Desenvolvimento e implementação de estratégias de comunicação (interna e externa).
- Produção de conteúdo (textos, imagens, vídeos) para diversos canais.
- Gestão de mídias sociais e campanhas de divulgação.
- Organização e promoção de eventos.
- Apoio à visibilidade do projeto e fomento da participação digital.
- Promoção da transparência e prestação de contas à população.

Perfil Profissional:

- **Experiência:** Experiência em comunicação institucional, marketing digital, gestão de mídias sociais, produção de conteúdo e organização de eventos. Conhecimento em estratégias de comunicação para o terceiro setor ou projetos sociais.
- **Habilidades:** Criatividade, excelente comunicação verbal e escrita, proatividade, organização, e habilidade para trabalhar com prazos e sob pressão. Conhecimento em ferramentas de design gráfico e edição de vídeo é um diferencial.
- **Formação:** Nível superior completo em Comunicação Social (Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda), Marketing ou áreas correlatas. Pós-graduação em Comunicação Estratégica, Marketing Digital ou áreas afins é um diferencial.

Número de vagas: 01

❖ COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Descrição da Função: Responsável pela gestão administrativa de cada polo, incluindo gerenciamento e controle dos Coordenadores de Bairro que atuarão em seu distrito, fiscalização das ações diárias, acompanhamento diário da logística dos agentes, requisição de materiais à unidade central, viabilização de logística, recursos humanos e cumprimento das normas operacionais, garantindo o funcionamento adequado das estruturas físicas e tecnológicas, além de organizar a documentação e os processos internos da equipe em conjunto com os auxiliares administrativos.

Papéis e Responsabilidades:

- Gestão e controle das operações administrativas dos polos.
- Supervisão e apoio aos Coordenadores de Bairro.
- Fiscalização das ações diárias e acompanhamento logístico.
- Gestão de suprimentos, recursos humanos e conformidade com normas operacionais.
- Garantia da infraestrutura física e tecnológica adequada.
- Organização da documentação e otimização de processos internos.

Perfil Profissional:

- **Experiência:** Experiência em gestão administrativa, logística, recursos humanos e controle de processos. Conhecimento em rotinas financeiras e orçamentárias. Experiência em supervisão de equipes administrativas.
- **Habilidades:** Organização, atenção a detalhes, proatividade, capacidade de resolução de problemas, comunicação eficaz, e habilidade para gerenciar múltiplas tarefas simultaneamente. Conhecimento em softwares de gestão (pacote office, Trello) e ferramentas de escritório.
- **Formação:** Nível superior completo em Administração, Gestão Financeira, Logística ou áreas correlatas. Pós-graduação em Gestão Administrativa ou áreas afins é um diferencial.

Número de vagas: 04

→ **Equipe de Operacional e de Território do CDB**

As descrições detalhadas para cada função, tem como objetivo garantir a formação de uma equipe qualificada e alinhada aos objetivos do programa.

❖ **COORDENAÇÃO DE BAIRRO**

Descrição da Função: O Coordenador de Bairro é a liderança direta no território, responsável por gerenciar a equipe de Agentes Territoriais e assegurar a execução das ações do Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) em sua área de atuação. Sua função é garantir que as demandas da comunidade sejam devidamente mapeadas, analisadas e encaminhadas, promovendo a participação cidadã e a articulação com o polo regional.

Papéis e Responsabilidades:

- Coordenar e orientar a equipe de Agentes Territoriais em seu bairro ou sub-bairro.
- Garantir o monitoramento contínuo das demandas locais e a cobertura de todas as quadras da sua área de abrangência.
- Liderar a análise primária das demandas locais e auxiliar no desenvolvimento de planos de ação comunitários específicos.
- Reportar as informações apuradas para o polo regional correspondente.
- Atuar como ponto de referência da comunidade para o programa, facilitando o diálogo e a mediação de conflitos.
- Organizar e mobilizar a participação dos moradores em eventos, assembleias e outras atividades do CDB.

Perfil Profissional:

- **Formação:** Desejável ensino superior em andamento ou completo em áreas como Serviço Social, Sociologia, Gestão Pública, Pedagogia, Ciências Humanas ou áreas correlatas.
- **Experiência:** Experiência comprovada em liderança de equipes, mobilização comunitária, gestão de projetos sociais ou atuação em conselhos e associações de moradores.

- **Habilidades:** Forte capacidade de liderança e gestão de pessoas, excelente comunicação e articulação, habilidade para mediação de conflitos, visão estratégica e conhecimento da realidade do bairro de atuação é um diferencial.

Número de vagas: 75

❖ **ANALISTA ADMINISTRATIVO**

Descrição da Função: executar atividades de suporte à gestão do polo, garantindo a organização e o bom funcionamento dos processos internos. Ele é o profissional que oferece o suporte necessário para que as equipes de campo possam desempenhar suas funções com eficiência.

Papéis e Responsabilidade:

- Controlar a presença e a frequência dos Agentes Territoriais.
- Elaborar e organizar relatórios administrativos e outros documentos.
- Realizar o acompanhamento logístico das equipes, como a distribuição de materiais e o agendamento de transportes.
- Apoiar a organização diária das atividades do polo.
- Prestar suporte direto aos coordenadores e à equipe administrativa do polo.

Perfil Profissional:

- **Formação:** Ensino superior completo ou em andamento em Administração, Gestão de Recursos Humanos, Ciências Contábeis ou áreas afins.
- **Experiência:** Experiência prévia em rotinas administrativas, preferencialmente no terceiro setor ou em projetos sociais. Conhecimento em pacote Office (Word, Excel, PowerPoint) e ferramentas de gestão.
- **Habilidades:** Organização, proatividade, atenção a detalhes, boa comunicação escrita e interpessoal, capacidade de trabalhar em equipe e sob pressão.

Número de vagas: 12

❖ **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

Descrição da Função: O Auxiliar Administrativo é responsável por atividades operacionais e de apoio físico e organizacional, essenciais para a manutenção e o funcionamento diário do polo.

Papéis e Responsabilidades:

- Organizar e arquivar documentos físicos e digitais.
- Realizar o atendimento ao público, presencialmente ou por telefone.
- Controlar o estoque de materiais de consumo e solicitar reposição quando necessário.
- Prestar apoio em logística básica, como preparação de salas para reuniões e eventos.

- Suportar as demandas diárias para a manutenção geral do polo.

Perfil Profissional:

- **Formação:** Ensino médio em andamento ou completo. Cursos técnicos em administração ou áreas correlatas são um diferencial.
- **Experiência:** Experiência em rotinas de escritório, atendimento ao público e organização de arquivos.
- **Habilidades:** Ser uma pessoa organizada, responsável, pontual, com boa capacidade de comunicação e disposição para auxiliar a equipe em diversas tarefas.

Número de vagas: 20

❖ **GEORREFERENCIADOR**

Descrição da Função: Especialista técnico responsável por utilizar tecnologias de georreferenciamento para o mapeamento territorial. Seu trabalho é fundamental para a coleta, análise e visualização de dados espaciais que subsidiam as ações comunitárias.

Papéis e Responsabilidades:

- Apoiar a coleta de dados por meio de sistemas digitais.
- Atualizar a cartografia social do território.
- Realizar a análise espacial das ações e demandas comunitárias.
- Trabalhar em estreita colaboração com os Agentes Territoriais e a equipe técnica para garantir a precisão e a atualização das informações.
- Produzir mapas temáticos e relatórios que auxiliem no diagnóstico e planejamento do projeto.

Perfil Profissional:

- **Formação:** Formação superior em Geografia, Engenharia Cartográfica, Arquitetura e Urbanismo, ou áreas correlatas, com especialização em Geoprocessamento ou Sistemas de Informação Geográfica (SIG).
- **Experiência:** Experiência sólida no uso de softwares de SIG (como QGIS, ArcGIS) e ferramentas de coleta de dados georreferenciados. Experiência em projetos de mapeamento social ou planejamento urbano é um diferencial.
- **Habilidades:** Capacidade analítica, raciocínio espacial, precisão técnica, habilidade para transformar dados em informações visuais claras e objetivas.

Número de vagas: 01

❖ **AGENTE TERRITORIAL**

- **Descrição da Função:** O Agente Territorial é um elemento importante da atuação do CDB nos territórios. Ele é a ponte entre o projeto e a comunidade, responsável por realizar a mobilização social e executar as ações em campo.

Papéis e Responsabilidades:

- Realizar a mobilização social e visitas domiciliares.
- Aplicar pesquisas e diagnósticos participativos para identificar as demandas locais.
- Articular com lideranças comunitárias e moradores.
- Executar ações formativas e eventos locais.
- Registrar os dados coletados em campo e apoiar o polo na implementação dos planos comunitários.

Perfil Profissional:

- **Formação:** Ensino médio completo. Formação em áreas de humanas ou experiência em projetos sociais será um diferencial.
- **Experiência:** Experiência com trabalho comunitário, ativismo social, ou participação em movimentos sociais. É fundamental que tenha um forte vínculo e conhecimento do território onde irá atuar.
- **Habilidades:** Excelente capacidade de comunicação e de escuta ativa, empatia, dinamismo, habilidade para construir relacionamentos de confiança com a comunidade e para trabalhar em equipe.

Número de vagas: 450

❖ **EDUCADORES E TUTORES**

Descrição da Função: Profissionais responsáveis pelo desenvolvimento e condução das ações formativas e educativas no território, apoiar os Agentes Territoriais e fortalecer as competências dos profissionais envolvidos.

Papéis e Responsabilidades:

- Ministrando capacitações, oficinas e rodas de conversa nos polos e núcleos.
- Acompanhar o processo de aprendizagem e engajamento social dos participantes.
- Utilizar recursos pedagógicos presenciais e audiovisuais para o desenvolvimento das atividades.
- Garantir o fortalecimento das competências técnicas, cidadãs e socioemocionais da comunidade.

Perfil Profissional:

- **Formação:** Formação superior em Pedagogia, Licenciaturas, Psicologia, Serviço Social ou outras áreas das ciências humanas.
- **Experiência:** Experiência com educação popular, facilitação de grupos, desenvolvimento de projetos educacionais ou tutoria. Vivência em contextos comunitários é altamente desejável.

- **Habilidades:** Didática, criatividade, excelente comunicação, capacidade de engajar diferentes públicos, e habilidade para criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e participativo.

Número de vagas: 06

❖ **JOVENS MOBILIZADORES**

Descrição da Função: Os estagiários desempenham um papel fundamental na promoção da participação efetiva da juventude nos territórios. Atuam como agentes dinâmicos de mobilização social e são a ponte entre a comunidade jovem, as lideranças locais e as equipes técnicas.

Papéis e Responsabilidades:

- Apoiar diretamente a execução das atividades dos Núcleos Comunitários.
- Participar da coleta de dados e do levantamento de demandas.
- Auxiliar na elaboração de diagnósticos participativos.
- Organizar e facilitar eventos, rodas de conversa e workshops.
- Ampliar a visibilidade do Comitê por meio do uso de canais digitais e redes sociais.
- Fomentar o diálogo intergeracional e contribuir para a renovação das lideranças.

Perfil Profissional:

- **Formação:** Estar cursando o ensino médio, técnico ou superior, preferencialmente em áreas relacionadas a Ciências Humanas, Comunicação Social ou Artes.
- **Experiência:** Não é exigida experiência profissional prévia, mas é valorizada a participação em grêmios estudantis, coletivos juvenis, projetos sociais ou outras formas de engajamento cívico.
- **Habilidades:** Ser comunicativo, ter iniciativa, bom relacionamento interpessoal, interesse em aprender, familiaridade com redes sociais e tecnologias digitais, e forte desejo de contribuir para a transformação social de sua comunidade.

Número de vagas: 10

Modo de Seleção: Os jovens serão selecionados através de edital específico previsto no item "10 - ANEXOS", objetivando garantir a lisura do processo de seleção dos jovens, proporcionando a garantia de igualdade e transparência para os jovens interessados.

PROCESSO SELETIVO - PROGRAMA COMITÊ DE DEFESA DOS BAIRROS - MODELO

1. Bases legais e princípios do processo:

- **Marco regulatório das parcerias:** Lei nº 13.019/2014 (MROSC) e regulamentação pelo Decreto nº 8.726/2016, **atualizado** pelo Decreto nº 11.948/2024. Esses diplomas exigem procedimentos claros, objetivos e com critérios, metas e indicadores bem definidos nas parcerias com OSCs.
- **Lei de Acesso à Informação (LAI):** publicidade ativa e passiva; dever de disponibilizar informações de interesse coletivo.
- **LGPD (Lei nº 13.709/2018):** tratamento mínimo e seguro de dados dos candidatos, com base legal e informação clara sobre finalidades.
- **Decreto Municipal nº 54/2017 (Maricá):** regramento local de parcerias com OSCs.
- **Termo de Referência do CDB:** obriga a OSC a **contratar e gerir a equipe técnica**, manter **transparência pública e gestão de dados sob LGPD**.
- **Práticas antidiscriminatórias:** é vedada qualquer exigência/critério discriminatório para acesso ao emprego (ex.: atestado de gravidez).

❖ Governança da seleção

→ Comitê de Seleção (3 a 5 membros)

Composição: coordenação de projetos do ICASOP (presidência), 1 especialista em gestão de pessoas, 1 especialista no tema (participação social/políticas públicas).

Observador(a) não votante indicado pela SEJUPP, reforçando controle social e aderência às metas do Termo de Referência.

Assinatura de **Termo de Confidencialidade, LGPD e Conflito de Interesses** por todos os avaliadores.

→ Documentos do processo (publicáveis)

Edital simplificado; matriz de competências por cargo; rubrica de pontuação; cronograma; formulário de inscrição; protocolos LGPD; minutas de recursos; relatórios de resultado.

→ Cargos e perfis

Cargos e perfis (síntese das competências)

- **Coordenação Geral:** liderança, planejamento estratégico, articulação intersetorial, execução orçamentária e governança; foco em metas, indicadores e resultados.
- **Coordenação Técnica:** metodologia, monitoramento/avaliação (M&A), indicadores, relatórios físico-financeiros e de impacto.
- **Coordenação de Relacionamento:** mobilização comunitária, processos participativos, escuta ativa e devolutiva.
- **Coordenação Administrativa:** conformidade com MROSC, prestação de contas, controles, documentação e apoio logístico/operacional.
- **Coordenação de Comunicação:** plano editorial, presença digital, transparência ativa (site/redes), registro e difusão de resultados.

→ Etapas e cronograma sugerido

Duração total sugerida: 22 dias corridos (ajuste conforme necessidade do projeto).

Etapa 0 – Preparação

1. Aprovar minuta do edital, matriz de pontuação e cronograma.
2. Ativar e testar formulários (com aviso de privacidade LGPD).
3. Publicar página do processo no site do programa (seção "Transparência") e no portal do ICASOP.

Etapa 1 – Publicação do Edital e Inscrições

4. Divulgar o edital nas redes do programa, murais comunitários e canais da Prefeitura (para ampla concorrência).
5. Abrir inscrições on-line com campos mínimos + upload de CV e comprovações. Aviso de consentimento LGPD e canal para **acessibilidade e adaptações** razoáveis.

Etapa 2 – Triagem de admissibilidade

6. Verificação de requisitos obrigatórios (formação/experiência), documentos e integridade das informações (checklist padronizado).
7. Publicar **lista de inscritos aptos/inaptos** com motivo objetivo e prazo para correção (24–48h).

Etapa 3 – Avaliação Técnica 1: Análise de Currículo

8. Pontuar CV segundo rubrica (experiência, formação e entregas relevantes ao CDB).
9. Publicar gabarito de pontuação (critérios/percentuais), resguardando dados pessoais.

Etapa 4 – Entrevista por Competências

10. Painel estruturado (Behavioral Event Interview) com roteiro único por cargo; perguntas iguais para todos e notas individuais.

Etapa 5 – Checagens e Recursos

11. **Referências profissionais** e verificação documental **sem práticas discriminatórias** (Lei 9.029/95).
12. Publicar **resultado preliminar** com notas por etapa + canal de **recurso** (48h), respondido motivadamente.

Etapa 6 – Homologação e Contratação

13. Publicar **resultado final homologado**, classificação e convocação.
14. Assinaturas; onboarding com **código de conduta, LGPD e rotinas de prestação de contas**.

→ Critérios de avaliação e pesos - Exemplo

Currículo/Experiência: 25 a 30 pontos.

Estudo de Caso: 35 a 40 pontos.

Entrevista: 25 pontos.

Referências: 10 pontos.

· Desempate: Experiência > Formação > Idade (pessoa mais velha) > Residência em Maricá.

Dimensão			Coord. Relacionamento	Coord. Administrativo	Coord. Comunicação
Currículo/Experiência			25	30	25
Exercício (avaliar)			40	35	40
Entrevistas			25	25	25
Referências			10	10	10

→ Transparência ativa e integridade

Transparência ativa e integridade (o que publicar)

1. **Edital integral** e cronograma; **planilha de inscritos aptos/inaptos**; **rubrica de pontuação**; **resultados por etapa**; **respostas de recursos**; **resultado final**. Tudo em página própria do projeto e replicado no site do ICASOP, com linguagem simples.
2. **Proteção de dados**: publique somente o necessário (nome, cargo, nota por etapa). Ocultar CPF, contatos e dados sensíveis; exibir versões anonimizadas de planilhas públicas.
3. **Registro/auditoria**: manter dossiê digital com edital, lista de inscritos, atas, correções, provas e laudos de correção por 5 anos para controles interno/externo.
4. **Canais de participação**: e-mail e formulário de dúvidas (FAQ público) e **ouvidoria** para denúncias ou conflito de interesses.
5. **Aderência ao MROSC (versão atualizada)**: observar as mudanças do Decreto 11.948/2024 (critérios e indicadores mais objetivos).

Conteúdo mínimo do Edital - (modelo)

- **Cargos**: Coordenação Geral, Coordenação Técnica, Coordenação de Relacionamento, Coordenação Administrativa, Coordenação de Comunicação.
- **Atribuições e requisitos** (objetivos e verificáveis).
- **Forma de vínculo e carga horária**; **faixa remuneratória** conforme orçamento do projeto.
- **Critérios de avaliação e pesos** (tabela acima) + **critérios de desempate**.

- **Cronograma detalhado e prazos de recursos.**
- **Documentos exigidos** na inscrição e na contratação.
- **Política de acessibilidade e inclusão;** vedações de práticas discriminatórias (Lei 9.029/95).
- **Aviso LGPD** com finalidade do tratamento e prazo de guarda/exclusão dos dados.
- **Canal de dúvidas e ouvidoria** (com prazos de resposta).
- **Das Vedações** (Quem não pode participar)

→ **Onboarding e gestão de desempenho**

- Integração com código de conduta, LGPD e rotinas de transparência.
- Planos 30-60-90 dias para cada coordenação.
- Avaliações trimestrais baseadas em indicadores e relatórios.

→ **Salvaguardas e responsabilização**

Sanções por descumprimento do TR/MROSC e dever de ressarcir o erário — observar rito com contraditório e ampla defesa.

Prestação de contas: parcial por parcela e final, com publicização dos principais resultados do processo (resguardados os dados pessoais).

- **Equipe Operacional do Programa CDB**

1. Princípios Norteadores

- **Legalidade e transparência:** alinhado à Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das OSCs) e à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
- **Impessoalidade:** critérios técnicos e objetivos prevalecem sobre indicações pessoais.
- **Equidade:** promoção da diversidade (raça, gênero, território, juventude).
- **Controle social:** divulgação pública de todas as etapas no site do ICASOP, redes sociais e no Diário Oficial.

2. Etapas do Processo Seletivo

Etapa 1 – Planejamento e Divulgação do Edital

- Elaboração de **edital público** com descrição de cada função, requisitos, atribuições, carga horária e remuneração.
- Divulgação em:
 - Site institucional e redes sociais do ICASOP.
 - Portal da Prefeitura de Maricá e Diário Oficial.
 - Associações de moradores, coletivos locais, escolas e CRAS (para ampliar alcance comunitário).

Etapa 2 – Inscrição

- Inscrições online (plataforma digital do CDB) e presenciais nos **Polos Regionais**.
- Documentos exigidos: currículo, comprovante de residência em Maricá (preferencial), diploma/certificado de escolaridade, declarações de experiência e carta de intenção.

Etapa 3 – Análise Documental

- Conferência dos requisitos mínimos para cada cargo.
- Publicação de lista preliminar de inscritos habilitados e prazo de recurso.

Etapa 4 – Avaliação Técnica

- **Provas objetivas e/ou discursivas** (conforme função).
- Testes práticos para funções operacionais:
 - **Georreferenciador**: prova prática em software de mapas/cartografia social.
 - **Agentes, Educadores e Tutores**: simulação de oficina ou atividade comunitária.
 - **Auxiliar Administrativo e Analista Administrativo**: resolução de estudos de caso em gestão.

Etapa 5 – Entrevista e Dinâmica de Grupo

- Entrevistas presenciais com banca avaliadora composta por ICASOP + representante da OSC..
- Dinâmicas para avaliar competências socioemocionais: liderança, escuta ativa, mediação de conflitos, trabalho em equipe.

Etapa 6 – Publicação dos Resultados

- Divulgação em portal institucional e nos murais dos Polos Regionais.
- Prazo para recursos e revisão da banca.

Etapa 7 – Contratação

- Contratação sob regime jurídico previsto no Termo de Referência, observando conformidade com a legislação trabalhista ou bolsas (para estagiários e jovens mobilizadores).
- Assinatura de termo de compromisso e código de ética.

3. Funções e Perfis Requeridos

- **Coordenação de Bairro**

Responsável por articular lideranças, organizar núcleos comunitários e acompanhar diagnósticos territoriais.

Requisitos: Ensino superior completo em áreas sociais ou humanas; experiência em mobilização comunitária.

- **Analista Administrativo**

Gestão de processos internos, relatórios financeiros e apoio na prestação de contas.

Requisitos: Ensino superior em Administração, Contabilidade ou áreas correlatas.

- **Auxiliar Administrativo**

Apoio a rotinas administrativas, organização de documentos e suporte em eventos.

Requisitos: Ensino médio completo; experiência administrativa.

- **Georreferenciador**

Elaboração de mapas e diagnósticos territoriais com cartografia social.

Requisitos: Superior em Geografia ou áreas correlatas; domínio de softwares GIS.

- **Agente Comunitário**

Mobilização de moradores, escuta ativa, coleta de dados e facilitação de oficinas.

Requisitos: Ensino médio; experiência em atuação comunitária.

- **Educadores e Tutores**

Condução de oficinas, formações e apoio pedagógico nos núcleos.

Requisitos: Superior em Pedagogia ou Licenciatura; vivência em educação popular.

- **Estagiários Jovens Mobilizadores**

Apoio às ações de mobilização social e comunicação comunitária.

Requisitos: Jovens entre 15 e 29 anos; ensino médio completo ou cursando ensino superior/técnico; residência em Maricá.

4. Critérios de Transparência e Controle

- Comissão de Seleção formada por membros do ICASOP, Prefeitura e sociedade civil.
- Todos os resultados publicados em **plataforma digital com acesso público**.
- Relatórios de contratação enviados à Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista no Termo de Referência.
- Mecanismo de ouvidoria aberto à população.

Conclusão:

O processo seletivo da equipe operacional do CDB pelo ICASOP deverá ser **público, transparente e descentralizado**, assegurando a **participação comunitária** na fiscalização, critérios técnicos na seleção e ampla divulgação dos resultados, em consonância com os princípios da gestão pública.

8.3.2. Dos Núcleos

❖ ESTRUTURA FÍSICA – POLOS E NÚCLEOS

A criação dos quatro Polos Regionais — Centro, Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu — constitui o núcleo estruturante da rede territorial do CDB. Eles funcionarão como bases operacionais, administrativas e metodológicas, sendo articulados e apoiados por 75 Núcleos Comunitários distribuídos nos bairros e sub-bairros de Maricá.

1. Estrutura Física dos Polos

- Salas multiuso: para oficinas, cursos, rodas de conversa, encontros comunitários e formações.
- Espaço administrativo: destinado às equipes de gestão, articulação territorial e monitoramento.
- Ambiente de atendimento comunitário: voltado para escuta ativa, atendimento de demandas e mediação de conflitos, garantindo privacidade.
- Infraestrutura tecnológica: internet de alta velocidade (fibra ótica), computadores, tablets, impressoras multifuncionais, projetores e recursos audiovisuais.
- Depósito/almojarifado: para armazenamento de kits operacionais, uniformes, mobiliário e materiais de eventos.
- Espaços de convivência: áreas abertas ou semiabertas que permitam integração comunitária e realização de atividades culturais.

2. Etapas de Implementação

A implantação seguirá etapas encadeadas, dentro do prazo de execução de até 12 meses:

Etapa 1 – Seleção dos imóveis (30 dias):

- Levantamento de imóveis em cada distrito.
- Estudo de viabilidade técnica, documental e financeira.
- Vistorias com engenheiros e arquitetos.

Etapa 2 – Estruturação e adaptação (Mês 1 a 2):

- Reforma e adequação arquitetônica (acessibilidade, instalações, climatização, segurança).
- Implantação da identidade visual do projeto.
- Instalação de equipamentos, mobiliário e infraestrutura digital.

Etapa 3 – Ativação e operação (a partir do Mês 3):

- Formação das equipes técnicas e comunitárias.
- Início das atividades de mobilização, oficinas e cartografia social.
- Articulação direta com os 75 Núcleos Comunitários.

3. Critérios e Perfil dos Imóveis

a) Localização e acessibilidade:

- Áreas centrais com fácil acesso por transporte público.
- Próximos a equipamentos públicos.
- Atendimento às normas de acessibilidade universal.

b) Estrutura física:

- Área mínima de 250 m².
- Pé-direito de no mínimo 3 m.
- Banheiros adequados e adaptados.
- Instalações elétricas compatíveis.

c) Documentação e regularidade:

- Escritura regularizada e IPTU em dia.
- Liberação para uso comunitário/institucional.
- Adequação às normas do Corpo de Bombeiros.

d) Infraestrutura tecnológica:

- Cabeamento estruturado para internet de fibra ótica.
- Espaços preparados para videoconferências e oficinas híbridas.

e) Segurança e entorno:

- Iluminação pública adequada.
- Estrutura predial em bom estado.
- Possibilidade de vigilância eletrônica.

4. Resultados Esperados

- Capilaridade territorial: presença em quatro distritos assegura acompanhamento próximo aos 75 núcleos.
- Agilidade na escuta social: pólos como porta de entrada para demandas comunitárias.
- Formação e mobilização contínua: cursos, oficinas e eventos ampliando a participação cidadã.
- Governança comunitária fortalecida: integração com Grupos Articuladores Regionais e Comitês de Políticas Públicas.

- Acessibilidade e inclusão digital: uso de tablets e plataformas digitais para coleta de dados e participação híbrida.

5. Polos Regionais e Bairros de Abrangência

A seguir, apresenta-se a tabela comparativa dos quatro Polos Regionais e os bairros e sub-bairros que cada um atenderá, conforme definido no Termo de Referência do Comitê de Defesa dos Bairros (CDB).

Polo Regional	Bairros e Sub-bairros Atendidos
Polo Centro	Centro, Flamengo, Mumbuca, Itapeba, Parque Nanci, Ponta Grossa, Araçatiba, Jacaroá, Caxito, Ubatiba, Pilar, Pindobas, Silvado, Condado de Maricá, Marquês de Maricá
Polo Ponta Negra	Ponta Negra, Jaconé, Cordeirinho, Guaratiba, Jardim Interlagos, Balneário Bambuí, Pindobal, Caju, Manoel Ribeiro, Espraiado
Polo Inoã	Inoã, Chácaras de Inoã, Calaboca, SPAR, Santa Paula, Cassorotiba
Polo Itaipuaçu	Recanto de Itaipuaçu, Praia de Itaipuaçu, Morada das Águias, Rincão Mimoso, Barroco, Jardim Atlântico Oeste, Jardim Atlântico Central, Jardim Atlântico Leste, Cajueiros, Itaocaia Valley

I. Estrutura Organizacional da Gestão

Diante da natureza social, comunitária e territorializada do Programa Comitê de Defesa dos Bairros, a composição da equipe técnica, administrativa e operacional prioriza profissionais que, além das competências técnicas básicas, detenham conhecimento dos territórios de Maricá, bem como experiência prévia em mobilização social, desenvolvimento comunitário, ações colaborativas e processos participativos.

A definição dos perfis profissionais parte do reconhecimento de que a atuação em projetos comunitários exige não apenas formação acadêmica formal, mas, sobretudo, a valorização dos saberes locais, da escuta ativa, da mediação de interesses e da compreensão das dinâmicas socioterritoriais. A opção por critérios que conciliem requisitos acadêmicos acessíveis e valorização da experiência prática busca assegurar maior aderência social, efetividade operacional e fortalecimento dos processos de participação popular, alinhando-se às melhores práticas de gestão de projetos sociais e aos princípios do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014).

O quadro abaixo apresenta os cargos, as atribuições principais e os requisitos recomendados para cada função integrante da equipe executora do CDB:

Função	Atribuições Principais	Formação / Perfil Recomendado
Coordenador Geral	Gestão geral do projeto, articulação institucional, supervisão das equipes, acompanhamento das metas e representação junto à Administração Pública.	Ensino Superior completo. Desejável experiência prévia em gestão de projetos sociais, mobilização comunitária ou iniciativas públicas.
Coordenador Técnico	Acompanhamento metodológico, supervisão dos processos formativos, apoio às atividades de mobilização, coleta de dados e levantamento das demandas.	Ensino Superior completo ou cursando. Desejável experiência em projetos sociais, educação popular ou trabalhos comunitários.

Coordenador de Relacionamento	Mobilização comunitária, acompanhamento dos grupos de bairro, articulação com lideranças e fortalecimento da participação social nos territórios.	Ensino Superior completo ou cursando. Preferencialmente com experiência em trabalho comunitário, movimentos sociais ou ações coletivas em Maricá.
Georreferenciador	Realização de mapeamentos, cartografia social e levantamento de dados territoriais, contribuindo para diagnósticos locais.	Ensino Médio completo. Desejável domínio de ferramentas de georreferenciamento ou cursos livres na área.
Coordenador de Comunicação	Produção de conteúdo, gestão de redes sociais, elaboração de materiais de comunicação e apoio às ações de mobilização.	Ensino Médio completo. Desejável experiência em comunicação comunitária, redes sociais ou produção de conteúdo.
Analista Administrativo	Suporte às rotinas administrativas, gestão financeira, organização de documentos e elaboração de relatórios.	Ensino Médio completo. Desejável curso técnico ou experiência comprovada em rotinas administrativas, gestão ou finanças.
Coordenador de Bairro	Gestão do núcleo comunitário em seu território, mobilização local, escuta ativa e articulação das ações nos bairros.	Ensino Médio completo. Desejável experiência com mobilização social, atuação comunitária, coletivos locais ou organizações do território de Maricá.
Coordenador Administrativo (Polo)	Gerenciar as atividades administrativas do polo, acompanhar a logística, o atendimento e o suporte às equipes locais.	Ensino Médio completo. Desejável curso técnico em administração ou experiência prévia em gestão de espaços, eventos ou projetos comunitários.
Agente Territorial	Mobilização nas comunidades, levantamento de dados, acompanhamento das ações, escuta das demandas locais e apoio às atividades nos bairros.	Ensino Médio completo. Preferencialmente moradores do território onde atuarão, com histórico de participação comunitária, movimentos sociais ou coletivos.

Educadores e Tutores	Conduzir oficinas, formações, processos educativos, acompanhar os agentes e os jovens mobilizadores, apoiar atividades formativas e metodológicas.	Ensino Médio completo. Desejável experiência em educação popular, facilitação de grupos, oficinas ou projetos comunitários.
Auxiliar Administrativo	Apoiar os polos e a gestão geral nas rotinas administrativas, organização de documentos, atendimento e suporte às atividades.	Ensino Médio completo. Desejável experiência anterior em rotinas administrativas ou atendimento.

8.4. Do Cronograma de Atividades

O cronograma de atividades do Programa Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) foi concebido de forma a assegurar uma execução integrada, contínua e coerente ao longo dos doze meses de implementação. A lógica do planejamento temporal busca alinhar as etapas iniciais de estruturação física e institucional com a progressiva entrada das ações de mobilização social, formação de agentes e execução comunitária. Dessa maneira, cada fase do projeto se conecta à seguinte, garantindo fluidez, eficiência e foco no alcance das metas estabelecidas.

Nos três primeiros meses do projeto concentram-se as ações voltadas à **implantação da estrutura física e institucional**. A **Implantação dos Polos Regionais de Mobilização Comunitária**, prevista para os meses 1 a 3, corresponde a uma etapa estratégica de criação da base física e operacional do programa. Essa atividade envolve a locação, adequação e instalação das quatro unidades regionais, com a aquisição de equipamentos, mobiliário e insumos necessários ao funcionamento.

Em paralelo, ocorre a **Constituição dos Grupos Articuladores Regionais de Defesa e Participação**, atividade que se inicia já no primeiro mês e se consolida até o segundo mês, com a seleção dos representantes comunitários e a formalização dos espaços de diálogo local. Ainda nesse período, entre os meses 2 e 3, é realizada a

Constituição do Comitê de Políticas Públicas e Gestão de Metas, instância responsável por articular governo e sociedade civil, acompanhando e avaliando as metas do programa.

No segundo trimestre, entre os meses 2 e 4, iniciam-se as atividades de formação e mobilização social. O **Processo Seletivo e a Capacitação dos Agentes Comunitários** ocorrem de maneira intensiva nesse período, assegurando a seleção de perfis adequados e a oferta de conteúdos formativos que permitam a atuação qualificada nos territórios. Paralelamente, de forma sobreposta, ocorre a **Seleção, Acompanhamento e Formação dos Jovens Mobilizadores**, entre os meses 2 e 4, fortalecendo a presença da juventude no projeto e ampliando o caráter participativo da iniciativa. Ambas as frentes de capacitação são estratégicas, pois constituem a base humana para a execução das ações comunitárias ao longo do ciclo do projeto.

A partir do terceiro mês, ganha força a dimensão do **levantamento territorial e diagnóstico das demandas locais**. O processo de **cartografia social**, que abrange mapeamento participativo e coleta de informações por bairro, se estende de forma contínua entre os meses 3 e 12, garantindo a atualização permanente das informações sobre vulnerabilidades, potencialidades e prioridades das comunidades. Complementando essa atividade, inicia-se, a partir do quarto mês, a **elaboração dos Relatórios Específicos de Demandas por Bairro**, que também se prolonga até o final do projeto. Esses relatórios serão fundamentais para subsidiar a formulação participativa de políticas públicas e para orientar a execução das ações comunitárias.

Em paralelo, entre os meses 4 e 12, acontecem os **eventos de sensibilização comunitária**, previstos com frequência trimestral em cada polo regional. Esses encontros terão caráter de mobilização, escuta ativa e fortalecimento dos laços comunitários, funcionando como espaços de visibilidade do programa e de estímulo à participação cidadã. A mesma lógica temporal orienta o **planejamento participativo e a execução de ações comunitárias**, que também se inicia no quarto mês e segue até o décimo segundo mês, com a meta de implementar ao menos cinquenta ações ao longo do ciclo.

Essas iniciativas, desenhadas em conjunto com as comunidades, representam a materialização prática do projeto no território, traduzindo em ações concretas as demandas levantadas e priorizadas pelos moradores.

No campo da comunicação, desde o segundo mês até o encerramento do projeto, ocorre a **criação, gestão e atualização contínua do site e das redes sociais do programa**. Essa atividade tem caráter permanente e transversal, pois busca assegurar visibilidade, transparência e registro das ações desenvolvidas, além de funcionar como ferramenta de prestação de contas social e de interação com a comunidade.

A dimensão de gestão, monitoramento e avaliação também permeia praticamente todo o ciclo. A partir do terceiro mês, é implementado o **monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades e metas**, que seguirá de maneira ininterrupta até o décimo segundo mês. Essa prática sistemática permitirá identificar avanços, corrigir desvios e garantir aderência às metas pactuadas. De forma complementar, a partir do quarto mês inicia-se a **elaboração dos relatórios de execução física, financeira e de impacto social**, que também se estende até o final do projeto, consolidando dados quantitativos e qualitativos em instrumentos de avaliação e prestação de contas.

Dessa forma, o cronograma do Programa CDB revela uma lógica de execução progressiva, que se inicia pela estruturação física e institucional (meses 1 a 3), avança para a mobilização e capacitação das equipes e jovens (meses 2 a 4), e se consolida na execução territorial das ações comunitárias e de sensibilização (meses 4 a 12), sempre com suporte contínuo de comunicação, monitoramento e avaliação. Essa organização garante não apenas o cumprimento das metas, mas também a integração entre as diversas frentes de trabalho, assegurando que o projeto alcance impactos sociais duradouros e consistentes em cada território de Maricá.

Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Implantação dos Polos Regionais de Mobilização Comunitária	X	X	X									

Constituição dos Grupos Articuladores Regionais de Defesa e Participação	X	X											
Constituição do Comitê de Políticas Públicas e Gestão de Metas		X	X										
Processo seletivo e capacitação dos Agentes Comunitários		X	X	X									
Seleção, acompanhamento e formação dos Jovens Mobilizadores		X	X	X									
Levantamento, diagnóstico e mapeamento das demandas locais (cartografia)			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração dos Relatórios Específicos de Demandas por Bairro				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Realização de eventos de sensibilização comunitária				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Planejamento participativo e execução de ações comunitárias				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Criação, gestão e atualização contínua do site e redes sociais		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades e metas			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração dos relatórios de execução física, financeira e de impacto social				X	X	X	X	X	X	X	X	X

8.5 Fluxo de Execução

Mês	Atividades e Etapas Principais
1	- Mobilização inicial e consolidação dos Polos Regionais e Grupos Articuladores (pré-produção)
1-2	- Seleção dos Agentes Comunitários e Jovens Mobilizadores
1-3	- Planejamento detalhado da capacitação e calendário de eventos
1-2	- Estruturação do Comitê de Políticas Públicas e Gestão de Metas, definições institucionais
2-4	- Início do processo formativo: módulos iniciais para os agentes comunitários e jovens mobilizadores
2-3	- Organização da infraestrutura física e digital para os polos
1-2	- Desenvolvimento da identidade visual e planejamento inicial do site e redes sociais
2-4	- Continuidade das capacitações com aulas presenciais e virtuais
2-12	- Planejamento dos eventos trimestrais
2-3	- Preparação do sistema digital de gestão e monitoramento (implantação da plataforma digital)
3	- Primeira reunião oficial do Comitê Intersetorial
4	- Início formal das ações comunitárias (implementação da primeira parcela das 50 ações planejadas)
4.1	- Realização dos primeiros 3 eventos por polo
4.2	- Continuação das formações e tutoria dos jovens mobilizadores
4.3	- Monitoramento inicial dos indicadores e ajustes no plano de trabalho
5	- Acompanhamento das ações aprovadas e capacitações
5.1	- Consolidação dos diagnósticos participativos e atualização dos planos de ação comunitária
5.2	- Reuniões mensais com agentes territoriais e grupos articuladores regionais
6	- Realização do segundo ciclo de eventos trimestrais em cada polo
6.1	- Atualização da plataforma digital com dados e conteúdo de mobilização digital
6.2	- Avaliação interativa da capacitação com feedbacks e aplicação de melhorias
6.3	- Reunião bimestral do Comitê Intersetorial para monitoramento e configurações
7	- Continuação da implementação das ações comunitárias
7.1	- Promoção de workshops, rodas de conversa e formação complementar para jovens e agentes
7.2	- Ampliação da comunicação institucional via site e redes sociais

Mês	Atividades e Etapas Principais
8	- Realização do terceiro ciclo trimestral de eventos do projeto
8.1	- Atualização dos indicadores e produção do relatório semestral preliminar
8.1	- Reforço na mobilização comunitária e envolvimento da juventude
9	- Intensificação do processo de diagnóstico participativo e planejamento para o segundo semestre das ações comunitárias
9.1	- Formação avançada e sessões de tutoria para jovens mobilizadores
9.2	- Continuidade do monitoramento digital e revisão das estratégias de comunicação
10	- Realização do quarto ciclo de eventos trimestrais
10.1	- Ajustes nas ações comunitárias e planejamento da fase final do projeto
10.2	- Preparação dos relatórios técnicos, operacionais e comunitários anuais
11	- Finalização das ações comunitárias restantes
11.1	- Consolidação das avaliações e feedbacks da comunidade
11.2	- Preparação para a apresentação dos resultados e prestação de contas
12	- Apresentação pública de resultados, prestação de contas e encerramento do ciclo
12.1	- Planejamento estratégico para a sustentabilidade e continuidade do CDB
12.2	- Reunião final do Comitê Intersetorial com avaliação global e proposta de aprimoramentos para os próximos ciclos

9. RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO

Nome do Responsável Técnico da OSC: Ewerton Fagner Mello Vital David

Cargo/Função: Responsável Técnico pela Execução da Parceria

Telefone: 21.98204-8080

Email: ewertonfagner@hotmail.com

Nome do Responsável pela Administração Pública: Andressa Verônica da Silva Santos

Cargo/Função: Secretária

Telefone/E-mail: (21) 99054-0514 Ramal: 443 / sejupp@marica.rj.gov.br

10. ANEXOS

10.1. ANEXO I – MINUTA PROPOSTA DE PREÇO

EDITAL DE COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA
PROCESSO N. 00/ICASOP/2025
INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

OBJETO: O objeto deste edital é (Contratação ou Aquisição) de Equipamentos, Produtos e Materiais para execução do Projeto: Comitê de Defesa dos Bairros – CDB no município de Maricá, Termo de Colaboração nº XXXX/2025, conforme especificações constantes nos ANEXO I do presente Edital e demais anexos.

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço completo: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

PROPOSTA DE PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNIT. (número e por extenso)	VALOR TOTAL (número e por extenso)
	VALOR TOTAL DA PROPOSTA				

1. No preço ofertado estão computados todos os custos básicos que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do Edital.
2. O Prazo de validade da proposta: 30 (trinta) dias corridos.
3. Na proposta de preços ora apresentada estão inclusas todas as despesas necessárias para se obter com eficiência o objetivo.

Local, data, razão social da Proponente, nome do representante legal e assinatura.

(Este anexo é um modelo e deve ser feito de acordo com o edital. Observar o correto preenchimento de todos os itens e respectivas quantidades sob o risco de desclassificação da proposta em caso de divergência). Anexar a esta proposta os documentos elencados no item 5.1.2 do Edital.

10.2. ANEXO II - Edital de seleção de Jovens Mobilizadores

PROCESSO DE SELEÇÃO DE JOVENS MOBILIZADORES PARA O PROGRAMA

“COMITÊ DE DEFESA DOS BAIRROS – CDB”

O INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, **com base no Acordo de Cooperação nº** , torna público que estão abertas as inscrições para o processo seletivo Jovens Mobilizadores e cadastro de reserva para o Programa denominado COMITÊ DE DEFESA DOS BAIRROS - CDB, para contratação de 10 jovens como instrumento para fomentar a geração de renda, erradicação da pobreza, valorização do trabalho dos jovens de 15 (quinze) anos até 21 (vinte e um) anos, residentes no Município de Maricá.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Este edital tem como finalidade oferecer a(os) candidatos(as) normas, instruções, informações e orientações relativas ao processo seletivo quanto a todas as suas etapas.

O(a) candidato(a) deverá, antes de efetuar sua inscrição, conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

O(a) candidato(a) deverá possuir meios próprios para acesso à internet para realizar sua inscrição.

1.1. O Processo de Seleção para o Programa CDB será regido por este edital, e eventuais retificações, caso existam, e executado **pelo Instituto de Capacitação Social e Profissional (ICASOP)** por meio de Termo de Colaboração com a Secretaria Municipal de Juventude e Participação Popular de Maricá.

1.2. Os critérios para participar do Processo Seletivo do Programa CDB são:

- a) Idade entre 15 (quinze) anos e 21(vinte e um) anos, salvo se tratar de pessoas com deficiência;
- b) Nunca ter trabalhado com anotação na **CTPS**;
- c) Residir, nos últimos 02(dois) anos, no Município de Maricá;
- d) Estar matriculado em Serviços Nacionais de Aprendizagem, Escolas Técnicas de Educação, ou Entidades Sem Fins Lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao jovem e à educação

profissional, Escolas Municipais, Escolas Estaduais ou em cursos de aprendizagem e técnicos, se já ter finalizado o ensino médio;

- e) Escolaridade conforme exigido no quadro do anexo I.
- f) Preferencialmente serão selecionados, candidatos que já tenham atuado como voluntários em projetos sociais, coletivos juvenis, ou instituições do terceiro setor.

1.3. Somente será permitida a contratação de um beneficiário por família.

1.3.1. Caso haja mais de um membro da mesma família inscrito e selecionado para participação no programa, a prioridade será dada ao de maior idade.

1.4. O Processo de Seleção para o Programa CDB será constituído das seguintes etapas:

- a) Inscrição;
- b) Entrevista;
- c) Análise documental;
- d) Admissão.

1.5. Havendo mais de uma inscrição pelo mesmo (a) candidato (a), prevalecerá a de data/hora de requerimento mais recente.

1.6. O (a) candidato (a) será eliminado (a) deste processo seletivo quando não atender aos critérios estabelecidos neste edital.

1.7. Caso haja inexatidão nas informações relativas aos dados cadastrais do(a) candidato(a), o mesmo deverá informar a ICASOP , até o término do período das inscrições, através do e-mail cdb@icasop.org.br .

1.8. É de responsabilidade do(a) candidato(a) manter seu cadastro atualizado na página de inscrição.

1.9. O jovem será excluído do Programa CDB, nas seguintes hipóteses:

- a) Prestar qualquer declaração falsa no ato da inscrição, ou que não satisfaça os requisitos de admissão.
- b) Não comparecimento ao início das atividades;
- c) Obter mais que 5 (cinco) dias de faltas injustificadas no mês ;
- d) Quando adotar comportamento inadequado ao funcionamento do Programa CDB.

2. DAS VAGAS

- 2.1. As 10 (dez) vagas ofertadas pelo Programa CDB serão para a função de Mobilizador.
- 2.2. O (a) candidato (a) só poderá se inscrever neste processo seletivo se concordar em desenvolver as atividades previstas neste edital.

3. DA INSCRIÇÃO

- 3.1. A inscrição do(a) candidato(a) implicará a aceitação das normas contidas neste Edital.
- 3.2. A inscrição neste Processo de Seleção é gratuita e aberta a qualquer interessado (a) dentro dos critérios estabelecidos neste edital.
- 3.3. As inscrições para o processo seletivo do Programa "CDB" serão realizadas via internet, no endereço eletrônico www.icasop.org.br, das 00:00 horas do dia 22/09/2025 às 23:59 horas do dia 24/09/2021, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.
- 3.4. O preenchimento dos dados e informações será de total responsabilidade do (a) candidato (a).
- 3.5. Será obrigatório o preenchimento de todas as informações solicitadas no formulário. Não serão aceitos formulários de inscrição incompletos, enviados em período diferente do estipulado, entregues ou enviados por outra via que não o endereço eletrônico especificado.
- 3.6. Para efetuar a inscrição, o (a) candidato (a) deverá:
 - a) Acessar o endereço eletrônico www.icasop.org.br;
 - b) Ler atentamente o respectivo edital, certificar-se de que preenche todos os requisitos estabelecidos e preencher corretamente a ficha de inscrição.
 - c) O (a) candidato (a) só poderá realizar uma única inscrição para o mesmo número de CPF, que deverá ser exclusivo do mesmo. Não será permitida a utilização de CPF de terceiros.
 - d) Aos candidatos (as) com deficiência serão reservados 10% (dez por cento) das vagas ofertadas pelo Programa CDB.
 - e) Para se inscrever no Programa CDB na condição de pessoa com deficiência o (a) candidato (a) deverá, no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência.
 - f) Caso a deficiência declarada por meio da apresentação do laudo médico, não se comprove, o (a) candidato (a) será eliminado.
- 3.7. O (a) candidato (a) deverá informar obrigatoriamente um endereço eletrônico (e-mail) válido e de seu uso, que será considerado como canal de comunicação oficial para os procedimentos nas fases do processo seletivo.
- 3.8. A ICASOP não se responsabilizará por preenchimento incorreto dos dados do (a) candidato (a), bem como por problemas ocorridos no momento da inscrição, motivados por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, problemas de incompatibilidade de sistemas, eventuais problemas em decorrência do acúmulo de inscrições nos últimos dias do período, que venham a impossibilitar a transferência e o recebimento de dados, igualmente não se responsabilizando em caso de falta (queda) de energia que impeça a efetivação da inscrição.

3.9. A ICASOP reserva-se ao direito de prorrogar o período de inscrição, caso não haja candidatos inscritos suficientes para o preenchimento das vagas previstas.

3.9.1. Em caso de prorrogação, a informação será disponibilizada no site: www.icasop.org.br.

4. DA CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO

4.1. A confirmação da inscrição se dará por mensagem que será encaminhada ao e-mail informado pelo (a) candidato(a), sendo de responsabilidade exclusiva do (a) mesmo (a) a guarda do respectivo comprovante.

4.2. É obrigação do (a) candidato (a) conferir, na confirmação de inscrição, os seguintes dados: nome; número do documento de identidade, sigla do órgão expedidor e Estado emitente; CPF; data de nascimento; sexo; e, quando for o caso, a informação de tratar-se de pessoa que esteja concorrendo às vagas reservadas para pessoa com deficiência.

5. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

5.1. O processo seletivo será composto das etapas relacionadas abaixo, com as respectivas datas e locais determinados.

Etapas	Prazo	Local
Inscrições	5 dias úteis	Internet
Entrevista	2 dias úteis	Núcleo Centro
Análise documental	1 dia útil	Núcleo Centro
Admissão	à Definir	Núcleo Centro
Boas vindas e início	à Definir	Núcleo Centro

6. DA SELEÇÃO

6.1. A seleção dos (as) candidatos (as) será realizada por meio de entrevista pessoal;

6.2. A lista de inscritos para a entrevista será divulgada no site da ICASOP (www.icasop.org.br) no dia 25/09/2025.

6.3. Serão selecionadas as 10 (dez) vagas previstas para o programa.

6.3.1. Primeiramente serão realizadas as entrevistas para a vaga destinada às pessoas com deficiência, seguindo a ordem de vagas, conforme Anexo I;

6.3.1.1. Caso o número de inscritos para pessoas com deficiência não seja atingido, não haverá outra seleção, e as vagas restantes serão remanejadas para a seleção dos candidatos em ampla concorrência;

6.3.2. A ordem de classificação do cadastro de reserva seguirá a ordem aprovada na entrevista.

7. DOS RESULTADOS

7.1. O resultado final do sorteio será publicado no site da ICASOP.

7.2. Todas as informações relativas à contratação, após a publicação do resultado final, poderão ser obtidas através do e-mail: cdb@icasop.org.br

8. DA ADMISSÃO

8.1. Os (as) candidatos (as) selecionados (as), na forma estabelecida neste edital e dentro do número de vagas divulgadas, serão convocados para seu processo admissional por meio do e-mail fornecido no ato da inscrição.

8.2. Os candidatos serão contratados pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, improrrogáveis.

8.3. No ato de sua admissão, o (a) candidato (a) deverá apresentar:

8.3.1. 01 (uma) foto 3x4;

8.3.2. Original e cópia da cédula de identidade;

8.3.3. Original e cópia do CPF;

8.3.4. Comprovante de escolaridade, constando série e turno em que está matriculado (declaração válida por 30 dias);

8.3.4.1. Diploma, histórico ou certidão para os candidatos que finalizaram o ensino médio;

8.3.5. Original e cópia do comprovante de sua residência;

8.3.6. Original e cópia do certificado de alistamento militar para candidatos do sexo masculino maiores de 18 anos;

8.3.7. Original e cópia do título de eleitor;

8.3.8. Atestado de Saúde Ocupacional;

8.3.9. Laudo médico original ou cópia autenticada emitido nos últimos 12 (doze) meses contados da data de publicação deste edital, atestando a espécie e o grau ou o nível da deficiência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da doença;

8.3.9.1. O laudo médico deverá ser legível, sob pena de não ser considerado.

8.3.10. Declaração de Baixa Renda, conforme modelo no APENSO II;

8.4. No caso de impedimento para comparecimento na data indicada de sua convocação ou na ausência de um dos documentos exigidos no item 8.2 e seus subitens, o(a) candidato(a), ou seu representante legal, terá o prazo improrrogável de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data

marcada para seu comparecimento, para apresentar justificativa de sua ausência e entrega da documentação necessária para a continuidade ao processo admissional;

8.5. Após o prazo mencionado no item 8.4 o(a) candidato(a) que não apresentar toda a documentação ou não comparecer na data de admissão será considerado desistente, perdendo o direito à vaga;

9. DOS BENEFÍCIOS

9.1. O (a) candidato (a) aprovado (a) e admitido (a) no Programa fará jus a uma bolsa auxílio que soma o total de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais):

- a) A bolsa será paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, em relação ao mês de atividade.
- b) O valor mensal de R\$720,00 (setecentos e vinte reais), é calculada proporcionalmente à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, e estão incluídas as horas destinadas à aprendizagem teórica;
- c) O recebimento mensal de auxílio-alimentação, está no valor de R\$20,00 (vinte reais) por dia trabalhado.
- d) Para este pagamento não incide benefícios extras ou encargos trabalhistas;
- e) Esta bolsa auxílio não caracteriza vínculo empregatício.

10. DA CARGA HORÁRIA LABORAL

10.1. A carga horária será de 20 (vinte) horas semanais, vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

11. CRITÉRIOS DE INABILITAÇÃO PESSOAL

Não poderão se candidatar às vagas previstas neste edital:

- 1. Cônjuges, companheiros(as), ascendentes, descendentes ou colaterais até o primeiro grau de servidores(as) efetivos(as) ou comissionados(as) vinculados(as) à Secretaria de Juventude de Maricá;
- 2. Pessoas que tenham sido condenadas, com sentença transitada em julgado, por crimes contra a administração pública, corrupção, improbidade administrativa, lavagem de dinheiro ou delitos de natureza similar;
- 3. Pessoas que tenham sido condenadas, com sentença transitada em julgado, por feminicídio, violência doméstica, crimes sexuais, racismo ou quaisquer crimes praticados em

contexto de violência de gênero ou intrafamiliar;

4. Servidores(as) ou funcionários(as) públicos(as) em atividade, em qualquer esfera da administração pública direta ou indireta, salvo em casos de cessão legal ou afastamento devidamente autorizado;
5. Pessoas que não estejam em dia com suas obrigações eleitorais e, quando for o caso, militares;
6. Pessoas que tenham sofrido penalidades de suspensão ou destituição de cargo/emprego em função pública ou em organizações da sociedade civil, nos últimos 5 (cinco) anos;
7. Pessoas que constem como inidôneas em cadastros oficiais da administração pública ou que estejam impedidas de contratar com o poder público;
8. Pessoas que apresentem vínculo empregatício ativo ou incompatível que impeça a dedicação necessária às atividades do projeto;
9. Pessoas inadimplentes ou com pendências financeiras junto a convênios, termos de fomento ou termos de colaboração celebrados com a administração pública.

Parágrafo único: A verificação de qualquer uma das situações acima implicará a imediata inabilitação do(a) candidato(a), a qualquer tempo, ainda que após a eventual contratação, sem prejuízo das medidas legais cabíveis.

12. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Maricá/RJ como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

(APENSO I DO EDITAL DE SELEÇÃO DOS JOVENS MOBILIZADORES)

DAS VAGAS E DAS ATRIBUIÇÕES

DAS VAGAS

FUNÇÃO	VAGAS A. C.	VAGAS PcD	ESCOLARIDADE
Jovem Mobilizador	9	1	EF I
TOTAL	9	1	--

DAS ATRIBUIÇÕES

JOVEM MOBILIZADOR

O Jovem Mobilizador tem como função principal **atuar como elo entre a comunidade, os Núcleos do CDB e os Polos Regionais**, promovendo engajamento, participação popular e fortalecimento da rede comunitária. É responsável por estimular a adesão de moradores às atividades, apoiar a construção de diagnósticos sociais e fomentar a cultura de cidadania e participação.

- **Mobilização Comunitária**
 - Realizar convites, chamadas e campanhas locais para participação nos Núcleos Comunitários.
 - Promover rodas de conversa, encontros e atividades de escuta com moradores.

- Identificar lideranças locais, coletivos, associações e grupos de interesse para fortalecer a rede.
- **Apoio Operacional**
 - Auxiliar na organização das atividades nos Núcleos Comunitários e nos 4 Polos Regionais.
 - Apoiar na mobilização dos encontros, eventos e oficinas.
 - Contribuir com registros fotográficos e produção de relatórios simples sobre participação.
- **Articulação Social**
 - Atuar como representante jovem na construção de diagnósticos comunitários.
 - Coletar informações sobre demandas e necessidades locais, encaminhando para o Comitê.
 - Apoiar ações intersetoriais, conectando o CDB a iniciativas de juventude, cultura, esporte, educação e meio ambiente.
- **Formação e Capacitação**
 - Participar ativamente do plano pedagógico do projeto, recebendo capacitação cidadã e técnica.
 - Replicar os aprendizados junto à comunidade, incentivando outros jovens a se engajarem.
 - Desenvolver competências em liderança, comunicação comunitária e mediação de conflitos.

REQUISITOS DESEJÁVEIS

- Ter entre **15 e 29 anos**.
- Residir em Maricá, preferencialmente em bairros prioritários do projeto.
- Interesse em atuar em ações comunitárias e sociais.
- Facilidade de comunicação, proatividade e espírito de liderança.
- Disponibilidade para participar das capacitações e das agendas comunitárias.

RESULTADOS ESPERADOS

- Ampliar a participação popular nos Núcleos e Polos do CDB.
- Estimular o protagonismo juvenil no território.
- Garantir que as demandas da comunidade cheguem ao projeto de forma organizada.
- Ser multiplicador da cultura de cidadania, participação e cooperação social.

(Este documento é parte integrante do edital de jovens mobilizadores)

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO DE BAIXA RENDA

Eu, _____ (nome completo), portador do documento de identidade nº _____, emitido pelo _____ (órgão expedidor) e CPF nº _____, residente à _____, na cidade de _____, declaro, para os devidos fins, que a **renda bruta mensal de cada membro da minha família NÃO ultrapassa o valor de 0,5 (meio) salário mínimo nacional vigente**, atendendo assim à condição de baixa renda prevista para o Programa CDB. Certifico ainda que as informações contidas neste documento são verdadeiras e estou ciente de que qualquer declaração falsa implica nas penalidades previstas em lei.

_____ (local), _____ de _____ de 2025.

(Assinatura)

10.3. ANEXO III - Manual de Planejamento e Gestão

" A meta que você definir deve ser desafiadora. Ao mesmo tempo, deve ser realista e alcançável, não impossível de alcançar. Deve ser desafiadora o suficiente para fazer você se esforçar, mas não tão longe a ponto de você desistir .

— (Rick Hansen)

Maricá, 2025.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	2
2	O QUE É PROJETO?	2
3	O QUE É GESTÃO DE PROJETOS?	3
4	ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO	5
4.1	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS EM GESTÃO DE PROJETOS	5
4.2	CONHECIMENTO, NORMAS E REGULAMENTOS DA ÁREA DE APLICAÇÃO	5
4.3	ENTENDIMENTO DO AMBIENTE DO PROJETO	6
4.4	CONHECIMENTO E HABILIDADES DE GERENCIAMENTO GERAL	6
4.5	COMPETÊNCIAS DO GESTOR	7
5	O CICLO DE VIDA DO PROJETO	8
5.1	CARACTERÍSTICAS DO CICLO DE VIDA DO PROJETO	8
6	PARTES INTERESSADAS NO PROJETO	9
7	GRUPOS DE PROCESSOS DE GESTÃO DE PROJETOS	12
7.1	GRUPO DE PROCESSOS DE INICIAÇÃO	13
7.2	GRUPO DE PROCESSOS DE PLANEJAMENTO	13
7.3	GRUPO DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO	14
7.4	GRUPO DE PROCESSOS DE MONITORAMENTO E CONTROLE	15
7.5	GRUPO DE PROCESSOS DE ENCERRAMENTO	16
	REFERÊNCIA	17
	GLOSSÁRIO	17

1 Introdução

O Manual de Gestão de Projetos ICASOP tem por objetivo servir como guia para orientar e esclarecer sobre os conceitos, as técnicas e os conhecimentos em Gestão de Projetos aos colaboradores do ICASOP que necessitem desempenhar a função de gestores de projetos.

Na sua elaboração, optou-se por um texto mais sintético a fim de facilitar e tornar mais prática a sua consulta. Não havendo necessidade de ser lido sequencialmente, embora haja uma apreensão maior do conteúdo se feito desta forma. As informações deste Manual são provenientes da 1ª reunião de planejamento com a nova equipe de projetos do ICASOP.

2 O que é Projeto?

Projeto é um esforço **temporário** empreendido para criar **um produto, serviço ou resultado exclusivo**.

Temporário significa que todos os projetos possuem um início e um final definidos. O final é alcançado quando os objetivos do projeto tiverem sido atingidos, quando se tornar claro que os objetivos do projeto não serão ou não poderão ser atingidos ou quando não existir mais a necessidade do projeto e ele for encerrado. Temporário não significa necessariamente de curta duração; muitos projetos duram vários anos. Em todos os casos, no entanto, a duração de um projeto é finita. Projetos não são esforços contínuos. Um projeto cria **entregas exclusivas**, que são **produtos, serviços ou resultados**. Os projetos podem criar:

- Um novo modelo de gestão de pessoas, como a Gestão por Competências;
- Um processo de apoio funcional como o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO – e o Programa de Saúde Mental;
- Um resultado como a implantação de uma Cultura de Responsabilidade Socioambiental.

A singularidade é uma característica importante das entregas do projeto. A presença de elementos repetitivos não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.

A **elaboração progressiva** é uma característica de projetos que integra os conceitos de temporário e exclusivo. Elaboração progressiva significa desenvolver em etapas e continuar por incrementos. Por exemplo, o escopo do projeto será descrito de maneira geral na proposta técnica e se tornará mais explícito e detalhado conforme a equipe do projeto desenvolve um entendimento mais completo dos objetivos e das entregas para o Plano de Trabalho e Plano de Ação. O que não deve ser confundido com aumento do escopo, ou criação de novidades no projeto para que não fuja das metas pré-estabelecidas.

3 O que é Gestão de Projetos?

A Gestão de Projetos é a aplicação de conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de atender aos seus requisitos. A Gestão de projetos é realizada através da aplicação e da integração dos seguintes grupos de processos de Gestão de Projetos: Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento e Controle, e Encerramento.

O Gerente de Projetos é a pessoa responsável pela realização dos objetivos do projeto. Gerenciar um projeto inclui:

- Identificação das necessidades;
- Estabelecimento de objetivos claros e alcançáveis;
- Balanceamento das demandas conflitantes de qualidade, escopo, tempo e custo;
- Adaptação das especificações, dos planos e da abordagem às diferentes preocupações e expectativas das diversas partes interessadas.

Há uma “restrição tripla” - **escopo, tempo e custo do projeto** - no gerenciamento de necessidades conflitantes do projeto. A qualidade do projeto é afetada pelo balanceamento desses três fatores. Projetos de alta qualidade entregam o produto, serviço ou resultado solicitado dentro do escopo, no prazo e dentro do orçamento.

A relação entre esses fatores ocorre de tal forma que se algum dos três fatores mudar, no mínimo outro será afetado.

Os gerentes de projetos também gerenciam projetos em resposta a incertezas. Um risco do projeto é um evento ou condição incerta que, se ocorrer, terá um efeito positivo ou negativo em pelo menos um objetivo do projeto.

A Gestão do Projetos será realizada através de processos, usando conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas de gerenciamento de projetos que recebem entradas e geram saídas.

Para que o CDB seja bem-sucedido, a equipe do projeto deve:

- Selecionar os processos adequados dentro dos **blocos de processos** de gerenciamento de projetos necessários para atender aos objetivos do projeto;
- Usar uma abordagem definida para adaptar os planos e as especificações do produto de forma a atender aos requisitos do produto e do projeto;
- Atender aos requisitos para satisfazer as necessidades, desejos e expectativas das partes interessadas;
- Balancear as demandas conflitantes de escopo, tempo, custo, qualidade, recursos e risco para produzir um produto e atingir as metas com qualidade.

Este Manual registra as informações necessárias para iniciar, planejar, executar, monitorar e controlar, e encerrar o CDB, e identifica os processos de Gestão do Projeto reconhecidos como boas práticas e transparência. Esses processos podem ser aplicados globalmente e também para qualquer setor.

Boa prática significa que existe acordo geral de que a aplicação desses processos de Gestão de Projetos tem demonstrado aumentar as chances de sucesso em uma ampla série de ações dentro da ICASOP

Isso não significa que o conhecimento, as habilidades e os processos descritos devam ser sempre aplicados uniformemente em todos os projetos.

O Gerente de Projetos, em colaboração com a equipe do projeto, é sempre responsável pela determinação dos processos adequados e do grau adequado de rigor de cada processo, para qualquer ação específica.

4 Áreas de Especialização

Grande parte do conhecimento e muitas das ferramentas e técnicas usadas para gerenciar o CDB são exclusivas da Diretoria de Projetos, como Estrutura Analítica de Projeto (EAP), análise do caminho crítico e gerenciamento de valor agregado.

No entanto, o entendimento e a aplicação do conhecimento, das habilidades, das ferramentas e das técnicas amplamente reconhecidas como boa prática não serão suficientes, isoladamente, para uma Gestão de Projetos eficaz.

Para uma gestão de projetos eficiente torna-se necessário que a equipe de Gestão de Projetos entenda e use o conhecimento e as habilidades de, pelo menos, cinco áreas de especialização:

- Conjunto de conhecimentos em Gestão de Projetos;
- Conhecimento, normas e regulamentos da área de aplicação;
- Entendimento do ambiente do projeto;
- Conhecimento e habilidades de gestão geral;
- Competências do Gestor.

ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (EAP)

É uma ferramenta de gestão que divide um projeto em partes menores e mais gerenciáveis, organizando o escopo do trabalho de forma hierárquica e orientada a entregas. Ao desmembrar a meta geral do projeto em entregáveis, componentes e pacotes de trabalho, que para aplicação no CDB definimos como **Blocos de Processos**, a EAP oferece uma visão clara de todas as tarefas necessárias para alcançar os objetivos, facilitando o planejamento, o controle, a comunicação e a alocação de recursos.

O que é a EAP?

- **Decomposição Hierárquica:**

É a representação gráfica que decompõe um projeto do nível mais alto (o objetivo geral) para níveis mais detalhados de entregas e tarefas.

- **Orientada a Entregas:**

Cada ramo da EAP representa uma entrega do projeto, culminando em pacotes de trabalho que são os menores componentes gerenciáveis do trabalho.

- **Ferramenta de Planejamento:**

Ajuda a equipe a entender o que precisa ser feito, como as tarefas se encaixam e quais são os requisitos para cada parte do projeto.

Para que serve a EAP?

- **Visão Abrangente:**

Permite visualizar e compreender a totalidade do trabalho a ser realizado.

- **Controle e Organização:**

Garante que todas as atividades estejam alinhadas ao objetivo final, facilitando o acompanhamento dos prazos e o uso de recursos.

- **Comunicação:**

Melhora a clareza sobre o escopo do projeto, o que é fundamental para a comunicação com a equipe e as partes interessadas.

- **Evitar Lacunas:**

A detalhada divisão do trabalho ajuda a garantir que nenhum processo seja deixado de fora.

Orientações para a criação da EAP?

1. Identificar Entregas Principais:

É necessário começar dividindo o objetivo geral do projeto em fases ou entregáveis principais, que são os produtos ou serviços que o projeto deve entregar.

2. Desdobrar em Componentes:

Para cada entrega principal, aglutinaremos em **Blocos de Processos** para que se torne claro a forma em que iremos vincular cada ação às rubricas do projeto, levando à entender para qual meta essas despesas serão vinculadas.

3. Definir Pacotes de Trabalho:

Continue a divisão até chegar aos "pacotes de trabalho", que são as menores partes do trabalho que podem ser gerenciadas.

4. Utilizar um Diagrama:

Represente essa estrutura em um formato hierárquico, como um diagrama de árvore, para uma melhor visualização.

A EAP é uma das ferramentas mais essenciais na gestão de projetos para garantir que todo o trabalho necessário para atingir os objetivos do CDB sejam definidos, organizados e controlados de forma eficaz.

ANÁLISE DO CAMINHO CRÍTICO

A análise do caminho crítico é uma técnica de gerenciamento de projetos que identifica a sequência de tarefas essenciais — o "caminho crítico" — para determinar a duração mínima do projeto. Ao encontrar o caminho mais longo de atividades dependentes, o CPM mostra quais tarefas precisam ser realizadas no prazo e sem atrasos para que o projeto seja concluído dentro do tempo estimado, e quais têm mais flexibilidade.

Objetivos da Análise do Caminho Crítico

- **Identificar tarefas críticas e não críticas:**

As tarefas no caminho crítico não podem sofrer atrasos sem impactar a data final do projeto. As não críticas têm uma "folga" de tempo.

- **Calcular a duração mínima do projeto:**

Determina o menor tempo necessário para concluir todas as atividades do projeto, sem levar em conta limitações de recursos.

- **Visualizar o projeto:**

Transforma os dados do projeto em uma representação visual, facilitando o entendimento das dependências e do caminho para o sucesso.

- **Otimizar recursos:**

Ao entender o caminho crítico, os gestores podem alocar recursos de forma mais eficiente e identificar oportunidades para acelerar projetos urgentes.

Como funcionará na prática:

1. **1. Definição das tarefas:**

Todas as atividades necessárias para a conclusão do projeto são listadas.

2. **2. Sequenciamento:**

As dependências entre as tarefas são estabelecidas, ou seja, quais tarefas precisam ser concluídas antes de outras começarem.

3. **3. Estimativa de tempo:**

O tempo de duração para cada tarefa é estimado.

4. **4. Cálculo do caminho:**

A análise identifica o caminho com o maior tempo total de duração, que é o caminho crítico.

Benefícios

- **Maior visibilidade:** Oferece uma visão clara do cronograma e do progresso do projeto.
- **Tomada de decisão:** Ajuda os gestores a priorizar tarefas e a tomar decisões informadas sobre alocação de recursos.
- **Prevenção de atrasos:** Permite que os gestores monitorem de perto as atividades críticas e intervenham para evitar que atrasos ocorram e afetem o prazo final.

GERENCIAMENTO DE VALOR AGREGADO (GVA)

O Gerenciamento de Valor Agregado (GVA), é uma metodologia que integra escopo, cronograma e custos para medir o progresso e o desempenho de um projeto. Ele compara três variáveis principais: o Valor Agregado (VA), que é o valor orçado do trabalho concluído; o Valor Planejado (VP), o valor orçado do trabalho agendado; e o Custo Real (CR), o custo efetivo do trabalho realizado. Através de indicadores como o Índice de Desempenho de Custo (IDC) e o Índice de Desempenho de Prazo (IDP), o GVA permite identificar desvios, prever o futuro desempenho do projeto e tomar decisões corretivas de forma antecipada.

São componentes essenciais do GVA:

- **Valor Planejado (VP) (Planned Value - PV):** O custo orçado de todo o trabalho que deveria ter sido concluído em um determinado momento.
- **Valor Agregado (VA) (Earned Value - EV):** O valor, em unidades monetárias, do trabalho que foi realmente concluído até o momento da análise.
- **Custo Real (CR) (Actual Cost - AC):** O valor total gasto em dinheiro para realizar o trabalho concluído.

Indicadores de Desempenho do GVA

Os indicadores de GVA usam as três variáveis para analisar o desempenho do projeto:

- **Índice de Desempenho de Custo (IDC ou CPI):**

Calcula-se dividindo o Valor Agregado (VA) pelo Custo Real (CR).

- **IDC > 1:** O projeto está gastando menos do que o previsto, ou seja, está economizando.
- **IDC = 1:** O projeto está gastando exatamente o que deveria.
- **IDC < 1:** O projeto está acima do orçamento, ou seja, gastando mais do que o previsto.

- **Índice de Desempenho de Prazo (IDP ou SPI):**

Calcula-se dividindo o Valor Agregado (VA) pelo Valor Planejado (VP).

- **IDP > 1:** O projeto está adiantado no cronograma.
- **IDP = 1:** O projeto está no prazo.
- **IDP < 1:** O projeto está atrasado no cronograma.

Benefícios do GVA

- **Avaliação de Desempenho Holística:** Combina informações sobre escopo, tempo e custo em um único sistema.
- **Previsão de Desempenho Futuro:** Permite antecipar problemas, como estouros de orçamento ou atrasos, para que as correções possam ser feitas a tempo.

- **Tomada de Decisão Informada:** Fornece dados precisos para que os gestores tomem decisões mais eficazes.
- **Identificação de Variações:** Detecta desvios entre o que foi planejado e o que foi executado, tanto em custo quanto em prazo.

4.1 Conjunto de Conhecimentos em Gestão de Projetos

O Conjunto de Conhecimentos em Gestão de Projetos descreve o conhecimento exclusivo da Diretoria de Projetos do ICASOP e se sobrepõe às outras disciplinas de Gestão. Este manual é portanto, um subconjunto do abrangente Conjunto de Conhecimentos em Gestão de Projetos.

O Conhecimento de Gestão de Projetos descrito no *neste manual* consiste em:

- Definição do ciclo de vida do projeto;
- Cinco **blocos de processos** de Gestão de Projetos (Gestão, Operacional, Plano Pedagógico, Plano de Comunicação e Plano de Eventos);
- Dez áreas de conhecimento: Composição de Custos, Detalhamento Técnico, Cronograma de Execução, Gestão de Pessoas, Trilhas formativas, Ações locais, Compliance, Segurança Jurídica, Contabilidade, Prestação de Contas .

4.2 Conhecimento, Normas e Regulamentos da Área de Aplicação

Cada área de aplicação possui um conjunto de normas e práticas que serão aceitas, frequentemente codificadas em regulamentos, costumes ou normas, por exemplo, uma ação que impacte significativamente o processamento do orçamento, deve ter em seu grupo um especialista que conheça bem sua normatização para que os resultados sejam exequíveis.

Tal raciocínio não impõe ao gestor a necessidade de tudo saber, pois isso não é possível, mas direciona sua escolha na formação da equipe, tendo pelo menos um membro que possua este conhecimento.

4.3 Entendimento do Ambiente do Projeto

Praticamente todos os projetos da ICASOP são planejados e implementados em um contexto social, econômico e ambiental e têm impactos intencionais e não intencionais positivos e/ou negativos. A equipe do projeto deve considerar o projeto em seu ambiente cultural, social, internacional, político e físico.

A equipe precisa entender como o projeto afeta as pessoas e como as pessoas afetam o projeto. Isso irá exigir um entendimento de aspectos das características econômicas, demográficas, educacionais, éticas, étnicas, religiosas e de outras características das pessoas afetadas pelo projeto ou que possam ter interesse no projeto, criando um MARCO ZERO.

A Diretoria de projetos deve determinar a cultura organizacional, levando em conta que a Gestão de Projetos é fundamental, como uma função válida com responsabilidade e autoridade para gerenciar o projeto.

4.4 Conhecimento e Habilidades de Gerenciamento Geral

O gerenciamento geral inclui o planejamento, a organização, a formação de pessoal, a execução e o controle de operações da ICASOP. Ele inclui disciplinas de apoio como:

- Compras e aquisições;
- Contratos e legislação de licitações;
- Logística;
- Planejamento estratégico, planejamento tático e planejamento operacional;
- Estruturas organizacionais, comportamento organizacional, administração de pessoal, compensação, benefícios e planos de carreira;
- Práticas de saúde e segurança;
- Tecnologia da informação;
- Eventos;
- LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.

A Coordenação Geral fornece a base para a criação das ações que envolvam a

gestão de projeto e muitas vezes será essencial para o gerente de projetos. Em qualquer projeto específico, será necessária habilidade em diversas áreas de gerenciamento geral. Essas habilidades estão documentadas na literatura sobre gerenciamento geral e sua aplicação é fundamentalmente a mesma neste projeto.

4.5 Competências do Comitê Gestor

O sucesso de uma boa gestão de projetos evidencia a necessidade do desenvolvimento de algumas competências gerais, em quase todos cenários, e outras específicas, no contexto do ICASOP.

Competências Gerais

- **Comunicação eficaz** - Manter troca de informações claras, precisas, suficientes e de forma tempestiva;
- **Liderança** - Obter um comprometimento da equipe e dos colaboradores que estão envolvidos na execução do projeto;
- **Motivação** - Estimular as pessoas para que alcancem um bom desempenho e superem as barreiras que impedem as mudanças;
- **Negociação e Gestão de conflitos** - Habilidade para chegar em entendimento ou acordo, quando há potencialidade de conflito;
- **Resolução de problemas** - A combinação entre definição do problema, identificação e análise das alternativas e tomadas de decisões.

Competências Específicas

- Elaborar os documentos do projeto, sob orientação da Diretoria de projetos do ICASOP;
- Elaborar e manter atualizado um plano de ação para os projetos considerados estratégicos;
- Definir os recursos materiais e humanos e os treinamentos necessários para a realização do projeto;
- Negociar prazos e ações conjuntas com outras unidades intervenientes (interfaces);

- Identificar os riscos envolvidos nos projetos e mantê-los sob controle;
- Elaborar e implementar plano de comunicação do projeto;
- Controlar e avaliar o desenvolvimento dos trabalhos, adotando metodologia e ferramentas próprias para gestão de projetos e as orientações repassadas pelo Escritório de Projetos;
- Informar o desempenho, bem como as ações executadas e as novas ações planejadas, atualizando o andamento do projeto, conforme orientação da Diretoria de Projetos do ICASOP;
- Gerenciar os projetos estratégicos sob sua responsabilidade, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Realizar a divulgação do projeto, de seus produtos e resultados;
- Participar dos treinamentos específicos oferecidos aos gestores de projetos.

5 O Ciclo de Vida do Projeto

O Comitê Gestor do projeto deve dividir o projeto em fases para oferecer melhor controle gerencial com ligações adequadas com as operações em andamento. Coletivamente, essas fases são conhecidas como o ciclo de vida do projeto.

5.1 Características do Ciclo de Vida do Projeto

O ciclo de vida do projeto define as fases que conectam o início de um projeto ao seu final. A definição do ciclo de vida do projeto vai ajudar o Comitê Gestor a esclarecer se deve tratar o estudo de viabilidade como a primeira fase do projeto ou como um projeto autônomo separado. **As fases do ciclo de vida de um projeto não são iguais aos grupos de processos de gestão de projetos.**

A transição de uma fase para a outra dentro do ciclo de vida de um projeto, em geral, envolve e normalmente é definida por alguma forma de transferência técnica ou entrega. As entregas são caracterizadas pela finalização de uma ação, o término de um produto ou mesmo o fim de uma capacitação, por exemplo, sendo geralmente revisadas, para garantir que estejam completas e exatas, e aprovadas antes que o trabalho seja iniciado na próxima fase.

No entanto, não é incomum que uma fase seja iniciada antes da aprovação das entregas da fase anterior, quando os riscos envolvidos são considerados aceitáveis. Essa prática de sobreposição de fases, normalmente feita em sequência, é um exemplo da aplicação da técnica de compressão do cronograma denominada paralelismo.

Não existe uma única melhor maneira para definir um ciclo de vida ideal do projeto. Além disso, as práticas comuns da unidade frequentemente levarão ao uso de um ciclo de vida preferencial dentro dessa unidade.

Os ciclos de vida do projeto geralmente definem:

- Quando as entregas devem ser geradas em cada fase e como cada entrega é revisada, verificada e validada;
- Quem está envolvido em cada fase;
- Como controlar e aprovar cada fase.

A maioria dos ciclos de vida do projeto compartilharão diversas características comuns:

- As fases geralmente são sequenciais e normalmente serão definidas por um formulário de transferência de informações técnicas ou de entrega de componentes técnicos.
- Os níveis de custos e de pessoal são altos no início, atingem o valor médio durante as fases intermediárias e caem rapidamente conforme o projeto é finalizado, fazendo alusão ao cronograma de desembolso.
- O nível de incertezas é mais alto e, portanto, o risco de não atingir os objetivos é maior no início do projeto. A certeza de término geralmente se torna cada vez maior conforme o projeto continua.
- A capacidade das partes interessadas de influenciarem as características finais do produto do projeto e o custo final do projeto é mais alta no início e torna-se cada vez menor conforme o projeto continua.

6 Partes interessadas no Projeto

Partes interessadas no projeto são a Prefeitura de Maricá, a ICASOP e os parceiros ativamente envolvidas no projeto ou cujos interesses podem ser afetados como resultado da execução ou do término do projeto. Eles podem também exercer influência sobre os objetivos e resultados do projeto.

A equipe de Gestão de Projetos identificará as partes interessadas, determinará suas necessidades e expectativas e, na medida do possível, gerenciará sua influência em relação aos requisitos para garantir um projeto bem sucedido.

As partes interessadas possuem diversos níveis de responsabilidade e de autoridade quando participam de um projeto e eles podem mudar durante o ciclo de vida do projeto. Sua responsabilidade e autoridade variam desde contribuições eventuais em estudos e grupo focal até o financiamento total do projeto, que inclui o fornecimento de apoio financeiro e político. As partes interessadas que ignoram essa responsabilidade podem ter um impacto prejudicial nos objetivos do projeto. Da mesma forma, se o comitê gestor ignorar as partes interessadas podem esperar um impacto prejudicial nos resultados do projeto, todo o planejamento e execução deverá ser realizado em comunhão.

As principais partes interessadas em todos os projetos incluem:

- **Coordenador Geral** - A pessoa responsável pelo gerenciamento do projeto.
- **Cidadão/Beneficiário** - A pessoa que será atendida com o produto ou resultado do projeto.
- **Fornecedor** – Pessoa física ou jurídica contratada pelo órgão para atuar no desenvolvimento do projeto.
- **Unidade executora** - A Núcleos Administrativas cujos colaboradores estão mais diretamente envolvidos na execução do trabalho do projeto.
- **Membros da equipe do projeto** - O grupo que está executando o trabalho do projeto.
- **Comitê Gestor** - Os membros da equipe do projeto que estão diretamente envolvidos nas atividades de Gestão de Projetos.

- **Concedente** – O órgão público que está destinando o recurso para o projeto.
- **Diretoria de Projetos** - Departamento responsável pelo apoio técnico e metodológico aos gestores de projeto, assim como pelo acompanhamento e monitoramento na execução dos projetos.

7 Grupos de Processos de Gestão de Projetos

A Gestão do Projetos será constituída por cinco **Blocos de processos**, considerados necessários para este projeto:

- Bloco 1: Gestão
- Bloco 2: Operacional e Execução
- Bloco 3: Plano Pedagógico
- Bloco 4: Plano de Eventos
- Bloco 5: Plano de Comunicação

7.1 BLOCO 1 – GESTÃO

☐ **Fase - Pré-Produção:**

I) Equipe de Gestão (ICASOP): Deverão compor como colaboradores contratados pela ICASOP para compor o quadro de profissionais de Coordenação do Projeto:

- a) **Coordenador Geral**
- b) **Coordenador Técnico**
- c) **Coordenador de Relacionamento**
- d) **Coordenador de Comunicação**
- e) **Coordenador Administrativo**
- f) **Georreferenciador**

II) Equipe Terceirizada: Será contratada como provisiona o Projeto Técnico, dispondo de recursos para gestão de recursos humanos, de acordo com o edital de pesquisa de preço.

- a) **Analista Administrativo**
- b) **Auxiliar Administrativo**
- c) **Coordenador de Bairro**
- d) **Agentes Territoriais**
- e) **Educadores e Tutores**

III) Núcleos: definição do perfil dos imóveis (4 polos, 1 por distrito de Maricá);

a) Seleção dos imóveis: critérios de acessibilidade, tamanho, infraestrutura e localização estratégica.

b) Arquitetura: contratação de arquiteto para planta baixa e 3D, realizando o memorial descritivo para orçamento.

☐ **Fase - Produção:**

I) Contratação de RH - Definir os critérios de seleção, aptidões, perfil e funções dos candidatos.

a) Realizar a abertura do edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS para contratar os profissionais que irão trabalhar no projeto .

b) Realizar entrevistas, contratação e treinamento dos colaboradores.

II) Locação de imóveis e reformas: Realizar a contratação de imobiliária para locação dos imóveis definidos e preparar as reformas.

a) Deverá ser verificado dentro do prazo planejado se o imóvel atende os pré-requisitos exigidos no plano de trabalho e a possibilidade de reforma e adaptação, analisando viabilidade, oportunidade e custo benefício.

III) Equipamentos administrativos, tecnológicos e segurança (computadores, internet, mobiliário, impressoras, monitoramento e segurança, etc.).

a) Todos os equipamentos deverão ser adquiridos ou locados conforme a previsão e detalhamento técnico, prevendo seu uso adequado e patrimoniado.

IV) Estruturação dos polos regionais.

a) Após os passos anteriores, a equipe de montagem deverá entregar o equipamento pronto, para ser emitido o laudo de validação e detalhamento de todo patrimônio previsto e seu detalhamento real.

☐ **Etapa - Pós-Produção**

I) Vistoria e entrega dos polos adaptados.

a) A vistoria deverá ser realizada pela equipe de gestão, e preferencialmente acompanhado de um fiscal do contrato representando a Prefeitura de Maricá.

II) Relatórios de conformidade e registros fotográficos.

- a) Deverá ser feito um relatório completo com detalhamento de tudo que compõe capa polo somado de registro fotográfico do local.

7.2 Bloco 2 – Operacional e Execução

☐ **Pré-Produção**

- I. Definição de organograma operacional.
- II. Elaboração de termos de referência para funções-chave (coordenador técnico, coordenador de relacionamento, georreferenciador, etc.).
- III. Seleção e capacitação inicial da equipe territorial.

☐ **Produção**

- I. Implantação dos **75 núcleos comunitários** e 4 polos regionais.
- II. Execução de visitas domiciliares, mapeamento territorial e diagnósticos participativos.
- III. Monitoramento contínuo das atividades por agentes territoriais.

☐ **Pós-Produção**

- I. Relatórios mensais de execução.
- II. Consolidação de dados em plataforma digital.
- III. Avaliação e ajustes de metodologias.

7.3 Bloco 3 – Plano Pedagógico

☐ **Pré-Produção**

- Criação do **plano de formação cidadã e política**.
- Desenvolvimento das trilhas formativas digitais (plataforma EAD, videoaulas, fóruns).
- Definição do calendário de capacitações presenciais e online.

☐ **Produção**

- Execução das formações para 450 agentes comunitários e 10 jovens mobilizadores.
- Oficinas, workshops e rodas de conversa nos polos regionais.

- Aplicação de metodologias participativas (educação popular, mediação comunitária).

□ **Pós-Produção**

- Avaliação de impacto da formação.
- Certificação dos participantes.
- Produção de relatórios pedagógicos.

7.4. Bloco 4 – Plano de Eventos

Pré-Produção

- Definição do calendário de eventos comunitários.
- Contratação de serviços de infraestrutura (tendas, som, cadeiras, painéis).
- Planejamento das 50 ações comunitárias anuais.

Produção

- Execução de **eventos trimestrais** em cada polo (mínimo 1 por trimestre).
- Oficinas e fóruns temáticos mensais.
- Mobilização de moradores, lideranças locais e jovens.

Pós-Produção

- Relatórios audiovisuais e atas das reuniões.
- Levantamento de demandas coletadas.
- Feedback comunitário sistematizado.

7.5 Bloco 5 – Plano de Comunicação

Pré-Produção

- Criação de identidade visual e linguagem do CDB.
- Planejamento de site institucional e redes sociais.
- Definição do calendário editorial de conteúdos.

Produção

- Lançamento do site e redes sociais.
- Divulgação contínua das atividades, convocações e resultados.
- Produção de vídeos, podcasts, reels e conteúdos informativos.

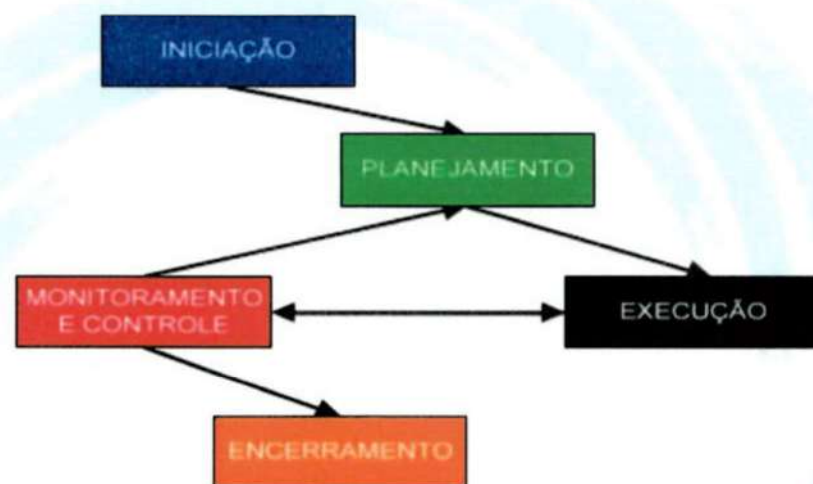
Pós-Produção

- Monitoramento de métricas (alcance, engajamento, feedback).
- Relatórios digitais mensais.
- Ajustes na estratégia de comunicação.

8 - PROCESSOS DE GESTÃO

- Processo de Iniciação – define e autoriza o projeto;
- Processo de Planejamento – define e refina os objetivos, bem como planeja a ação necessária para alcançar os objetivos e o escopo para os quais o projeto foi realizado;
- Processo de Execução – integra pessoas e outros recursos para realizar o plano de projeto;
- Processo de Monitoramento e Controle – mede e monitora regularmente o progresso para identificar variações em relação ao plano de projeto, de forma que possam ser promovidas as ações corretivas que se fizeram necessárias para atender aos objetivos do projeto;
- Processo de Encerramento – formaliza a aceitação do produto, serviço ou resultado e conduz o projeto a um final ordenado.

A figura abaixo representa a aplicação e a integração dos Processos de Gestão de Projetos.



- Estimativa de recursos da atividade;
- Estimativa de duração da atividade;
- Desenvolvimento do cronograma.

8.3 Grupo de Processos de Execução

O Grupo de Processos de Execução é constituído pelos processos usados para realizar o trabalho definido no Plano de Trabalho aprovado a fim de cumprir os requisitos do projeto. A equipe do projeto deve determinar quais são os processos necessários para o projeto específico da equipe. Este grupo de processos envolve a coordenação das pessoas e dos recursos, além da integração e da realização das atividades do projeto de acordo com o Plano de Gestão do Projeto. Este grupo de processos também aborda o escopo definido no **Plano de Trabalho** e implementa as mudanças aprovadas.

As variações normais de execução exigirão algum replanejamento. Essas variações podem incluir durações de atividades, produtividade e disponibilidade de recursos, e riscos não esperados. Tais variações podem ou não afetar o Plano de Gestão do Projeto, mas podem exigir uma análise e possíveis solicitações de ajustes no Plano de Trabalho. Os resultados da análise podem provocar uma solicitação de mudança que, se aprovada, modificaria o Plano de Gestão do Projeto e possivelmente exigiria o estabelecimento de uma nova linha de base. A maior parte do orçamento do projeto será gasta na realização dos processos do Grupo de Processos de Execução.

O Grupo de Processos de Execução inclui os seguintes processos:

- Orientar e gerenciar a execução do projeto;
- Contratar ou mobilizar a equipe do projeto;
- Desenvolver a equipe do projeto;
- Distribuição das informações;
- Contratar os imóveis a serem utilizados no projeto;
- Contratar serviços do projeto;
- Resolver as demandas do dia a dia.

8.4 Grupo de Processos de Monitoramento e Controle

O Grupo de Processos de Monitoramento e Controle é constituído pelos processos realizados para observar a execução do projeto, de forma que possíveis problemas possam ser identificados no momento adequado e que possam ser tomadas ações corretivas, quando necessário, para controlar a execução do projeto.

A equipe do projeto deve determinar quais são os processos necessários para o projeto específico da equipe. O principal benefício deste grupo de processos é que o desempenho do projeto é observado e medido regularmente para identificar variações em relação ao Plano de Gestão do Projeto. O Grupo de Processos de Monitoramento e Controle também inclui o controle de mudanças e a recomendação de ações preventivas, antecipando possíveis problemas.

O Grupo de Processos de Monitoramento e Controle inclui, por exemplo:

- O monitoramento das atividades em andamento do projeto em relação ao plano de gestão do projeto e à linha de base do desempenho do projeto;
- O controle dos fatores que poderiam dificultar o controle integrado de mudanças de forma que somente mudanças aprovadas sejam implementadas.

Esse monitoramento contínuo permite que a equipe do projeto tenha uma visão clara do desenvolvimento do projeto e destaca as áreas que exigem atenção adicional.

Quando as variações comprometerem os objetivos do projeto, os processos de gestão de projetos adequados dentro do Grupo de Processos de Planejamento serão reexaminados como parte de um replanejamento.

O Grupo de Processos de Monitoramento e Controle inclui os seguintes processos:

- Realizar, acompanhar e fiscalizar os serviços de rua e colaboradores;
- Controlar o georreferenciamento das ações e os dados do sistema;
- Repassar relatório semanal ao núcleo de gestão;
- Monitorar e controlar o trabalho do projeto;
- Controle integrado de mudanças;

- Verificação do escopo;
- Controle do escopo;
- Controle do cronograma, metas, e indicadores de avaliação e cumprimento.

8.5 Grupo de Processos de Encerramento

O Grupo de Processos de Encerramento inclui os processos usados para finalizar formalmente todas as atividades do projeto ou de uma fase do projeto, entregar o produto terminado para outros ou encerrar um projeto cancelado.

Este grupo de processos, quando terminado, verifica se os processos definidos estão terminados dentro de todos os grupos de processos para encerrar o projeto ou uma fase do projeto, conforme adequado, e estabelece formalmente que o projeto ou a fase do projeto está concluído.

O Grupo de Processos de Encerramento inclui os seguintes processos:

- Finalizar a execução do projeto;
- Elaborar o Termo de Encerramento.
- Elaborar relatório de cumprimento de objetivos;
- Elaborar relatório de cumprimento de metas;
- Elaborar relatório fotográfico e de vídeo;
- Elaborar relatório físico-financeiro.

REFERÊNCIA

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®) Terceira edição Four Campus Boulevard, Newtown Square, EUA, 2004.

GLOSSÁRIO

Atividade: Um componente da tarefa ou trabalho realizado durante o desenvolvimento do projeto.

Cidadão/ Beneficiário: A pessoa que utilizará o produto ou resultado do projeto.

Entrega: Produto, resultado ou capacitação que deve ser concluído e verificado para encerrar processo, fase ou projeto.

Equipe do projeto: Colaboradores que realizam atividades e tarefas do plano do projeto.

Escopo: trabalho que deve ser realizado para entregar um produto, serviço ou resultado com as características e funções especificadas.

Diretoria de Projetos: Unidade Administrativa responsável pelo apoio técnico e metodológico aos gestores de projeto, assim como pelo acompanhamento e monitoramento na execução dos projetos.

Estrutura Analítica do Projeto – EAP: Uma decomposição hierárquica orientada aos resultados do trabalho a ser executado pela equipe do projeto para atingir os objetivos do projeto e criar as entregas necessárias. Ela organiza e define o escopo total do projeto. Cada nível descendente representa uma definição cada vez mais detalhada do trabalho do projeto. A EAP é decomposta em pacotes de trabalho. A orientação da hierarquia para a entrega inclui entregas internas e externas.

Gestão de portfólio: Procedimentos de identificação, aprovação, priorização, acompanhamento e monitoramento do conjunto de projetos e programas de estratégicos da instituição.

Gestão de programas: a Gestão centralizada coordenada de um programa para a realização de seus objetivos e benefícios estratégicos.

Gestão de projetos: A Gestão de projetos é a aplicação de conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de atender aos seus requisitos.

Gerente do projeto: Servidor responsável pela condução das atividades e dos processos relativos à Gestão do projeto.

Grupo de Processos: Os cinco blocos de processos necessários para que o projeto possua dependências claras e que devem ser realizados na mesma sequência em todo o projeto, independentemente da área de aplicação ou das especificações do ciclo de vida do projeto aplicado. Os grupos de processos são: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, e encerramento.

Lições aprendidas: A aprendizagem obtida na execução e implantação do projeto. As lições aprendidas devem ser identificadas e registradas a qualquer momento, para alimentar uma base de conhecimento na gestão de projetos que auxiliem no alcance da maturidade de Gestão.

Partes interessadas: Executora, população, organizações parceiras, órgãos públicos, que estejam ativamente envolvidas no projeto ou cujos interesses possam ser afetados de forma positiva ou negativa pela execução ou término do projeto. Elas podem também exercer influência sobre o projeto e suas entregas.

Concedente: Órgão público da Prefeitura de Maricá que fornece apoio político e recursos para o desenvolvimento do projeto.

Plano de Trabalho: Documento formal que expressa as ações necessárias para definir, coordenar e integrar todas as atividades do projeto.

Premissa: São fatores que, para fins de planejamento, são considerados verdadeiros, reais ou certos sem prova ou demonstração. As premissas afetam todos os aspectos do planejamento do projeto e fazem parte da elaboração progressiva do projeto. Frequentemente, as equipes do projeto identificam, documentam e validam as premissas durante o processo de planejamento. Geralmente, as premissas envolvem um grau de risco.

Processo: Um conjunto de ações e atividades inter-relacionadas realizadas para obter a elaboração de produtos, resultados ou serviços.

Programa: Um grupo de projetos relacionados, gerenciados de modo coordenado para obtenção de benefícios e controle que não seriam alcançados com iniciativas

isoladas.

Projeto: Um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo.

Projeto Estratégico: Projeto alinhado ao Planejamento Estratégico, cujo resultado, quando implantado, promove a execução e o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

Restrição: O estado, a qualidade ou o sentido de estar restrito a uma determinada ação ou inatividade. Uma restrição ou limitação aplicável, interna ou externa ao projeto, que afetará o desempenho do projeto ou de um processo.

Risco: Um evento ou condição incerta que, se ocorrer, provocará um efeito positivo ou negativo nos objetivos de um projeto.

Tarefa: Trabalho que deve ser realizado em uma ação do projeto para produzir uma entrega ou um resultado.

Termo de Abertura: Documento que autoriza formalmente o projeto. Ele designa o gerente e registra o escopo preliminar do projeto.

Termo de Encerramento: Documento que formaliza o encerramento do projeto.

Termo de Mudança: Documento formal, emitido por quem solicita mudança no projeto, em que deve constar a identificação das mudanças, descrição dos problemas/necessidades, riscos identificados e análise de impacto.

Projeto Estratégico nº01. *CDB*

Obs. Os modelos abaixo poderão ser substituídos conforme decisão da gestão, objetivando maior usabilidade e eficiência.

Maricá
2025

Custos

Levantar estimativas prováveis de custos de aquisições e despesas relacionadas ao desenvolvimento do projeto.

CATEGORIA	DETALHAMENTO	CUSTO ESTIMADO
Realização de obras e instalações		
Aquisição de equipamentos (permanente)		
Aquisição de material (consumo)		
Diárias e passagens		
Serviços de Terceiros		
Treinamentos		
TOTAL		

Gestor do Projeto

Nome		Cargo
Telefone	Endereço Eletrônico	Assinatura

Aprovação do Projeto

Elaborado por	Data	Assinatura
Revisado por	Data	Assinatura
Partes Interessadas	Data	Assinatura
Diretoria de Projetos	Data	Assinatura
Coordenadoria Geral	Data	Assinatura
Presidência	Data	Assinatura

ATA DE REUNIÃO

Reunião nº.

Comitê de Defesa dos Bairros

Identificação da Reunião

Data:

Horário:

Local:

Objetivos da Reunião

Resultados

Compromissos	Responsável	Data

Participantes	Assinatura

ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO - EAP

As informações do cronograma do projeto são moldadas para facilitar a importação de dados para o Monday.

[illegible]

Identificação dos Riscos

Descrever os riscos (premissas e restrições) que possam impactar a realização do projeto, sua categoria, probabilidade, impacto e severidade.

Categoria: Custo/Tempo/Qualidade/Outros

Probabilidade:
1 - Baixa;
2 - Média;
3 - Alta;
4 - Muito Alta.

Impacto:
1 - Baixo;
2 - Médio;
3 - Alto;
4 - Muito Alto.

Severidade: Impacto x Probabilidade, de 1 a 2 – baixo risco
de 3 a 4 – médio risco de
6 a 9 – alto risco
de 12 a 16 – altíssimo risco

Resposta:

- Evitar o risco, mudando o plano do projeto para eliminar o risco;
- Mitigar o risco, ou trabalhar para reduzir a probabilidade de ocorrência do risco e os seus possíveis impactos;
- Aceitar o risco, ou assumir a possibilidade de ocorrência do risco, traçando um Plano de Contingência para ativação nas ocorrências.

IDENTIFICAÇÃO						
Se (causa)	Então (consequência)	Categoria	Probabilidade	Impacto	Severidade	Resposta

Gerenciamento dos Riscos

Preencher com informações referentes às respostas dadas aos riscos identificados para o projeto, conforme tabela abaixo.

Respostas aos riscos:

Não aceitação: evitar

Aceitação: mitigar ou contingenciar

Risco em Análise:				
Tipo de Resposta ao Risco:				
Ação de Resposta (O Que?)	Tarefas (Como?)	Responsáveis pela Ação (Quem?)	Data de Realização (Quando?)	Recursos (Quanto?)

Comunicações

Descrever as principais ações a serem realizadas visando comunicar o projeto, seus objetivos, produtos e resultados a todos os públicos interessados nos resultados do projeto.

Ação	Objetivo	Meios	Clientela	Frequência

Obs.:

Ações a serem consideradas:

- Oficinas
- Palestras
- Reuniões
- Termo de Mudança
- Relatório de Análise Crítica

Meios a serem considerados:

- E-mail
- Documentos impressos e assinados
- Memória de reunião
- Memorandos Internos
- Encontro presencial
- Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE

Clientela a ser considerada:

- Concedente
- Partes Interessadas
- Fornecedores
- Diretoria de Projetos
- Equipe do projeto
- Assessoria de Gestão Estratégica

Gerenciamento de Custos e Aquisições

Descrever os itens que precisam ser providenciados e/ou adquiridos e/ou contratados para a implementação do projeto, classificados nas categorias abaixo, com indicação obrigatória de todos os itens.

Categoria	Detalhamento	Responsável pela Aquisição	Método de Aquisição	Data Limite p/ Aquisição	Exercício Financeiro	Custo Estimado
Realização de Obras e Instalações						
Aquisição de Equipamentos (permanente)						
Aquisição de Material (consumo)						
Diárias e Passagens						
Serviços de Terceiros						
Treinamentos						
TOTAL				R\$		

Gestor do Projeto

Nome		Cargo
Telefone	Endereço Eletrônico	Lotação

Aprovação do Plano

Elaborado por	Data	Assinatura
Revisado por	Data	Assinatura
Partes Interessadas	Data	Assinatura
Escritório de Projetos	Data	Assinatura
Coordenadoria de Gestão Estratégica	Data	Assinatura
	Data	Assinatura

2

[illegible]

TERMO DE MUDANÇA

Resumo da ação

Abertura da Mudança

Solicitante:

Categoria: () escopo () prazo () custo () qualidade () equipe () interveniente externo

Descrição da mudança:

Justificativa:

Prioridade:

Data da abertura:

Elaborado por	Data	Assinatura
Revisado por	Data	Assinatura
Partes Interessadas	Data	Assinatura
Escritório de Projetos	Data	Assinatura
Coordenadoria de Gestão Estratégica	Data	Assinatura

Fechamento da Mudança

Impacto:

Status: () aprovada () rejeitada

Designada para:

Data prevista de resolução:

Data de resolução:

Status: () em andamento () completo

Observações:

Data do fechamento:

CONVENENTE	Data	Assinatura
CONCEDENTE	Data	Assinatura

ANÁLISE CRÍTICA

Comitê de Defesa dos Bairros - CDB

Execução do Projeto

Demonstre o desenvolvimento do projeto em relação ao cronograma estabelecido.

Dificuldades

Identificar barreiras ao desenvolvimento do projeto em relação aos aspectos: escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos e aquisições deste projeto. E também as medidas adotadas para contornar estes percalços.

Relatório Analítico

Faça uma análise do seu projeto no momento atual em relação aos resultados apresentados (eficácia), assim como o impacto percebido (efetividade).

Elaborado por	Data	Assinatura
Revisado por	Data	Assinatura
Partes Interessadas	Data	Assinatura
Diretoria de Projetos	Data	Assinatura
Coordenadoria de Gestão Estratégica	Data	Assinatura

LIÇÕES APRENDIDAS

Comitê de Defesa dos Bairros

Participantes

Elencar os principais envolvidos no desenvolvimento do projeto.

Nome	Papel no Projeto

Lições aprendidas

Comentar a aprendizagem que a gestão do projeto ocasionou, tanto as que impactaram positivamente quanto negativamente.

O que funcionou bem?

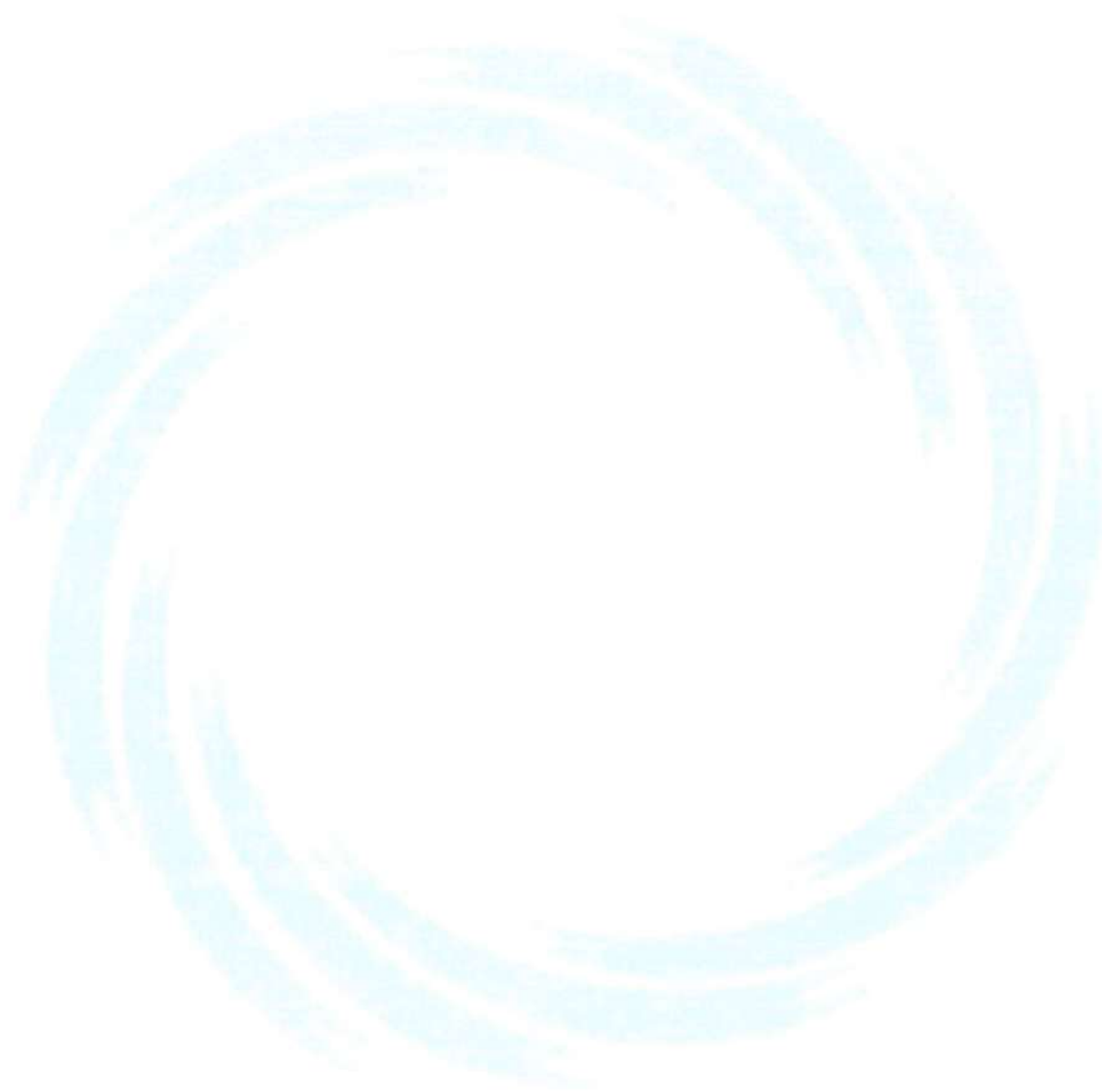
O que não funcionou?

Sugestões para os próximos projetos:

Elaborado por	Data	Assinatura
Escritório de Projetos	Data	Assinatura
Coordenadoria de Gestão Estratégica	Data	Assinatura

GESTÃO DE PROJETOS

Lições Aprendidas



TERMO DE ENCERRAMENTO

Comitê de Defesa dos Bairros - CDB

Tipo de Encerramento

Justificativa

Relação de entregas

Faça uma análise do seu projeto no momento atual em relação aos resultados apresentados (eficácia), assim como o impacto percebido (efetividade).

Encerramento de Atividades

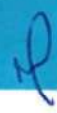
Descrever as atividades que foram encerradas com o término do projeto. Exemplos: contratos, equipe de trabalho, transferência do produto do projeto etc.

Descrição	Data

Elaborado por	Data	Assinatura
Revisado por	Data	Assinatura
Partes Interessadas	Data	Assinatura
Diretoria de Projetos	Data	Assinatura
Coordenadoria de Gestão Estratégica	Data	Assinatura

ANEXO IV - Política e Procedimento para a realização de eventos e Atividades do CDB**POLÍTICA E PROCEDIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS E ATIVIDADES DO CDB**

Maricá, setembro de 2025

SUMÁRIO

1. EVENTOS E ATIVIDADES REALIZADAS PARA O CDB	4
2. DEFINIÇÕES	4
3. OBJETIVOS E PROPÓSITOS DOS EVENTOS NO CDB	5
4. PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO	6
5. INDICADORES DE PRODUÇÃO E DESEMPENHO DOS EVENTOS	6
6. PRODUÇÃO E DOCUMENTAÇÃO	7
7. METAS QUANTITATIVAS DE EVENTOS	7
8. PROCEDIMENTOS PARA OPERAÇÃO DOS EVENTOS	9
9. OBJETIVO DESTE PROCEDIMENTO	10
10. ABRANGÊNCIA	10
11. TIPOLOGIA E PRAZOS	10
12. PLATAFORMA DE GESTÃO	10
13. PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO	11
14. FLUXO DE APROVAÇÃO	11
15. EQUIPE DE COMUNICAÇÃO	11
16. EXECUÇÃO DO EVENTO OU ATIVIDADE	11
17. RELATÓRIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS	12
18. DISPOSIÇÕES FINAIS	12

1. Eventos e atividades realizadas para o CDB

A realização de eventos e atividades institucionais constitui-se em um dos principais instrumentos de integração, visibilidade e fortalecimento do CDB e de seus polos. Além de promover espaços de aprendizagem, troca de experiências e engajamento comunitário, os eventos permitem consolidar a identidade institucional e ampliar o alcance das ações do programa.

Diante da diversidade e da quantidade de iniciativas previstas, torna-se imprescindível a adoção de uma política e procedimento padronizados que orientem desde a etapa de solicitação até a execução e a prestação de contas. Este documento foi elaborado com o propósito de estabelecer critérios claros, fluxos de aprovação, responsabilidades e prazos, assegurando organização, eficiência e transparência em todas as etapas.

Ao instituir esta política, o CDB busca não apenas normatizar processos, mas também construir uma agenda integrada de eventos, permitindo maior planejamento e acompanhamento estratégico. Essa integração fortalece a capacidade de monitoramento e avaliação das ações, possibilitando a mensuração de resultados e impactos, a otimização de recursos e o aprimoramento contínuo da gestão institucional.

Assim, esta política representa um passo fundamental para a consolidação de práticas administrativas modernas, baseadas na padronização, na responsabilidade compartilhada e na valorização da qualidade das ações desenvolvidas. Trata-se de um instrumento que garante que cada evento e atividade seja conduzido de forma alinhada às diretrizes do CDB, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos institucionais.

2. Definições

Evento: ação institucional organizada pelo CDB ou polos, que envolve planejamento formal, público-alvo definido e comunicação institucional. Podem ser acadêmicos, culturais, sociais, científicos, formativos ou institucionais, geralmente com caráter coletivo, aberto à comunidade acadêmica e/ou externa.

Exemplos: seminários, palestras, fóruns, feiras, cerimônias, refeições de grau, congressos, encontros acadêmicos, grandes campanhas institucionais.

Atividade/Ação dos Polos: intervenção pontual ou de menor escala, promovida no

âmbito de um polo, que não exige estrutura de grande porte, mas deve ser registrada como ação institucional.

Exemplos: oficinas temáticas, grupos de estudo, visitas técnicas, rodas de conversa, reuniões comunitárias, atividades extensionistas de pequeno porte, campanhas locais de sensibilização.

Critério de Registro: Todos os eventos e atividades, independentemente de porte ou público, devem ser registrados na plataforma oficial do CDB, condição necessária para:

- Autorização de uso de insumos, materiais e apoio de comunicação;
- Emissão de relatórios de evidências;
- Consolidação de indicadores de participação e impacto institucional.

3. Objetivos e Propósitos dos Eventos no CDB

- Promover a escuta ativa da comunidade e levantamento de demandas locais.
- Fortalecer a mobilização e o protagonismo social, especialmente das lideranças locais e jovens mobilizadores.
- Garantir espaços de debate aberto e controle social sobre políticas públicas.
- Facilitar a articulação entre o poder público, a sociedade civil e demais parceiros operacionais.
- Incentivar o intercâmbio de conhecimento e cooperação entre os bairros e sub-bairros.

4. Planejamento e Organização

Cada Polo planeja trimestralmente sua agenda de eventos em alinhamento com os Núcleos Comunitários e os Grupos Articuladores Regionais, a agenda deve contemplar diversidade temática e diversidade de formatos, para cobrir necessidades específicas e públicas variadas.

Está prevista a alocação orçamentária para necessidades de infraestrutura: locação de tendas, cadeiras, mesas, sistemas de som, iluminação, painéis, materiais gráficos e audiovisuais.

Quanto a logística operacional montagem inclui, desmontagem, segurança e apoio técnico para garantir condições adequadas de realização.

5. Indicadores de Produção e Desempenho dos eventos

- Número de eventos realizados por polo e por trimestre, com relatório detalhado dos dados, locais e público estimado.
- Participação estimada e perfil dos participantes (por exemplo, moradores, representantes de associações, jovens mobilizadores, autoridades locais).
- Variedade de formatos utilizados (oficinas, rodas de conversa, fóruns, etc.) para avaliar a diversificação metodológica.
- Nível de engajamento e volume de demandas elevados durante os eventos, com registro qualitativo das principais pautas.
- Feedback dos participantes, coletado por meio de formulários simples para medir satisfação, sugestões e percepções de impacto.
- Relatórios fotográficos e audiovisuais para documentação e divulgação.
- Integração com plataformas digitais para ampliar o alcance e permitir a participação remota quando possível.

6. Produção e Documentação

- Os polos são responsáveis pela produção de materiais preparatórios e de divulgação, como convites, cartazes, folders e mensagens em redes sociais.
- Durante os eventos, haverá registro sistemático das atividades, incluindo atas, fichas de presença, gravações e coleta de demandas.
- A equipe técnica elaborará relatórios descritivos e analíticos, destacando avanços, desafios e soluções surgidas nas reuniões.
- Os resultados são consolidados e apresentados nas reuniões mensais do Comitê de Políticas Públicas e Gestão de Metas, garantindo devolutiva e transparência.

7. Metas Quantitativas de Eventos

Cada um dos 4 Polos Regionais de Mobilização Comunitária realizará no mínimo 3 eventos comunitários por trimestre.

Isso totaliza 9 eventos por núcleo, (considerando que os 3 primeiros meses do projeto serão exclusivamente para estruturação) e 46 eventos total ao ano para todo o programa.

Os eventos incluem rodas de conversa, fóruns temáticos, audiências públicas, workshops participativos, encontros culturais e ações socioeducativas.

ATIVIDADES E EVENTOS NOS POLOS					
Polos	T1 - mês 1 a mês 3	T2 - mês 4 a 6	T3 - mês 7 a 9	T4 - mês 10 a 12	Total
1	N/A	3	3	3	9
2	N/A	3	3	3	9
3	N/A	3	3	3	9
4	N/A	3	3	3	9
Total					36

Eventos do Programa	
Institucionais	Nº
Retomada do CDB - Lançamento Municipal	1
Encontro dos Grupos Articuladores dos Bairros	1
Encontro do Comitê de Políticas Públicas	2
Lançamentos das Trilhas Formativas com os primeiros selecionados	1
Apresentação do Plano de Ação dos Bairros	1
Apresentação dos Resultados do Diagnóstico dos Bairros	1

Fórum de Agentes Locais	2
Encontro com Lideranças Comunitárias	1
Total	10
TOTAL EVENTOS	
46	

8. Procedimentos para operação dos eventos

Este procedimento nasce como uma oportunidade estratégica para o CDB consolidar uma padronização de processos na realização de eventos e atividades, garantindo maior organização, eficiência e alinhamento institucional. A criação de um protocolo único permite não apenas uniformizar as etapas de solicitação, aprovação, execução e prestação de contas, mas também viabilizar a construção de uma agenda integrada de eventos do programa, capaz de orientar o planejamento das equipes e evitar sobreposições ou lacunas nas ações.

Além de promover a ordem administrativa, este procedimento contribui para o fortalecimento da gestão baseada em evidências, uma vez que estabelece mecanismos claros de monitoramento, registro e avaliação das iniciativas desenvolvidas. Dessa forma, cada evento ou atividade passa a ser compreendido não como uma ação isolada, mas como parte de um ciclo contínuo de planejamento, execução e análise de resultados, permitindo mensurar seu impacto e aprimorar a tomada de decisão.

Ao adotar este procedimento, o CDB garante maior transparência, fortalece a comunicação institucional, assegura a otimização de recursos e cria um ambiente de responsabilidade compartilhada entre a coordenação central e os polos. Mais do que uma norma administrativa, trata-se de um instrumento de gestão estratégica, essencial para consolidar a identidade institucional, valorizar o trabalho coletivo e ampliar os efeitos positivos das ações junto à comunidade acadêmica e ao território em que atua.

9. Objetivo deste procedimento

Estabelecer diretrizes e procedimentos para solicitação, aprovação, execução, registro e prestação de contas de eventos e atividades nos polos do CDB, garantindo padronização, eficiência, transparência e alinhamento institucional.

10. Abrangência

Esta política se aplica a todos os eventos e atividades promovidos pelo CDB e pelos polos, abrangendo:

- Eventos institucionais centrais (46 previstos).
- Atividades e ações locais nos polos (50 previstas).

11. Tipologia e Prazos

Eventos Pequeno porte: até 100 participantes. Solicitação mínima de 30 dias de antecedência.

Eventos de médio porte: acima de 150 participantes. Solicitação mínima de 30 dias de antecedência.

Eventos de grande porte: Será estabelecido pelo planejamento da equipe de gestão do programa.

Atividades/Ações de polo: mínimo de 15 dias de antecedência para registro e solicitação de apoio.

12. Plataforma de Gestão

A plataforma eletrônica oficial do CDB será utilizada para:

- Cadastro de eventos e atividades;
- Inscrição online de participantes;
- Registro de presença (via celular com QR Code ou aplicativo; ou por lista física posteriormente lançada pela equipe);
- Solicitação de insumos, materiais e divulgação;
- Submissão de relatórios e evidências.

13. Protocolo de Solicitação

O solicitante deve preencher formulário eletrônico com:

- a) Nome, data, local e responsável pelo evento/atividade.
- b) Objetivos e público-alvo.
- c) Estimativa de participantes.
- d) Estrutura necessária (materiais, insumos, logística, infraestrutura).

e) Solicitação de apoio da comunicação (divulgação, artes, peças institucionais).

14. Fluxo de Aprovação

1. Submissão eletrônica pelo solicitante/polo;

2. Análise técnica da equipe de comunicação e dos coordenadores administrativos dos polos;

3. Autorização final pela coordenação central do CDB.

15. Equipe de Comunicação

- Responsável pela análise e validação dos pedidos de materiais de divulgação e comunicação.

- Garantia de padronização visual e alinhamento à identidade institucional.

- Autorização de peças gráficas e campanhas oficiais.

16. Execução do Evento ou Atividade

- Cumprir cronograma e logística previamente aprovados;

- Garantir registro da presença dos participantes;

- Responsabilidade compartilhada entre o polo executor e a coordenação central.

17. Relatórios e Prestação de Contas

Após a realização do evento/atividade, o responsável deverá submeter, em até 10 dias corridos:

- Relatório eletrônico de execução;

- Evidências fotográficas e/ou audiovisuais;

- Lista de presença (eletrônica ou digitalizada);

- Relatório de custos (quando aplicável).

18. Disposições Finais

Solicitações fora do prazo não serão autorizadas;

O descumprimento do envio de relatórios e evidências poderá impactar futuras aprovações;

Esta política será revisada anualmente pela coordenação central do CDB, conforme demandas operacionais.

10.5. ANEXO V - Projeto Pedagógico de desenvolvimento comunitário do Programa CDB

PROJETO PEDAGÓGICO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO PROGRAMA CDB

Maricá, Setembro de 2025

ÍNDICE

1	MODELO DE FORMAÇÃO – METODOLOGIA APLICADA AO PROGRAMA CDB	5
2	EIXO 1 – DIAGNOSTICAR: COMPREENDER A REALIDADE LOCAL	9
2.1.	DIAGNÓSTICO MARCO ZERO	9
2.1.1.	CONTINGENTE POPULACIONAL	9
2.1.2.	SERVIÇOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS	9
2.1.3.	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, ASSOCIAÇÕES E COLETIVOS	10
2.1.4.	POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS	10
2.1.5.	EMPREGO, RENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	10
2.1.6.	DEMANDAS DA POPULAÇÃO	11
2.1.7.	OUTROS ASPECTOS RELEVANTES	11
2.1.8.	ETAPAS DO PROCESSO	12
2.1.8.1.	LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES	12
2.1.9.	APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO ÀS EQUIPES INTERNAS	13
2.1.10.	VALIDAÇÃO INSTITUCIONAL	13
2.1.11.	EVENTO DE LANÇAMENTO E DEVOLUTIVA PÚBLICA	13
2.1.12.	USO DOS RESULTADOS	13
2.1.13.	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	14
2.1.14.	PLATAFORMA DE GESTÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES	14
2.1.15.	RETROALIMENTAÇÃO CONTÍNUA	15
2.1.16.	FLEXIBILIDADE E CUSTOMIZAÇÃO	15
2.1.17.	PRODUÇÃO DE EVIDÊNCIAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	15
2.1.18.	GOVERNANÇA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	15
3	EIXO 2 – CONSCIENTIZAR: FORTALECER A CIDADANIA	16
3.1.	PROPOSTA DE CURSOS E CICLOS FORMATIVOS	17
3.1.1.	CURSO 1 – FORMAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL	17
3.1.2.	CURSO 2 – EDUCAÇÃO MÍDIÁTICA E MÍDIAS COMUNITÁRIAS	18

3.1.3. CURSO 3 – DIREITOS HUMANOS E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMUNITÁRIOS	18
3.1.4. CURSO 4 – POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	19
3.1.5. CURSO 5 – SEGURANÇA E PREVENÇÃO DA VIOLENCIA URBANA	20
3.1.6. CURSO 6 – FORMAÇÃO PARA LIDERANÇAS POPULARES	20
3.2. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – PROGRAMA CDB	21
3.2.1. REQUISITOS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	22
3.2.1.1. REQUISITOS TÉCNICOS	22
3.2.1.2. REQUISITOS PEDAGÓGICOS E FUNCIONAIS	22
3.2.1.3. PROPOSTA DE DESIGN INSTRUCIONAL E VISUAL	23
3.3. ESTRUTURA INSTRUCIONAL DOS CURSOS	24
3.3.1. USABILIDADE E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO	24
3.3.2. ESTRATÉGIA DE FUNCIONAMENTO COM CURSOS SIMULTÂNEOS	24
3.3.3. ESCALA SEMANAL DE ENCONTROS PRESENCIAIS (MODELO)	25
3.3.4. DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	25
4 EIXO 3 – PLANEJAR: DEFINIR METAS E ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS	26
4.1. NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA E PARTICIPAÇÃO	27
4.1.1. ETAPAS	27
4.1.2. ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO COMUNITÁRIOS	28
4.1.3. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	28
4.1.4. COMITÊ DE METAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	28
4.1.5. RESPONSABILIDADES DO COMITÊ DE METAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	28
4.1.6. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE METAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	29
4.2. FORTALECIMENTO DOS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA E PARTICIPAÇÃO	30
4.3. PARTICIPAÇÃO JUVENIL COM JOVENS MOBILIZADORES	30
4.3.1. CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE JOVENS MOBILIZADORES	30
4.3.2. CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS	31
4.3.3. RESPONSABILIDADES DOS JOVENS MOBILIZADORES	31
5 EIXO 4 – MONITORAR: AVALIAR RESULTADOS E APRIMORAR PRÁTICAS	32
5.1. INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	33
5.2. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES E QUALIDADE DOS SERVIÇOS	33

5.3. APRENDIZAGEM CONTÍNUA E APRIMORAMENTO	34
5.4. PRINCIPAIS METAS A SEREM ALCANÇADAS	34
6 EIXO 5 – SUSTENTAR: CONSOLIDAR REDES E DAR CONTINUIDADE	35
6.1. O LEGADO DO PROGRAMA SERÁ CONSOLIDADO EM TRÊS FRENTES PRINCIPAIS:	36
6.2. CONTRIBUIÇÃO DO ICASOP PARA A SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA	36

1 MODELO DE FORMAÇÃO – METODOLOGIA APLICADA AO PROGRAMA CDB

O projeto pedagógico do Programa Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) encontra sustentação em referenciais teóricos que dialogam com a realidade dos participantes: lideranças comunitárias, moradores engajados e cidadãos adultos que trazem consigo um repertório de experiências de vida, saberes acumulados no território e necessidades práticas de transformação social.

Nesse sentido, a andragogia, conforme formulada por Malcolm Knowles, é central, pois considera que os adultos aprendem de forma distinta das crianças, valorizando a

autonomia, a aplicabilidade imediata do conhecimento e a conexão com experiências prévias. Ao reconhecer que cada participante do CDB traz consigo práticas, narrativas e vivências do cotidiano do bairro, o processo formativo não parte do “zero”, mas da valorização dessas trajetórias como ponto de partida para a construção coletiva do aprendizado.

A proposta também se ancora na perspectiva freireana, em que a educação é compreendida como prática da liberdade. Para Paulo Freire, o diálogo horizontal e a problematização da realidade são instrumentos capazes de despertar a consciência crítica e fomentar o protagonismo social. Ao serem convidados a refletir sobre as desigualdades, os desafios e as potencialidades do bairro, os participantes deixam de ocupar um papel passivo e assumem a posição de sujeitos políticos, capazes de organizar e conduzir processos transformadores.

A teoria da aprendizagem experiencial de David Kolb contribui para que a formação seja pautada no ciclo ação-reflexão-ação. No contexto do CDB, isso significa que cada oficina, encontro ou atividade deve estar conectada a práticas reais da comunidade, permitindo que os participantes experimentem, analisem os resultados, reflitam sobre suas estratégias e voltem à ação de forma qualificada. Essa metodologia favorece a aprendizagem significativa e fortalece a capacidade de resolução de problemas cotidianos.

Por fim, a abordagem socioconstrutivista de Lev Vygotsky traz o entendimento de que o conhecimento se constrói na interação social e na mediação cultural. Dentro do CDB, o coletivo é a base do processo educativo: a troca entre lideranças, moradores e facilitadores não apenas amplia a zona de desenvolvimento individual, mas gera soluções construídas de maneira comunitária, respeitando a diversidade de saberes e experiências presentes nos bairros.

Assim, ao integrar esses referenciais, o modelo pedagógico proposto reconhece que a educação comunitária não é apenas transmissão de conteúdos, mas sim um processo dialógico, experiencial e coletivo. Ele se adapta às necessidades dos adultos que vivem a realidade local, transformando cada encontro em uma oportunidade de fortalecimento das lideranças, de empoderamento dos cidadãos e de consolidação do protagonismo social nos territórios.

O desenvolvimento comunitário é um processo coletivo que se ancora na participação ativa dos cidadãos, no fortalecimento das redes sociais locais e na construção de estratégias que busquem soluções para os desafios concretos vividos nos territórios. Mais do que um conjunto de atividades, trata-se de uma jornada de mobilização e de articulação social, na qual a comunidade se reconhece como sujeito protagonista da própria transformação.

Nesse contexto, o Programa CDB – Comitê de Defesa dos Bairros assume o papel de catalisador de processos formativos e organizativos, criando espaços de diálogo, reflexão e ação voltados para a defesa de direitos, a qualificação da participação cidadã e a construção de soluções sustentáveis. Sua metodologia se estrutura em uma trilha progressiva que acompanha o amadurecimento dos participantes e dos coletivos, organizada em seis eixos complementares. Cada eixo expressa um momento fundamental do processo comunitário, que se inicia no diagnóstico da realidade local e se consolida na sustentabilidade das ações e na articulação em rede.

O Programa CDB percorre uma trilha progressiva, estruturada em seis eixos complementares, que conduzem os participantes do reconhecimento crítico da realidade à sustentabilidade de ações coletivas:

**Eixo 1 – DIAGNOSTICAR: COMPREENDER A REALIDADE LOCAL**

Este eixo corresponde ao ponto de partida da jornada. Diagnosticar significa olhar para o território a partir da perspectiva dos próprios moradores, reconhecendo seus problemas, potencialidades e dinâmicas sociais. É um processo que envolve a escuta, a análise crítica e a valorização do saber comunitário, permitindo que a comunidade produza uma leitura própria e situada de sua realidade.

Eixo 2 – CONSCIENTIZAR: FORTALECER A CIDADANIA

A conscientização é o eixo que perpassa todo o programa e que se desdobra em formações diversas, atingindo públicos distintos através de trilhas de cursos, seminários e eventos comunitários. Seu objetivo central é ampliar o conhecimento sobre direitos sociais, políticas públicas e mecanismos de participação, estimulando uma visão crítica e transformadora da cidadania. Esse eixo atua como um processo contínuo de formação e sensibilização, garantindo que os participantes tenham fundamentos sólidos para exercer o protagonismo social.

Eixo 3 – PLANEJAR: DEFINIR METAS E ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS

O eixo de planejamento busca transformar o diagnóstico e a articulação em objetivos concretos e estratégias viáveis. Ele orienta a comunidade a definir metas coletivas, priorizar ações e estabelecer critérios claros de acompanhamento. Planejar, nesse contexto, não é apenas traçar objetivos, mas criar caminhos que dialoguem com as condições reais do território, respeitando sua complexidade e potencial.

Eixo 4 – MONITORAR: AVALIAR RESULTADOS E APRIMORAR PRÁTICAS

Monitorar significa acompanhar de forma sistemática as ações desenvolvidas, refletindo sobre seus avanços, dificuldades e resultados. Esse eixo valoriza a avaliação contínua, entendida como ferramenta de aprendizado coletivo e de aperfeiçoamento das práticas. O monitoramento fortalece a transparência e a corresponsabilidade, permitindo que a comunidade se veja como autora dos avanços e corresponsável pelos ajustes necessários.

Eixo 5 – SUSTENTAR: CONSOLIDAR REDES E DAR CONTINUIDADE

O último eixo da trilha é aquele que garante a permanência e o fortalecimento do que foi construído. Sustentar significa criar condições de continuidade, seja por meio do fortalecimento institucional dos comitês, seja pela formação de redes de cooperação entre bairros, poder público, organizações sociais e iniciativa privada. É nesse eixo que se consolidam as parcerias e se garante que os esforços coletivos não se percam no tempo, mas se transformem em conquistas duradouras para a comunidade.

No que tange a operação das atividades de cada eixo, seguem os principais descritores abaixo das ações prioritárias:

2 EIXO 1 – DIAGNOSTICAR: COMPREENDER A REALIDADE LOCAL

2.1. DIAGNÓSTICO MARCO ZERO

Estabelecer o marco zero do programa representa a etapa inaugural do CDB. Seu objetivo é produzir uma leitura ampla e participativa da realidade local, servindo como base para a definição de estratégias, metas e prioridades comunitárias. Esse processo busca integrar informações quantitativas e qualitativas, valorizando tanto dados oficiais quanto a escuta e a percepção dos moradores.

Para organizar o diagnóstico, propõe-se a seguinte estrutura:

2.1.1. CONTINGENTE POPULACIONAL

Mapeamento dos diferentes grupos que compõem a comunidade, com atenção especial às diversidades e vulnerabilidades sociais:

- Número total de moradores;
- Estrutura etária: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;
- Famílias chefiadas por mulheres (mães solas) e famílias chefiadas por homens (pais solas);
- Perfil de raça/etnia predominante e diversidade cultural;
- Pessoas com deficiência;
- Situação de migrantes e população em mobilidade (quando existente).

2.1.2. SERVIÇOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS

- Levantamento da rede de serviços que atende o território:
- Saúde: unidades básicas, hospitais, serviços especializados;
- Educação: escolas de educação infantil, fundamental, médio e superior;
- Assistência social: CRAS, CREAS, abrigos, programas de transferência de renda;
- Segurança pública: delegacias, batalhões, bases comunitárias;
- Infraestrutura comunitária: praças, parques, espaços esportivos, centros culturais e bibliotecas.

2.1.3. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, ASSOCIAÇÕES E COLETIVOS

Mapeamento dos atores sociais organizados presentes na comunidade:

- Associações de moradores;
- Organizações sociais formais (ONGs, OSCs, fundações);
- Coletivos juvenis, culturais e esportivos;
- Grupos religiosos e de fé;
- Movimentos de mulheres, negros, juventudes e populações tradicionais.

2.1.4. POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS

- Identificação das políticas públicas presentes no território e da articulação com o poder público;
- Programas e projetos municipais, estaduais e federais em andamento;
- Presença de conselhos locais de políticas públicas (saúde, educação, assistência, direitos da criança e do adolescente, entre outros);
- Ações específicas voltadas para grupos em situação de vulnerabilidade.

2.1.5. EMPREGO, RENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Análise da situação socioeconômica do território:

- Principais atividades econômicas (comércio, serviços, indústria, agricultura etc.);
- Taxa estimada de emprego e desemprego;
- Tipos de ocupação predominantes (formal/informal);
- Perfil empreendedor local (micro e pequenos negócios, economia solidária, cooperativas);
- Iniciativas de qualificação profissional e empregabilidade.

2.1.6. DEMANDAS DA POPULAÇÃO

- Levantamento das principais necessidades e reivindicações dos moradores, a partir de consultas, assembleias e instrumentos participativos;
- Infraestrutura: transporte, saneamento básico, habitação, iluminação, pavimentação;
- Educação: qualidade do ensino, acesso a creches, evasão escolar;
- Saúde: atendimento, especialidades médicas, tempo de espera, equipamentos;
- Cultura: acesso a atividades culturais, bibliotecas, centros culturais;
- Esporte e lazer: espaços adequados, equipamentos, programas de incentivo;
- Trabalho e renda: oportunidades de emprego, programas de capacitação, apoio ao empreendedorismo;
- Segurança: sensação de segurança, prevenção à violência, programas comunitários;
- Assistência social: fortalecimento da rede de proteção, acompanhamento a famílias em vulnerabilidade.

2.1.7. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A depender do território, outros elementos podem ser incorporados ao diagnóstico:

- Sustentabilidade ambiental e gestão de resíduos;
- Mobilidade urbana;
- Acesso digital e inclusão tecnológica;
- Situações de violência (doméstica, de gênero, racial, juvenil);
- Impactos de políticas habitacionais e urbanísticas.

O diagnóstico comunitário (Marco Zero) deve resultar em um dossiê do território e um banco de dados do mapa municipal consolidado com informações sistematizadas em relatórios, mapas e gráficos, mas também em narrativas construídas coletivamente. Esse material se torna referência para todos os eixos seguintes, permitindo que as estratégias do Programa CDB estejam enraizadas na realidade concreta e legitimadas pela comunidade.

Para estabelecer o marco zero após o processo de escolha da empresa de pesquisa que irá desenvolver os dados da pesquisa, deverá seguir as seguintes etapas:

2.1.8. ETAPAS DO PROCESSO

2.1.8.1. LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

- Definição dos indicadores de dados a serem levantados;
- Estruturação do formulário de coleta de dados;
- Validação da estrutura dos dados a serem coletados com a Secretaria de Juventude e Participação Popular;
- Formação e preparação dos agentes territoriais para a aplicação dos instrumentos de coleta;
- Aplicação dos instrumentos de coleta organizados por contingente populacional, serviços públicos, associações, políticas locais, economia, demandas sociais e demais aspectos relevantes.
- Integração de fontes: dados oficiais (IBGE, CadÚnico, secretarias municipais) + levantamento comunitário (escuta, questionários, rodas de diálogo).
- A sistematização dos resultados serão apresentados nos formatos de cartografia social, georreferenciamento com análise técnica de cada território.

2.1.9. APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO ÀS EQUIPES INTERNAS

- Reunião de trabalho com a equipe de gestão do programa para validação da metodologia e primeiros achados.
- Encontro de análise crítica com a equipe de gestão pedagógica, visando integrar os resultados à proposta formativa e às trilhas de cursos.

2.1.10. VALIDAÇÃO INSTITUCIONAL

- Apresentação preliminar à Secretaria da Juventude e Participação Popular, garantindo alinhamento político e legitimidade institucional.

- Ajustes no relatório a partir das contribuições da secretaria e dos parceiros públicos.

2.1.11. EVENTO DE LANÇAMENTO E DEVOLUTIVA PÚBLICA

- Organização de um evento municipal para divulgação oficial dos resultados, com presença da comunidade, gestores públicos, lideranças locais e imprensa.
- Lançamento do Mapa dos Bairros, instrumento visual e acessível que sintetiza os principais dados levantados.
- Espaço de diálogo para que os moradores reconheçam sua realidade representada no diagnóstico e contribuam com novos elementos.

2.1.12. USO DOS RESULTADOS

- Os resultados do diagnóstico constituirão subsídio central para a elaboração dos Planos de Ação dos Bairros, orientando decisões e intervenções locais.
- As informações levantadas passarão a pautar as prioridades do Comitê de Políticas Públicas, servindo de referência para estratégias de articulação, planejamento e mobilização comunitária nos territórios.
- Deverá constar nos termos contratuais da empresa executora da pesquisa de que a propriedade dos dados produzidos e seus respectivos usos será de propriedade do Município de Maricá e do ICASOP, garantindo a titularidade pública das informações para fins de desenvolvimento de políticas públicas.
- Todo o processo observará rigorosamente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurando a proteção, confidencialidade e uso ético dos dados coletados.

2.1.13. GESTÃO DA INFORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

A gestão da informação é um eixo central do Programa CDB, garantindo que o diagnóstico inicial (Marco Zero) não seja um retrato estático do território, mas sim uma base de dados dinâmica, retroalimentada e permanentemente atualizada. Essa estratégia assegura que o programa disponha de informações consistentes, transparentes e acessíveis para orientar a tomada de decisões, tanto dos Comitês de Defesa dos Bairros quanto das políticas públicas locais.

2.1.14. PLATAFORMA DE GESTÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES

Será implantada uma plataforma digital de monitoramento, administrada pelos analistas de sistema e pelo georreferenciador, que funcionará como repositório central de dados do programa. Essa plataforma terá:

- Gestão administrativa: controle de acessos, inclusão de variáveis e criação de novos filtros de análise;
- Relatórios dinâmicos: geração automática de relatórios com múltiplos recortes (por bairros, segmentos populacionais, políticas públicas e áreas temáticas);
- Mapeamento territorial: visualização georreferenciada dos dados em mapas dinâmicos, permitindo a análise espacial das vulnerabilidades e ativos comunitários.

2.1.15. RETROALIMENTAÇÃO CONTÍNUA

A atualização dos dados será feita de forma permanente, com possibilidade de inserção de novas informações pela equipe dos agentes locais e pelos coordenadores de bairro. Essa retroalimentação ocorrerá em dois níveis:

- Atualização periódica: de forma contínua nas visitas e nos encontros presenciais e eventos realizados, assim como a qualquer tempo em que os moradores das localidades nos procurarem nos polos regionais para as devidas necessidades;
- Inclusão emergencial: situações específicas ou demandas urgentes poderão gerar atualizações pontuais, refletindo a realidade em tempo real.

2.1.16. FLEXIBILIDADE E CUSTOMIZAÇÃO

A plataforma ainda terá a capacidade de adaptação às necessidades do programa e das políticas públicas locais. Os analistas poderão criar novos filtros, indicadores e relatórios de acordo com as prioridades de cada momento, garantindo flexibilidade e responsividade.

2.1.17. PRODUÇÃO DE EVIDÊNCIAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Os relatórios e mapas gerados servirão como subsídio técnico para a formulação de planos de ação dos bairros e para a definição das prioridades do Comitê de Políticas Públicas, além de apoiar a elaboração de novas políticas públicas e sociais.

2.1.18. GOVERNANÇA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- Propriedade dos dados: será garantido em contrato que os dados produzidos pertencem ao município e ao ICASOP, preservando a titularidade pública.
- LGPD: todo o processo seguirá rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados, assegurando privacidade, ética e confidencialidade na coleta, tratamento e uso das informações.
- Transparência: parte das informações será disponibilizada em relatórios públicos e acessíveis, fortalecendo o controle social e a participação cidadã.

3 EIXO 2 – CONSCIENTIZAR: FORTALECER A CIDADANIA

O eixo conscientizar constitui a dimensão formativa do Programa CDB, orientado para o fortalecimento da cidadania e para a construção de capacidades críticas e participativas nos territórios. Ele compreende que a transformação social ocorre a partir da formação política, cidadã e comunitária, em um processo que integra teoria e prática.

A base metodológica está sustentada no método de desenvolvimento comunitário e na andragogia, reconhecendo que os adultos aprendem a partir de suas experiências de vida, de seus contextos e da aplicabilidade imediata do conhecimento. Assim, cada formação será planejada para partir da realidade dos participantes, conectando seus saberes prévios à construção de novos conhecimentos que os empoderem como sujeitos sociais ativos.

O curso a ser oferecido nesse eixo será desenvolvido em formato híbrido, conciliando atividades presenciais e a distância, de modo a ampliar o alcance, garantir a continuidade do processo formativo e proporcionar flexibilidade aos participantes.

- Ambiente Virtual de Aprendizagem (EAD): espaço onde serão disponibilizados os conteúdos teóricos, videoaulas, materiais didáticos e fóruns de interação. Essa dimensão subsidia a construção conceitual sobre cidadania, direitos, políticas públicas e metodologias de articulação comunitária.
- Ações Presenciais (mão na massa): encontros presenciais mediados por educadores, voltados para dinâmicas práticas, oficinas colaborativas, debates comunitários e simulações que aproximem o aprendizado da realidade cotidiana dos bairros.

Esse formato permitirá que a formação não seja apenas um espaço de transmissão de conteúdos, mas uma trilha de aprendizagem participativa, onde a teoria é consolidada

pela prática e a prática ganha sentido através da teoria. O papel dos educadores-mediadores será essencial, conduzindo os processos de reflexão crítica, promovendo a troca de experiências entre os participantes e incentivando a apropriação dos conteúdos como ferramentas de ação coletiva.

Ao longo da jornada formativa do eixo conscientizar, os participantes não apenas desenvolverão maior compreensão sobre seus direitos e deveres, mas também fortalecerão suas competências de articulação, diálogo e mobilização social, preparando-se para atuar de forma efetiva nos Comitês de Defesa dos Bairros e em outros espaços de participação popular.

3.1. PROPOSTA DE CURSOS E CICLOS FORMATIVOS

3.1.1. CURSO 1 – FORMAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL

Carga Horária: 40h (20h online + 20h presenciais)

Ementa:

Estudo da participação popular e da democracia participativa, abordando conselhos, fóruns e conferências, além de métodos de mobilização social, engajamento comunitário e ferramentas digitais para fortalecimento da cidadania. O curso promove também a compreensão do ciclo de políticas públicas e do papel do controle social na gestão pública.

Unidades de Aprendizagem:

1. Democracia participativa e marcos legais da participação social.
2. Conselhos, conferências e fóruns: funcionamento e importância.
3. Mobilização comunitária e engajamento social.
4. Ferramentas digitais e participação cidadã em ambientes virtuais.
5. Planejamento e acompanhamento de políticas públicas.

Perfil esperado ao final do curso:

Profissional ou liderança comunitária capaz de compreender os instrumentos de participação popular, mobilizar coletivos e acompanhar políticas públicas locais, articulando ações entre sociedade civil e poder público.

3.1.2. CURSO 2 – EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E MÍDIAS COMUNITÁRIAS

Carga Horária: 50h (30h online + 20h presenciais)

Ementa:

Estudo da educação midiática e da comunicação popular como ferramentas de

transformação social. Aborda produção de conteúdos comunitários em diferentes formatos, uso de mídias digitais para mobilização, combate à desinformação e fortalecimento do protagonismo juvenil.

Unidades de Aprendizagem:

1. Educação midiática, comunicação popular e jornalismo comunitário.
2. Produção de conteúdos audiovisuais e digitais.
3. Técnicas de fotografia, vídeo e jornalismo cidadão.
4. Campanhas comunitárias e materiais gráficos/digitais.
5. Fake news e desinformação: estratégias de enfrentamento.

Perfil esperado ao final do curso:

Participante apto a produzir conteúdos críticos e educativos, utilizar mídias comunitárias como ferramenta de mobilização social e atuar na promoção de narrativas locais que fortaleçam a identidade e o protagonismo comunitário.

3.1.3. CURSO 3 – DIREITOS HUMANOS E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMUNITÁRIOS

Carga Horária: 45h (25h online + 20h presenciais)

Ementa:

Estudo dos fundamentos dos direitos humanos aplicados ao contexto comunitário, estratégias de mediação de conflitos e cultura de paz. Discute justiça restaurativa, segurança pública e o papel dos agentes comunitários na prevenção de violências.

Unidades de Aprendizagem:

1. Fundamentos dos direitos humanos no contexto comunitário.
2. Mediação de conflitos: conceitos, técnicas e práticas.
3. Justiça restaurativa e segurança cidadã.
4. O papel dos comitês e agentes comunitários na prevenção da violência.
5. Cultura de paz e convivência cidadã.

Perfil esperado ao final do curso:

Liderança ou agente comunitário preparado para atuar como mediador de conflitos, defensor dos direitos humanos e promotor da cultura de paz nos territórios.

3.1.4. CURSO 4 – POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Carga Horária: 40h (20h online + 20h presenciais)

Ementa:

Estudo das políticas públicas brasileiras, sua estrutura, financiamento e ciclo de gestão. O curso aborda também estratégias de desenvolvimento territorial, diagnóstico participativo e planejamento estratégico comunitário.

Unidades de Aprendizagem:

1. Estrutura e funcionamento das políticas públicas no Brasil.
2. Planejamento, financiamento e execução de políticas sociais.
3. Diagnóstico participativo e desenvolvimento territorial.
4. Participação cidadã na formulação de políticas locais.
5. Planejamento estratégico comunitário.

Perfil esperado ao final do curso:

Participante capaz de analisar criticamente políticas públicas, propor estratégias de desenvolvimento local e articular ações integradas para o fortalecimento comunitário.

3.1.5. CURSO 5 – SEGURANÇA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA

Carga Horária: 50h (25h online + 25h presenciais)

Ementa:

Estudo das dinâmicas da violência urbana e das estratégias de prevenção em diálogo com os direitos humanos. Explora políticas públicas de segurança, papel da educação e cultura, e construção de comitês comunitários de proteção.

Unidades de Aprendizagem:

1. Fundamentos da segurança cidadã e dos direitos humanos.
2. Dinâmicas da violência urbana e fatores de risco/proteção.
3. Estratégias de prevenção primária, secundária e terciária.
4. Educação, cultura e esporte como eixos de prevenção.
5. Criação e fortalecimento de comitês comunitários de proteção.

Perfil esperado ao final do curso:

Participante apto a propor estratégias preventivas de segurança comunitária, analisar políticas de segurança e articular comitês locais para enfrentamento da violência urbana.

3.1.6. CURSO 6 – FORMAÇÃO PARA LIDERANÇAS POPULARES

Carga Horária: 45h (25h online + 20h presenciais)

Ementa:

Estudo das bases da liderança comunitária e popular, técnicas de comunicação, gestão de projetos sociais, captação de recursos e estratégias de advocacia. Trabalha ainda habilidades socioemocionais voltadas para a atuação em contextos coletivos.

Unidades de Aprendizagem:

1. Fundamentos da liderança popular e participação social.
2. Comunicação, oratória e mobilização comunitária.
3. Gestão de projetos sociais e captação de recursos.
4. Estratégias de incidência política e advocacy.
5. Inteligência emocional e habilidades interpessoais.

Perfil esperado ao final do curso:

Liderança popular preparada para mobilizar comunidades, articular redes sociais e políticas, gerir projetos comunitários e atuar de forma estratégica na defesa de direitos e transformação social.

3.2. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – PROGRAMA CDB

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será desenvolvido na plataforma Moodle, reconhecida mundialmente por sua flexibilidade, código aberto e capacidade de personalização. O Moodle permite que instituições adaptem o espaço virtual de acordo com suas necessidades pedagógicas, organizacionais e visuais, garantindo tanto a gestão administrativa quanto a interação dinâmica com os estudantes.

No contexto do Programa CDB – Comitê de Defesa dos Bairros, o AVA será um espaço central de formação cidadã, combinando teoria e prática em formato híbrido (presencial + online). Ele funcionará como repositório de conteúdos, canal de comunicação entre participantes e mediadores, e ambiente de acompanhamento da jornada formativa.

A proposta pedagógica se ancora na andragogia e no desenvolvimento comunitário, com foco em oferecer aos cursistas materiais acessíveis, interativos e aplicáveis à realidade social. Dessa forma, o AVA será não apenas um espaço de estudo, mas também uma ferramenta de mobilização e fortalecimento da cidadania.

3.2.1. REQUISITOS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM**3.2.1.1. REQUISITOS TÉCNICOS**

- Plataforma Moodle com suporte em HTML5 e design responsivo (compatível com computadores, tablets e smartphones).

- Customização visual com identidade do ICASOP e da Secretaria Municipal de Juventude e Participação Popular (cores em tons pasteis, predominância do bordô/vermelho).
- Integração com sistemas de autenticação e possibilidade de autoinscrição nos períodos de matrícula, mediante preenchimento dos dados solicitados pelo programa.
- Ferramenta de geração de relatórios gerenciais: número de inscritos, acessos, progressão nos cursos, emissão de certificados.
- Painel de progressão individual para cada cursista, com barra de evolução.
- Agenda de eventos destacada na página inicial.
- Diferentes níveis de perfis de acesso:
 - Administrador: gestão plena do sistema e usuários.
 - Gerente: configuração de cursos, relatórios e matrículas.
 - Professor: inserção de conteúdos, acompanhamento e avaliação dos alunos.
 - Aluno: acesso aos cursos e atividades.

3.2.1.2. REQUISITOS PEDAGÓGICOS E FUNCIONAIS

- Organização modular das formações (por curso e unidades de aprendizagem).
- Biblioteca de recursos digitais: upload de apostilas, videoaulas, infográficos, podcasts.
- Ferramentas de avaliação: exercícios de fixação com até 5 questões por unidade de aprendizagem, fóruns de discussão e quizzes automáticos.
- Recursos de gamificação (badges, certificados digitais, mensagens de incentivo).
- Geração de relatórios pedagógicos (por curso, por aluno e por unidade de aprendizagem).
- Acessibilidade: recursos compatíveis com leitores de tela, legendas em videoaulas e contraste adequado.
- Integração com videoconferência (Zoom, Meet ou Teams) para aulas síncronas.
- Repositório “Se Liga na Dica da Prática” com orientações práticas relacionadas ao conteúdo de cada unidade.
- Módulo “Saiba Mais” para leituras complementares e aprofundamento.

3.2.1.3. PROPOSTA DE DESIGN INSTRUCIONAL E VISUAL

O design do AVA deve prezar por uma experiência de aprendizagem limpa, intuitiva e acolhedora, garantindo fácil navegação para os diferentes perfis de usuários.

Layout e Identidade Visual

- Paleta de cores a ser definido no início do desenvolvimento da plataforma em conjunto com os atores envolvidos.
- Logo do ICASOP e da Secretaria Municipal de Juventude e Participação Popular na página inicial.
- Painéis de navegação simplificados com ícones intuitivos (curso, agenda, relatórios, biblioteca).
- Banner inicial com destaque para o nome do programa e chamadas para inscrições e eventos.

3.3. ESTRUTURA INSTRUCIONAL DOS CURSOS

Cada curso no AVA seguirá uma estrutura-padrão, facilitando a organização dos conteúdos e a experiência do participante:

1. Acolhida e Introdução – mensagem inicial, vídeo de boas-vindas e orientações sobre o curso.
2. Unidades de Aprendizagem – cada unidade conterà:
 - o Apostila digital (PDF) com os conceitos centrais.
 - o Videoaula curta (10–15 minutos).
 - o Infográfico ilustrativo.
 - o Saiba Mais – link para leitura complementar ou indicação bibliográfica.
 - o Exercícios de Fixação – até 5 questões objetivas ou dissertativas.
 - o Se Liga na Dica da Prática – orientação prática para aplicação do conteúdo no território.
3. Fórum de Discussão – espaço de interação entre cursistas e professores.
4. Avaliação Final – atividade avaliativa e devolutiva com feedback.
5. Certificação – emissão automática de certificado mediante cumprimento da carga horária e atividades.

3.3.1. USABILIDADE E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

- Navegação simples e linear: cursos → unidades → recursos → avaliação.

- Botões de acesso rápido (agenda, relatórios pessoais de progresso).
- Notificações automáticas de prazos e novos conteúdos.
- Compatibilidade mobile (responsividade para celular).

3.3.2. ESTRATÉGIA DE FUNCIONAMENTO COM CURSOS SIMULTÂNEOS

a. Organização Geral

- Os seis cursos são ofertados simultaneamente em todos os polos.
- Cada curso terá sua carga EAD (disponível no Moodle) + presencial (oficinas nos polos).
- Os encontros presenciais acontecem semanalmente em dias fixos, permitindo que cada curso tenha um espaço garantido na agenda de cada polo.
- Cada cursista escolhe o curso no momento da inscrição e comparece semanalmente ao polo correspondente para suas aulas presenciais.

3.3.3. ESCALA SEMANAL DE ENCONTROS PRESENCIAIS (MODELO)

Polo A, Polo B, Polo C e Polo D – todos seguem a mesma escala

- Segunda-feira (18h–21h): Curso 1 – Participação Popular e Controle Social
- Terça-feira (18h–21h): Curso 2 – Educação Midiática e Mídias Comunitárias
- Quarta-feira (18h–21h): Curso 3 – Direitos Humanos e Mediação de Conflitos Comunitários
- Quinta-feira (18h–21h): Curso 4 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial
- Sexta-feira (18h–21h): Curso 5 – Segurança e Prevenção da Violência Urbana
- Sábado (9h–12h): Curso 6 – Formação para Lideranças Populares

Dessa forma, cada polo oferece todos os cursos na mesma semana, em dias diferentes, garantindo acesso pleno aos participantes.

3.3.4. DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

- Encontros semanais presenciais → cada curso terá 1 encontro fixo por semana no polo.
- Carga horária presencial → acumulada ao longo de 2 meses (20h a 25h conforme curso).
- Carga horária EAD → cursistas avançam no Moodle em paralelo (apostilas, videoaulas, exercícios, fóruns).

- Ciclos bimestrais → ao final de cada 2 meses, conclui-se um pacote de cursos, podendo abrir nova turma para inscrições.

4 EIXO 3 – PLANEJAR: DEFINIR METAS E ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS

No âmbito deste eixo, as ações serão direcionadas à formação dos **Núcleos Comunitários de Defesa e Participação** e à **constituição do Comitê Municipal de Políticas Públicas**, instâncias fundamentais para assegurar a participação social, a representatividade e a construção coletiva das metas e prioridades de cada território.

A formação dos **Grupos Articuladores dos Bairros** ocorrerá a partir da mobilização comunitária, contemplando representantes de serviços locais, organizações da sociedade civil, beneficiários de políticas públicas e jovens moradores. Esses grupos terão a responsabilidade de conduzir o processo de diagnóstico, elaboração e acompanhamento dos planos de ação em seus territórios, funcionando como núcleos de articulação e liderança comunitária.

De forma complementar, o **Comitê de Metas de Políticas Públicas** será constituído como instância de consolidação das demandas locais, garantindo que as metas e prioridades definidas pelos bairros, organizadas por polos regionais, sejam debatidas em um espaço ampliado de governança participativa. Esse comitê contará, além das representações comunitárias, com a participação dos secretários municipais e de profissionais e equipes com poder decisório, assegurando a efetiva interlocução com a gestão pública. A partir desse processo, será construído um pacote de metas municipais, que representará o compromisso do município ao longo da jornada de participação e construção das prioridades dos territórios.

A metodologia do projeto CDB foi concebida com o objetivo de estruturar a execução das atividades de forma eficiente e organizada, garantindo a entrega dos resultados esperados. A abordagem adotada considera a integração de diferentes atores, processos e tecnologias para a construção de soluções inovadoras.

4.1. NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA E PARTICIPAÇÃO

Os Núcleos Comunitários de Defesa e Participação deverão seguir uma trilha de participação ao longo da jornada, avançando progressivamente no processo de fortalecimento da participação popular. Essa trajetória inclui: a constituição dos grupos conforme os critérios previamente estabelecidos; a participação nos encontros de sensibilização e formação (presenciais e em modalidade EAD, possibilitando o

engajamento de um maior número de moradores dos bairros); a elaboração colaborativa do Plano de Ação Local; e o acompanhamento sistemático dos encontros do Comitê de Metas de Políticas Públicas.

4.1.1. ETAPAS

- **Constituição dos Núcleos Comunitários de Defesa e Participação**
- Seleção, sensibilização e capacitação de lideranças comunitárias sobre o CDB.
- Constituição e formação das equipes de quatro Grupos Regionais de Defesa e Participação.
- Mobilização comunitária e divulgação do programa.
- Pesquisa Participante e Diagnóstico Comunitário
- Formação dos 450 agentes locais e jovens pesquisadores para coleta de dados.
- Aplicação de questionários e realização de entrevistas para constituição do marco zero do programa.
- Sistematização dos dados coletados em observância a Lei Geral de Proteção de Dados.
- Produção de relatórios de resultados e realização de seminários de apresentação.

4.1.2. ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO COMUNITÁRIOS

- Definição de prioridades locais com base no diagnóstico.
- Estruturação do plano de ação de forma coletiva.
- Definição de metas e resultados esperados.
- Plenária de apresentação dos resultados com governantes e comunidade.

4.1.3. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

- Execução das ações conforme planejamento coletivo.
- Monitoramento contínuo dos impactos e desafios enfrentados.
- Revisão e ajuste das estratégias de ação conforme necessidade.

4.1.4. COMITÊ DE METAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Comitê de Metas de Políticas Públicas deverá ser um espaço estratégico dentro do Programa CDB que tem como objetivo garantir a articulação intersetorial e a mobilização de formuladores de políticas públicas para a construção e monitoramento de ações externas para o desenvolvimento local e a participação popular. Esse comitê será responsável por transformar as demandas e propostas levantadas pelos **Núcleos**

Comunitários de Defesa e Participação em políticas públicas efetivas, promovendo um modelo de governança participativa que integra a sociedade civil e o poder público municipal.

4.1.5. RESPONSABILIDADES DO COMITÊ DE METAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Definição de Metas Estratégicas para Políticas Públicas o Estabelecer metas prioritárias com base nas demandas coletadas pelos Grupos Articuladores Locais, garantindo que cada secretaria municipal contribua dentro de sua competência, criando indicadores e mecanismos de avaliação para acompanhar o impacto das políticas inovadoras.
2. Monitoramento e avaliação das ações governamentais acompanhando os resultados das ações adotadas e propor ajustes conforme necessário, com o suporte da elaboração de relatórios periódicos com os avanços e desafios de cada política pública vinculada ao CDB.
3. Articulação entre Governo e Sociedade Civil a fim de garantir a comunicação direta entre os grupos articuladores, a equipe de gestão do programa e os órgãos públicos para viabilizar a execução das políticas públicas propostas, com a promoção de reuniões abertas para o acompanhamento das ações, permitindo que representantes da comunidade apresentem avaliações e sugestões.
4. Criação de Planos de Ação Intersetoriais integrando as diversas secretarias municipais na formulação de ações conjuntas, garantindo eficiência e otimização de recursos públicos, com estratégias que promovam a inclusão social, o acesso a serviços essenciais e o fortalecimento das comunidades.
5. Promoção da Transparência e Controle Social com a criação de plataformas digitais para divulgar metas, ações realizadas e indicadores de impacto, estabelecendo mecanismos de consulta pública, como audiências e enquetes online, para validar a implementação das políticas.

4.1.6. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE METAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Composição do Comitê de Metas de Políticas Públicas composto por representantes do poder público e da sociedade civil, garantindo ampla participação e articulação entre diferentes setores:

- Secretários Municipais de todas as pastas (Educação, Saúde, Direitos Humanos, Cultura, Juventude, Segurança, Meio Ambiente, Assistência Social e Cidadania etc.);
- Coordenador Geral do Programa CDB (responsável pela organização e condução das reuniões);
- Coordenador Técnico do Programa CDB (para garantir a integração metodológica entre pesquisa, diagnóstico e formulação de políticas).
- Coordenador de Relacionamento com as Comunidades (para intermediar a comunicação entre a população e os órgãos governamentais).
- Georreferenciador (para mapear as demandas e impactos das políticas públicas nos territórios).
- Representantes dos Grupos Articuladores Locais (garantindo a voz das comunidades na formulação das políticas públicas).
- Representantes de Conselhos Municipais (como Conselho da Juventude, da Saúde, da Educação e do Meio Ambiente, garantindo alinhamento com políticas já existentes).

4.2. FORTALECIMENTO DOS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA E PARTICIPAÇÃO

- Consolidação da CDB como espaço de articulação permanente.
- Criação de espaços de diálogo e escuta ativa entre comunidade e governo.
- Realização de eventos e fóruns para fortalecimento do comitê.

4.3. PARTICIPAÇÃO JUVENIL COM JOVENS MOBILIZADORES

- Criação de Grupos de Jovens Mobilizadores em Maricá, com formação em Educação midiática representando os 75 núcleos dos bairros divididos pelos polos regionais implantados.
- Formação contínua em mídia comunitária, produção de conteúdos, campanhas impressas na cidade com lambe lambe, nas mídias sociais, e por fim, promoção da mobilização social dos jovens da cidade em conjunto com os Jovens Mobilizadores.
- Estabelecimento de bolsas mensais para os Jovens Mobilizadores.

4.3.1. CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE JOVENS MOBILIZADORES

Os jovens mobilizadores são os protagonistas das ações de comunicação dos seus polos regionais, dando voz as ações dos núcleos que compõe o polo, realizando

atividades de cobertura jornalísticas no formato de educomunicação nas atividades dos núcleos, e dos eventos do programa.

4.3.2. CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS

- As inscrições deverão ocorrer por meio de edital específico de seleção;
- Os 40 jovens pré-selecionados como aptos no edital deverão participar de uma formação EAD e Presencial em educomunicação e em social;
- Desses 40, ao final do ciclo formativo, haverá uma avaliação por meio de uma redação para seleção final dos 10 jovens mobilizadores que terão direito a uma bolsa estágio de R\$ 1.200 por mês, para o qual acompanharão e desenvolverão as atividades ao longo de 12 meses;

O curso destinado aos jovens mobilizadores está previsto no Eixo 2 – Conscientizar: Fortalecer a Cidadania, especificamente no Curso 2 – Educação Midiática e Mídias Comunitárias.

4.3.3. RESPONSABILIDADES DOS JOVENS MOBILIZADORES

Os jovens mobilizadores terão papel estratégico na difusão das ações do programa, devendo cumprir as seguintes responsabilidades:

1. Reportar-se diretamente ao Coordenador de Comunicação do Programa CDB, seguindo as orientações repassadas.
2. Participar ativamente dos ciclos de formação e treinamento em comunicação e educomunicação promovidos pelo programa.
3. Executar a agenda de ações de comunicação nos polos, conforme definido pela liderança de comunicação.
4. Atualizar e manter em atividade as mídias sociais e o site do programa, garantindo a publicação de conteúdos somente após a aprovação da liderança de comunicação.
5. Propor campanhas de sensibilização voltadas a diferentes públicos do programa, de acordo com a agenda previamente estabelecida.
6. Participar dos encontros de sensibilização sobre os temas de comunicação, bem como das reuniões de planejamento e acompanhamento do trabalho.
7. Cumprir as 20h semanais presencialmente nos polos de referência;

Ao propor ações de participação, mobilização comunitária e formação, o programa garante o fortalecimento do sentimento de pertencimento e coloca a participação popular como eixo central do CDB. Trata-se de um processo que exige mecanismos consistentes de comunicação, sensibilização, monitoramento de resultados e foco estratégico, de modo a assegurar que a trilha de ações seja cumprida de forma contínua e efetiva.

Esse cuidado busca evitar a reprodução de discussões infundadas ou a criação de espaços de participação sem planejamento e sem escuta qualificada. É nesse sentido que se estruturam as estratégias apresentadas, sustentadas por diferentes instrumentos de monitoramento e avaliação, capazes de garantir coerência, legitimidade e efetividade ao longo de toda a jornada.

5 EIXO 4 – MONITORAR: AVALIAR RESULTADOS E APRIMORAR PRÁTICAS

O eixo de monitoramento se propõe a consolidar uma estratégia de gestão de programas que combine boas práticas internacionais e nacionais em gerenciamento de projetos, inspiradas em referenciais como PMBOK, PMI e PMDPro, mas adaptadas à realidade comunitária do Programa CDB.

Nesse sentido, o ICASOP desenvolverá um Manual Próprio de Gerenciamento de Programas, com metodologias e ferramentas aplicáveis ao contexto pedagógico e comunitário. Esse manual contemplará desde a definição de escopo, estrutura analítica do projeto (EAP), identificação e gestão de riscos, até os mecanismos de correção ágil de rotas, garantindo maior eficiência e flexibilidade na condução das ações.

5.1. INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Para assegurar a padronização e a rastreabilidade das ações, será disponibilizado um pacote de instrumentos pedagógicos e administrativos, tais como:

- Modelo de lista de presença para cursos, oficinas, workshops e eventos;
- Modelo de Plano de Ação para os núcleos comunitários;
- Termo de Consentimento para coleta de dados e informações pessoais, em conformidade com a LGPD;
- Modelos de relatórios de acompanhamento periódicos dos núcleos e do Comitê de Metas de Políticas Públicas;
- Painel de Gestão à Vista, permitindo o monitoramento contínuo de resultados e o acompanhamento transparente das metas pedagógicas e comunitárias;

- Reuniões de Checkpoint, voltadas a comunicações mais ágeis, alinhamento e acompanhamento de atividades.
- Avaliações Externas, com agências de pesquisa que irão apoiar na construção do marco zero e nos apoiar na análise dos resultados ao final do primeiro ciclo de um ano do programa;

5.2. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

O processo de avaliação será baseado em uma combinação de métricas quantitativas e qualitativas, de modo a mensurar resultados e captar percepções:

- Net Promoter Score (NPS): aferição da satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados;
- Indicadores de qualidade das ações pedagógicas e comunitárias;
- Dados qualitativos dos beneficiários, valorizados como insumos centrais, por meio de rodas de conversa, depoimentos, grupos focais e registros narrativos, que possibilitam compreender de forma profunda os impactos gerados.

5.3. APRENDIZAGEM CONTÍNUA E APRIMORAMENTO

O monitoramento não se limita ao controle, mas deve ser compreendido como um processo de aprendizagem institucional e comunitária. A partir dos relatórios, dos feedbacks e das avaliações, o programa poderá aprimorar suas práticas, corrigir rotas de maneira ágil e consolidar estratégias inovadoras, garantindo a evolução permanente do Programa CDB.

5.4. PRINCIPAIS METAS A SEREM ALCANÇADAS

- Implantação de **4 Polos Regionais de Mobilização Comunitária**, com estrutura física compatível (salas multiuso, espaços de atendimento, ambientes administrativos e recursos tecnológicos).
- **Formalização e ativação dos 75 Núcleos Comunitários de Defesa e Participação**, definidos a partir de cartografia social e georreferenciamento, considerando a realidade social e espacial dos bairros.
- Constituição dos **Grupos Articuladores Regionais de Defesa e Participação**, elo permanente entre polos, núcleos e a gestão central do programa.
- **Seleção de 450 agentes comunitários e 10 jovens mobilizadores**, priorizando pessoas com vínculo com os territórios.

- Capacitação técnico-operacional em políticas públicas, mobilização social, comunicação comunitária, mapeamento territorial, escuta ativa e mediação de conflitos.
- Realização de processos sistemáticos de escuta ativa, por meio de entrevistas, rodas de conversa, oficinas temáticas e visitas domiciliares.
- Aplicação de cartografia social participativa, integrando dados georreferenciados com percepções comunitárias (mapas afetivos, vulnerabilidades e potencialidades dos bairros).
- **Elaboração de diagnósticos territoriais participativos por Núcleo**, consolidando dados quantitativos e qualitativos sobre demandas sociais, serviços públicos, vulnerabilidades e potencialidades.
- **Organização de encontros trimestrais por Polo (mínimo de 3 por trimestre)** para socialização dos diagnósticos, mobilização comunitária e pactuação de prioridades.
- **Construção coletiva dos Planos de Ação Comunitários** em cada Núcleo, definindo metas, estratégias e indicadores.
- **Implementação de 50 ações comunitárias pactuadas**, nas áreas de educação, cultura, sustentabilidade, fortalecimento das redes locais, segurança cidadã e acesso a serviços públicos.
- **Criação do Comitê de Políticas Públicas e Gestão de Metas**, com participação de lideranças comunitárias, Grupos Articuladores e órgãos municipais, responsável por acompanhar a execução dos planos, propor diretrizes e articular ações intersetoriais.
- Produção de relatórios anuais por região, contendo diagnósticos, avanços e recomendações.

6 EIXO 5 – SUSTENTAR: CONSOLIDAR REDES E DAR CONTINUIDADE

O eixo de sustentabilidade tem como propósito assegurar que os resultados do Programa CDB ultrapassem o período de execução formal, consolidando redes, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo a autonomia dos territórios. A sustentabilidade, neste contexto, não se limita a recursos financeiros, mas se fundamenta no empoderamento das pessoas, por meio do acesso à informação, de processos de formação e da criação

de espaços de pertencimento, capazes de fortalecer a identidade comunitária e a capacidade de ação coletiva.

A intersetorialidade é entendida como elemento essencial para dar continuidade às ações, permitindo que diferentes políticas públicas e organizações locais dialoguem de forma integrada, ampliando a capacidade de resposta às demandas dos territórios. Dessa forma, ao término do ciclo de investimento público, permanece estruturado um processo social autônomo, conduzido pelos próprios atores locais, que terão construído repertório, metodologias e instrumentos para sustentar as iniciativas de forma permanente.

6.1. O LEGADO DO PROGRAMA SERÁ CONSOLIDADO EM TRÊS FRENTES PRINCIPAIS:

1. Base de dados e informações produzidas a partir de diagnósticos, cartografias e escutas, que servirão como referência para políticas públicas futuras.
2. Metas territoriais e municipais consolidadas, organizadas pelos núcleos e validadas no Comitê Municipal de Políticas Públicas, garantindo um horizonte coletivo de prioridades.
3. Espaços físicos e de engajamento comunitário, articulados por estruturas de apoio local, que permanecerão disponíveis para encontros, diálogos e problematizações sobre os desafios e soluções de cada bairro.

Esses espaços de convivência e diálogo devem ser mantidos como patrimônio social do município, capazes de assegurar a perenidade do processo participativo e contribuir para a melhoria contínua dos indicadores municipais em diferentes áreas das políticas públicas. Assim, os investimentos públicos não apenas fomentam a execução das ações no curto prazo, mas criam as condições necessárias para a permanência e autonomia do processo de participação social nos territórios.

6.2. CONTRIBUIÇÃO DO ICASOP PARA A SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA

Nesse processo, o ICASOP contribui diretamente por meio da metodologia proposta, que oferece:

- Instrumentos padronizados de planejamento, monitoramento e avaliação;
- Trilhas formativas que fortalecem lideranças e ampliam a capacidade de gestão comunitária;
- Estruturas de suporte pedagógico e técnico, assegurando coerência e acompanhamento das ações;

- Articulação com o poder público e organizações locais, para garantir que os espaços criados permaneçam como instâncias legítimas de diálogo e controle social;
- Foco na autonomia comunitária, garantindo que, ao final do ciclo de investimento público, os territórios estejam preparados para conduzir suas próprias agendas de desenvolvimento.

Assim, os investimentos públicos não apenas fomentam a execução das ações no curto prazo, mas criam as condições necessárias para a permanência, autonomia e fortalecimento da cidadania ativa, com o ICASOP atuando como indutor e facilitador do processo.

10.6. Anexo VI - Pré-Plano de comunicação

PRÉ-PLANO DE COMUNICAÇÃO

Detalhamento abrangendo conceito, estratégia e sugestões de aplicação para o projeto em Maricá.

Maricá, 2025

Este plano tem como objetivo orientar de maneira sistemática e estratégica as ações de comunicação do Comitê de Defesa dos Bairros (CDB), assegurando que sua missão, seus objetivos e suas atividades sejam transmitidos de forma clara, coerente, eficaz e transparente a todos os públicos de interesse. Trata-se de um instrumento fundamental para alinhar a linguagem institucional, promover a visibilidade das ações, fortalecer a credibilidade da iniciativa e consolidar um canal de diálogo permanente com a sociedade civil, com o poder público e com os diversos atores sociais que compõem o ecossistema comunitário do município de Maricá.

A comunicação, neste contexto, não é compreendida apenas como um processo de transmissão de informações, mas como um elemento central de mobilização social, capaz de gerar engajamento, pertencimento e confiança. Ao estruturar suas estratégias comunicacionais, o CDB busca criar pontes que aproximem a população das discussões que envolvem o desenvolvimento dos bairros, garantindo que a comunidade não apenas seja informada, mas participe de maneira ativa e consciente dos processos de construção de políticas públicas locais. Assim, o plano se orienta por princípios de transparência, acessibilidade, linguagem cidadã e respeito à diversidade sociocultural presente no município.

Outro ponto essencial é a função pedagógica da comunicação. Mais do que divulgar resultados ou ações pontuais, o plano visa formar consciência crítica, disseminar valores de cidadania, estimular práticas colaborativas e promover a cultura da participação popular. Nesse sentido, a comunicação assume um caráter educativo, fomentando o fortalecimento do controle social e contribuindo para que os cidadãos compreendam melhor o papel do CDB, suas competências e os impactos positivos de sua atuação para a melhoria da qualidade de vida local.

Este plano também busca garantir a coerência entre o discurso e a prática institucional, fortalecendo a identidade do Comitê perante os públicos estratégicos. A clareza na comunicação ajuda a evitar ruídos, minimiza conflitos interpretativos e favorece a construção de consensos. Isso implica no uso de metodologias adequadas

de difusão, que vão desde canais digitais até encontros presenciais, sempre respeitando a pluralidade de formas de acesso à informação da população maricaense.

É portanto uma ferramenta transversal que perpassa todas as ações do CDB, oferecendo suporte para a execução de projetos, para a divulgação de resultados e para a promoção da participação comunitária. Ao mesmo tempo em que organiza as práticas comunicacionais, ele reafirma o compromisso ético do Comitê com a sociedade: comunicar de forma responsável, transparente e inclusiva, assegurando que cada morador de Maricá tenha acesso às informações e oportunidades de participação que dizem respeito ao futuro de seus bairros.

1. Conceito de Comunicação

A comunicação do Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) será estruturada como um processo estratégico e participativo, fundamentado nos princípios da democracia participativa, da transparência, da educação popular e da valorização da identidade local. O conceito central é consolidar o CDB não apenas como um programa institucional, mas como um movimento vivo de cidadania ativa, onde cada morador é reconhecido como protagonista na construção de soluções coletivas para os desafios que atravessam seu território.

Mais do que transmitir informações, a comunicação será concebida como um diálogo permanente, um espaço de troca que reconhece a voz comunitária como parte essencial na tomada de decisões e na definição dos rumos do projeto. Dessa forma, cada ação comunicacional reforça a legitimidade do CDB enquanto instância de participação social, aproximando lideranças, moradores, organizações da sociedade civil e poder público.

No seu escopo, a comunicação do CDB deve assumir quatro funções essenciais: **Empoderar**, fornecendo instrumentos, linguagens acessíveis e conhecimentos que possibilitem aos cidadãos, sobretudo aos jovens, compreender e intervir no cenário político e comunitário; **Mobilizar**, inspirando o engajamento

popular e estimulando a adesão de moradores e lideranças às atividades; **Conectar**, criando redes sólidas entre diferentes atores sociais e fortalecendo o senso de coletividade; e **Informar**, garantindo a circulação de conteúdos claros, inclusivos e confiáveis sobre as ações, recursos e resultados do Comitê.

A comunicação se torna também uma ferramenta capaz de promover consciência crítica, incentivar a corresponsabilidade cidadã e consolidar uma cultura de participação em Maricá.

2. Estratégia de Comunicação

A estratégia será multicanal, territorializada e segmentada, utilizando uma combinação de ações online e offline para alcançar os diferentes públicos de forma eficaz e contextualizada.

Público-Beneficiário:

1. Público Primário: Moradores dos bairros e sub-bairros de Maricá, com foco especial na juventude (15 a 29 anos), lideranças comunitárias e populações em situação de vulnerabilidade.

2. Público Secundário: Órgãos públicos (Secretarias Municipais), organizações da sociedade civil, coletivos, movimentos sociais e imprensa local.

3. Público Terciário: Sociedade em geral, outros municípios e instituições interessadas no modelo de governança participativa de Maricá.

Canais de Comunicação:

A estratégia se baseia na integração de canais digitais e analógicos para maximizar o alcance e o engajamento.

Objetivo Estratégico

Site Institucional - Centralizar todas as informações oficiais: notícias, relatórios, agenda de eventos, documentos e dados sobre o programa. Servir como portal de transparência.

Redes Sociais (Instagram, Facebook, WhatsApp) Engajamento diário, divulgação rápida de ações, mobilização para eventos, criação de uma comunidade virtual e canal direto de diálogo com a população.

Material Gráfico Impresso (Cartazes, Folders) - Comunicação em pontos estratégicos de grande circulação nos bairros (postos de saúde, escolas, comércios) para alcançar o público com menor acesso digital.

Eventos Comunitários (Rodas de Conversa, Fóruns) - Promover a escuta ativa, o diálogo direto, o levantamento de demandas e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Rádio Comunitária e Carro de Som - Divulgar informações e convites para eventos em áreas de maior vulnerabilidade ou com baixa conectividade, utilizando uma linguagem popular e direta.

Assessoria de Imprensa - Construir um relacionamento com a mídia local e regional para garantir uma cobertura positiva e ampliar a visibilidade das ações do CDB.

Mensagens-Chave - Sugestões

As mensagens devem ser consistentes, positivas e alinhadas aos objetivos do CDB.

"Sua voz transforma o bairro": Foco no protagonismo do cidadão.

"CDB: Juntos, construindo a Maricá que queremos": Ênfase na colaboração e no futuro.

"Participe, fiscalize, transforme": Chamada à ação, destacando os pilares do controle social e da participação.

"Juventude em ação pelo futuro de Maricá": Mensagem direcionada para engajar o público jovem.

3. Sugestões para Aplicação no Projeto

Com base no cronograma e nas atividades descritas no documento, seguem sugestões práticas para a implementação do plano de comunicação em cada fase do projeto.

Fase 1: Implantação e Estruturação (Meses 1 a 3)

Ação: Lançamento da Identidade Visual e dos Canais Digitais.

Criar o logotipo e a identidade visual do CDB, refletindo a diversidade e a força da comunidade de Maricá. Lançar o site institucional e os perfis nas redes sociais (Instagram/Facebook). A primeira postagem deve ser um vídeo curto e inspirador explicando o que é o CDB e convidando a população a seguir os canais.

Ação: Campanha "O CDB Chegou ao Seu Bairro".

Utilizar cartazes e carros de som para anunciar a chegada do programa e a abertura dos Polos Regionais. A comunicação deve ser clara, informando os endereços e os horários de funcionamento.

Ação: Divulgação do Processo Seletivo.

Realizar uma ampla divulgação das vagas e funções, utilizando todos os canais disponíveis. Criar peças gráficas com a frase "Trabalhe pela sua comunidade" para atrair candidatos com forte vínculo territorial.

Fase 2: Diagnóstico e Mobilização (Meses 4 a 6)

Ação: Campanha de Engajamento para o Diagnóstico Comunitário.

Produzir vídeos curtos com os Agentes Territoriais se apresentando e explicando a importância da pesquisa. Utilizar o WhatsApp para enviar lembretes e convites para as entrevistas e grupos focais.

Ação: Produção de Conteúdo "Vozes do Território".

Nas redes sociais, criar uma série de postagens com fotos e citações (com autorização) de moradores, destacando suas esperanças e desafios. Isso humaniza o diagnóstico e aumenta o sentimento de pertencimento.

Ação: Realização de Eventos de Apresentação.

Organizar um evento comunitário em cada um dos quatro distritos para apresentar os resultados preliminares do diagnóstico. A comunicação do evento deve ser festiva, com atrações culturais locais para atrair um grande público.

Fase 3: Execução e Monitoramento (Meses 7 a 12)

Ação: Agenda Positiva Contínua.

Divulgar semanalmente as 50 ações comunitárias que estão sendo realizadas. Criar um "Giro CDB" nas redes sociais, um vídeo semanal curto mostrando os destaques das atividades nos bairros.

Ação: Histórias de Impacto.

Produzir pequenos documentários ou reportagens em texto e vídeo sobre como as ações do CDB estão transformando a vida das pessoas e dos bairros. Exemplo: a melhoria de uma praça, a criação de um curso, a solução de um problema de saneamento.

Ação: Transparência Ativa.

Como fazer: Publicar relatórios mensais simplificados no site e nas redes sociais, utilizando infográficos para mostrar o andamento das metas e a aplicação dos recursos. Realizar *lives* mensais com o Coordenador Geral para responder perguntas da população.

Com a implementação deste plano, o Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) tem por objetivo construir uma base sólida de confiança e colaboração com a comunidade, essencial para o sucesso e a sustentabilidade do programa.

Indicadores-Chave (KPI's) - Comunicação CDB

1. Comunicação Institucional e Visibilidade

- **Criação e manutenção do site do CDB**

Indicador: Site ativo com atualizações periódicas.

Meta: Atualizações semanais (mínimo 4/mês).

- **Gestão das redes sociais**

Indicador: Postagens realizadas em canais oficiais.

Meta: 12 postagens/mês (3 por semana).

- **Alcance digital**

Indicador: Número de seguidores e alcance das publicações.

Meta: Crescimento mensal de 5% no alcance e engajamento.

2. Mobilização Social e Divulgação

- **Eventos de sensibilização e comunicação comunitária**

Indicador: Número de eventos realizados por polo.

Meta: 3 eventos/trimestre em cada Polo Regional.

- **Materiais de divulgação produzidos**

Indicador: Quantidade de cartazes, folders, vídeos e spots produzidos.

Meta: 1 campanha temática bimestral.

- **Cobertura de atividades dos núcleos e polos**

Indicador: Publicações/reportagens sobre as ações comunitárias.

Meta: 100% das ações relevantes com registro e divulgação.

3. Transparência e Prestação de Contas

- **Disponibilização de relatórios e indicadores à comunidade**

Indicador: Relatórios publicados no site/plataforma digital.

Meta: Relatórios trimestrais de atividades e impactos.

- **Interatividade e participação digital**

Indicador: Número de enquetes, consultas e feedbacks online.

Meta: 1 consulta pública digital por trimestre.

4. Engajamento e Formação Comunitária

- **Capacitação em comunicação comunitária**

Indicador: Oficinas realizadas com agentes territoriais e jovens mobilizadores.

Meta: 2 formações anuais por polo.

- **Participação dos Jovens Mobilizadores em ações de comunicação**

Indicador: Jovens envolvidos diretamente em campanhas e redes sociais.

Meta: 100% dos 10 jovens mobilizadores participando de atividades de comunicação.

Observação

Esses KPI's permitem monitorar a eficiência do Eixo Comunicação em três dimensões principais: **visibilidade institucional, mobilização comunitária e transparência participativa**. Eles estão alinhados com os objetivos de fortalecimento da participação social, ampliação dos canais de diálogo e valorização da identidade comunitária estabelecidos no plano

PRÉ-PLANO DE COMUNICAÇÃO DO COMITÊ DE DEFESA DOS BAIRROS

PEÇA DE DIVULGAÇÃO/ VEÍCULO (Indique a peça gráfica ou veículo de comunicação utilizado para divulgação)	TAMANHO/ DURAÇÃO (Indique as dimensões da peça gráfica ou a duração no caso de peças audiovisuais)	FORMATO DAS MARCAS (Indique o formato das marcas que será utilizado de acordo com o Manual da Prefeitura Municipal de Maricá)	QUANTIDADE (Indique a quantidade de peças que serão produzidas)
Uniforme	P, M, G, GG, extra G	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá.	4496 UNIDADES
Mochila	Tamanho único	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá.	1686 UNIDADES
Squeeze 500ml	N/A	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá.	1686 UNIDADES
Colete Liso	N/A	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá.	2248 UNIDADES
Banner Lona	Variável	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá.	8 UNIDADES

Folder Informativo/Publicitário	Variável	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá.	1000 UNIDADES
Lona para Painei	Variável	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá.	8 UNIDADES

PEÇA DE DIVULGAÇÃO/ VEÍCULO (Indique a peça gráfica ou veículo de comunicação utilizado para divulgação)	TAMANHO/ DURAÇÃO (Indique as dimensões da peça gráfica ou a duração no caso de peças audiovisuais)	FORMATO DAS MARCAS (Indique o formato das marcas que será utilizado de acordo com o Manual da Prefeitura Municipal de Maricá)	QUANTIDADE (Indique a quantidade de peças que serão produzidas)
Adesivo Fosco Impresso	Variável	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá.	10 UNIDADES
Cartazes A3	29,7 cm por 42 cm e 30x42 cm), impressão colorida (4x0), e o uso de papel couchê de gramaturas variadas	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá.	100 UNIDADES
Produção de Materiais impressos	N/A	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá	N/A
Produção de Conteúdo e Materiais Digitais	N/A	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá	N/A
Publicidade e Divulgação	N/A	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá	N/A
Serviços de Fotografia e Videografia	N/A	Conforme manual de marcas da Prefeitura de Maricá	N/A

10.7 Anexo VIII - MANUAIS DE GOVERNANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS

MANUAIS DE GOVERNANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS

Maricá, 2025.

Manual de Governança de Dados e Gestão da Privacidade

Versão 1.0 - Anexo à Proposta do Chamamento Público 0002/2025

Sumário

- 1. Objetivo e Escopo**
- 2. Definições e Termos-Chave**
- 3. Princípios Fundamentais**
- 4. Estrutura de Governança de Dados**
 - 4.1. Encarregado de Proteção de Dados (DPO)
 - 4.2. Comitê Estratégico de Privacidade
- 5. Processos do Ciclo de Vida dos Dados**
 - 5.1. Metodologia de Privacy by Design
 - 5.2. Registro das Operações de Tratamento (RoPA)
 - 5.3. Gestão de Terceiros e Fornecedores
- 6. Recursos Tecnológicos e Medidas de Segurança**
 - 6.1. Software de Gestão de Privacidade e Compliance
 - 6.2. Plataforma Segura para Coleta de Dados
 - 6.3. Suíte de Produtividade e Controles de Segurança
- 7. Gestão de Direitos dos Titulares e Resposta a Incidentes**
 - 7.1. Fluxo de Atendimento aos Direitos dos Titulares
 - 7.2. Plano de Resposta a Incidentes de Segurança (PRIS)
- 8. Disposições Finais**

1. Objetivo e Escopo

Este manual tem como objetivo consolidar as diretrizes, responsabilidades e procedimentos que compõem o Framework de Governança de Dados e Gestão Estratégica da Privacidade do ICASOP, a serem aplicados em todas as atividades do **Programa Comitê de Defesa dos Bairros (CDB)**. Seu escopo abrange todo o ciclo de vida dos dados pessoais coletados de participantes, colaboradores e parceiros, assegurando a conformidade com a Lei nº 13 709/2018 (LGPD) e as melhores práticas de mercado.

2. Definições e Termos-Chave

Para fins deste manual, adotam-se as seguintes definições:

- **Dado Pessoal:** Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- **Dado Pessoal Sensível:** Dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.
- **Titular:** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- **Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, etc.
- **Encarregado (DPO):** Pessoa (física ou jurídica) indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- **RoPA (Record of Processing Activities):** Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais.

3. Princípios Fundamentais

Todas as atividades de tratamento de dados no âmbito do Programa CDB seguirão estritamente os princípios estabelecidos pela LGPD, com destaque para:

- **Finalidade e Adequação:** O tratamento será realizado para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
- **Necessidade (Minimização):** A coleta e o tratamento serão limitados ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades.

- **Transparência:** Garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes.
- **Segurança e Prevenção:** Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas.
- **Privacy by Design & by Default:** A privacidade será considerada desde a concepção de novos processos, produtos ou serviços, e as configurações mais protetivas serão aplicadas por padrão.

4. Estrutura de Governança de Dados

4.1. Encarregado de Proteção de Dados (DPO)

O ICASOP garantirá a supervisão contínua do programa através da contratação de um serviço de DPO as a Service. As principais responsabilidades do DPO incluem:

- Supervisionar e auditar a conformidade do projeto com a LGPD e com este manual.
- Orientar a equipe sobre as melhores práticas de proteção de dados.
- Atuar como ponto de contato principal para os titulares de dados e para a ANPD.
- Analisar e validar os Relatórios de Impacto à Proteção de Dados (RIPD) para atividades de alto risco.

4.2. Comitê Estratégico de Privacidade

Será instituído um Comitê multidisciplinar, liderado pelo Coordenador do Projeto e assessorado pelo DPO. Suas funções são:

- Deliberar sobre questões estratégicas relacionadas à privacidade.
- Aprovar as políticas e normas de proteção de dados.
- Avaliar os riscos e benefícios de novas operações de tratamento.

5. Processos do Ciclo de Vida dos Dados

5.1. Metodologia de Privacy by Design

Nenhuma nova atividade de coleta ou tratamento de dados será iniciada sem a aplicação de um Checklist de Análise de Impacto de Privacidade. Este processo garante que as

seguintes questões sejam respondidas na fase de planejamento:

1. Qual a finalidade explícita da coleta?
2. Qual a base legal para este tratamento?
3. Quais categorias de dados são estritamente necessárias?
4. Como a segurança dos dados será garantida?
5. Qual será o período de retenção e como será feito o descarte?
6. Como a transparência e os direitos dos titulares serão assegurados?

5.2. Registro das Operações de Tratamento (RoPA)

Todas as atividades de tratamento de dados serão meticulosamente documentadas no RoPA, que será gerenciado através do nosso software de compliance. Este registro servirá como um inventário central e dinâmico, essencial para a gestão da governança e para demonstrar conformidade.

5.3. Gestão de Terceiros e Fornecedores

Qualquer fornecedor que venha a tratar dados em nome do ICASOP passará por um processo de Due Diligence de Privacidade. Será exigida a assinatura de Aditivos de Tratamento de Dados (DPAs), que estabelecem as obrigações contratuais de segurança e conformidade do parceiro.

6. Recursos Tecnológicos e Medidas de Segurança

Visão Geral dos Recursos Tecnológicos

A estratégia tecnológica do ICASOP visa criar um ecossistema seguro e auditável, utilizando ferramentas de mercado consolidadas para minimizar riscos e otimizar a gestão da conformidade.

- **Software de Gestão de Privacidade e Compliance:** Plataforma SaaS centralizadora para RoPA, gestão de consentimentos e portal dos titulares.
- **Plataforma Segura para Coleta de Dados Online:** Ferramentas profissionais que garantem criptografia, trilhas de auditoria e segurança desde o ponto de coleta

- **Suíte de Produtividade com Controles Avançados:** Uso de plataformas como Microsoft 365 ou Google Workspace para garantir armazenamento criptografado, controle de acesso (RBAC) e prevenção contra vazamento de dados (DLP).

7. Gestão de Direitos dos Titulares e Resposta a Incidentes

7.1. Fluxo de Atendimento aos Direitos dos Titulares

O atendimento será gerenciado via software para garantir rastreabilidade e cumprimento dos prazos legais, seguindo o fluxo:

Requisição do Titular → Verificação de Identidade → Análise da Solicitação (DPO) → Execução da Ação → Comunicação Formal ao Titular.

7.2. Plano de Resposta a Incidentes de Segurança (PRIS)

O ICASOP possui um PRIS que define os procedimentos para o caso de uma violação de dados. O plano se baseia nas seguintes fases:

Fase	Descrição da Atividade
1. Identificação	Detecção do incidente através de monitoramento ou notificação. Acionamento imediato do Comitê de Privacidade.
2. Contenção	Ações para isolar o sistema afetado e impedir a continuação do dano.
3. Erradicação	Análise da causa raiz e eliminação da vulnerabilidade ou ameaça.
4. Recuperação	Restauração dos sistemas e dados a partir de backups seguros. Validação da integridade.
5. Comunicação e Lições Aprendidas	Comunicação do incidente à ANPD e aos titulares afetados, conforme a gravidade e o risco. Realização de uma análise post-mortem para documentar as lições aprendidas e melhorar os processos.

8. Disposições Finais

- **Treinamento:** Todo colaborador envolvido no Programa CDB passará por treinamento obrigatório e contínuo sobre proteção de dados e segurança da informação.

- **Consequências:** A violação das diretrizes deste manual será considerada uma falta grave, sujeita às medidas disciplinares cabíveis.
- **Revisão:** Este manual será revisado anualmente pelo Comitê de Privacidade, ou sempre que houver alterações significativas na legislação ou nos processos do projeto.

Manual de Governança de Dados e Gestão da Privacidade do ICASOP – Informação Confidencial e de Propriedade do ICASOP

MODELO - Norma de Classificação da Informação

Projeto: Programa Comitê de Defesa dos Bairros (CDB) | Versão: 1.0

1. Objetivo

Esta norma estabelece as diretrizes para a classificação das informações geradas e manipuladas no âmbito do Programa CDB, visando aplicar os controles de segurança adequados para proteger a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, em conformidade com a LGPD e a Política de Segurança da Informação.

2. Níveis de Classificação

NÍVEL 4: RESTRITO

Descrição: Informações de altíssima sensibilidade. O acesso é limitado a indivíduos específicos e nomeados, sob estrito controle e com base na "necessidade de saber". A divulgação não autorizada pode causar danos graves ao projeto, aos indivíduos ou ao ICASOP.

Exemplos: Dados pessoais sensíveis coletados em mediações de conflito, senhas de acesso a sistemas críticos, relatórios de incidentes de segurança.

Controles Mínimos: Criptografia forte, acesso multifator (MFA), segregação em rede, logs de acesso detalhados, descarte seguro.

NÍVEL 3: CONFIDENCIAL

Descrição: Informações sensíveis, destinadas ao uso interno do projeto e de parceiros autorizados. A divulgação indevida pode causar prejuízos financeiros, operacionais ou de imagem.

Exemplos: Planilhas com dados de identificação dos participantes (nome, CPF, endereço), orçamentos detalhados, atas de reuniões estratégicas do Comitê de Privacidade.

Controles Mínimos: Controle de acesso por função (RBAC), armazenamento em pastas restritas, proibição de envio por meios não seguros.

NÍVEL 2: INTERNO

Descrição: Informações de uso geral por todos os colaboradores do projeto, mas não destinadas ao público externo. A divulgação não causa danos significativos, mas não é desejada.

Exemplos: Cronogramas de atividades, modelos de documentos, comunicados internos, listas de presença sem dados pessoais identificáveis.

Controles Mínimos: Armazenamento na intranet ou suíte de produtividade da equipe.

NÍVEL 1: PÚBLICO

Descrição: Informações criadas com o propósito de divulgação externa e livre acesso.

Exemplos: Materiais de divulgação das oficinas, notícias sobre o programa, relatórios públicos de atividades (anonimizados).

Controles Mínimos: Aprovação para publicação pelo Coordenador do Projeto.

Este é um modelo de documento a ser implementado pelo ICASOP

ICASOP © 2025 - Informação Confidencial

Manual de Recursos de Governança, Compliance e Proteção de Dados

Organização: ICASOP - Instituto de Capacitação Social e Profissional

Projeto: Programa Comitê de Defesa dos Bairros (CDB)

O ICASOP, reconhecendo a importância fundamental da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) bem como do Decreto Municipal que regulamenta a LGPD no município de Maricá/RJ, compromete-se com a proteção da privacidade e dos dados pessoais de todos os participantes, colaboradores e parceiros do Programa Comitê de Defesa dos Bairros (CDB). Nossa abordagem de governança de dados será proativa e integrada a todas as fases do projeto, garantindo transparência, segurança e conformidade legal.

Abaixo detalhamos os recursos estratégicos que serão empregados para garantir a governança e a proteção de dados em todas as operações. Nossa abordagem é sistêmica e integra recursos humanos, tecnológicos e processuais para assegurar a legalidade, a transparência e a segurança em todo o ciclo de vida dos dados.

Recursos Humanos e de Governança

1. Encarregado de Proteção de Dados (DPO) as a Service

Contratação de um serviço de consultoria especializada para atuar como DPO, garantindo uma visão imparcial, especializada e sempre atualizada. O DPO será o ponto central de validação de todas as operações de coleta, analisando a finalidade, a necessidade (minimização de dados) e a base legal de cada atividade. Será responsável pela aprovação de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados (RIPD) e atuará como consultor direto do Comitê Estratégico de Privacidade.

2. Comitê Estratégico de Privacidade

Equipe multidisciplinar interna, liderada pelo Coordenador do Projeto e assessorada pelo DPO. O Comitê atuará como um órgão de governança, deliberando sobre o design de operações de

diagnóstico complexas e avaliando os riscos e benefícios das coletas para garantir o alinhamento com os direitos e expectativas dos cidadãos.

Recursos Tecnológicos e de Software

1. Software de Gestão da Privacidade e Compliance

Utilização de uma plataforma tecnológica especializada (SaaS) para registrar operações (RoPA), gerenciar consentimentos eletrônicos de forma auditável e centralizar o portal para o exercício dos direitos dos titulares.

2. Plataforma Segura para Criação de Formulários e Coleta Online

Assinatura de ferramentas profissionais para coleta de dados digitais, garantindo um ambiente seguro com criptografia de ponta-a-ponta, controles de acesso e trilhas de auditoria, além de permitir a incorporação de Avisos de Privacidade "just-in-time".

3. Suíte de Produtividade com Controles de Segurança Avançados

Contratação de licenças corporativas (Microsoft 365 / Google Workspace) para toda a equipe administrativa, oferecendo Armazenamento Criptografado, Controle de Acesso Baseado em Função (RBAC) e Prevenção contra Vazamento de Dados (DLP).

Recursos Processuais e de Compliance

4. Metodologia de Privacy by Design

Implementação de um framework de processos internos que integra a análise de privacidade desde a concepção de qualquer operação de coleta, utilizando um checklist formal para garantir que todas as questões de proteção de dados sejam respondidas na fase de planejamento.

5. Plano de Resposta a Incidentes (PRIS)

Documento e protocolo formal que detalha os passos a serem seguidos em caso de uma violação de dados, garantindo uma resposta rápida e responsável para conter danos, investigar causas e notificar as partes necessárias conforme a lei.

6. Política de Privacidade e Proteção de Dados

Documento mestre que rege toda a operação de tratamento de dados do projeto, servindo como a principal referência de governança interna e externa.

7. Política de Segurança da Informação (PSI)

Define as diretrizes de cibersegurança, incluindo controle de acesso, gestão de senhas, uso seguro de dispositivos, entre outras, para proteger a infraestrutura que suporta os dados.

8. Norma de Classificação da Informação

Documento que categoriza os dados por nível de sensibilidade (Público, Interno, Confidencial, Restrito), determinando os controles de segurança adequados para cada categoria.

Este documento é parte integrante da proposta apresentada ao Chamamento Público 0002/2025

ICASOP © 2025 - Informação Confidencial

Trindade – GO, 10 de setembro de 2025

MARCIA CRISTINA
CAETANA
PEREIRA:50951181149

Assinado de forma digital por
MARCIA CRISTINA CAETANA
PEREIRA:50951181149
Dados: 2025.09.10 11:18:52
-03'00'

Representante do ICASOP

ICASOP
INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL



ICASOP
INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

P